

2022

afje  
com  
pesquisa

# caderno de resumos

2022

café  
com  
pesquisa



## **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP**

Prof. Carlos Gilberto Carlotti Junior (Reitor)

Profª. Maria Arminda do Nascimento Arruda (Vice-Reitora)

Prof. Marcio de Castro Silva Filho (Pró-Reitor de Pós-Graduação)

Prof. Niels Olsen Saraiva Câmara (Pró-Reitor Adjunto de Pós-Graduação)

## **INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO - IAU**

Prof. Joubert José Lancha (Diretor)

Prof. Miguel Antonio Buzzar (Vice-Diretor)

Prof. João Marcos de Almeida Lopes (Presidente da Comissão de Pós-Graduação)

Prof. Tomás Antonio Moreira (Vice-presidente da Comissão de Pós-Graduação)

Prof. Paulo César Castral (Presidente da Comissão de Pesquisa)

Prof.ª Lucia Zanin Shimbo (Vice-Presidente da Comissão de Pesquisa)

Prof.ª Simone Helena Tanoue Vizioli (Presidente da Comissão de Cultura e Extensão)

Prof. Luciano Bernardino da Costa (Vice-Presidente da Comissão de Cultura e Extensão)

Prof. Aline Coelho Sanches (Presidente da Comissão de Graduação)

Prof. Jeferson Cristiano Tavares (Vice-Presidente da Comissão de Graduação)

## **COMISSÃO ORGANIZADORA CAFÉ COM PESQUISA 2022**

Aline Vicente Cavanus

Amanda Rosin de Oliveira

Ana Bárbara Machado Rodrigues

Gabriela Henriques Camelo

Maiara Oliveira Silva de Aguiar

Tatiane Boisa Garcia

Vanessa Forneck

Catálogo na Publicação  
Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

---

C122

Café com pesquisa (17.: 2022 : online)

Caderno de Resumos [recurso eletrônico] : café com pesquisa. -- São Carlos:  
IAU/USP, 2023.

181 p.

ISBN 978-65-86810-61-5

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. 3. Pesquisa. I. Título.

CDD 711.06

---

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a  
AACR2: Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

## **Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - IAU.USP**

Avenida Trabalhador São Carlense, nº 400.

Parque Arnold Schimidt, São Carlos - SP. CEP: 13566-590.

(16) 3373-9294

[www.iau.usp.br](http://www.iau.usp.br)

# caderno de resumos

2022

## **apresentação**

Gabriela Henriques Camelo

Tatiane Boisa Garcia

## **edição e identidade visual**

Amanda Rosin de Oliveira

Ana Bárbara Machado Rodrigues

## **revisão**

Aline Vicente Cavanus

Ana Bárbara Machado Rodrigues

Maiara Oliveira Silva de Aguiar

## **dados e mensurações**

Vanessa Forneck

## **apoio**

### **Serviço de Pós-Graduação**

Ana Paula Sampaio Fregona

Flávia Cavalcanti Macambyra

Vilma Del Grossi Coutinho

### **Biblioteca**

Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo

### **Seção Técnica de Informática**

Evandro César Bueno

Marcelo Cseh

Paulo Victor Souza Ceneviva

**17º edição Café com Pesquisa | 2022**

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

## agradecimentos

A Comissão Organizadora da 17ª edição do Café com Pesquisa agradece imensamente a todos e todas que contribuíram para que esse evento acontecesse.

Agradecemos o apoio institucional do **Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU.USP)** que, além de oferecer os recursos e infraestrutura necessários para a realização do evento, valoriza essa iniciativa dos pós-graduandos e incentiva a manutenção da mesma.

Por todo o esforço e cuidado em nos auxiliar ao longo do ano nas demandas burocráticas, na comunicação com a equipe responsável pelo nosso cafezinho, na divulgação do nosso evento no site e nas redes sociais do IAU e, por fim, na emissão dos certificados do evento, agradecemos à **Ana Paula Sampaio Fregona**, à **Flávia Cavalcanti Macambyra** e à **Vilma Del Grossi Coutinho**, equipe que está à frente da Secretaria de Pós-Graduação, e aos professores **João Marcos de Almeida Lopes** e **Tomás Antonio Moreira**, presidente e vice-presidente da Comissão de Pós-Graduação.

Agradecemos ao **Evandro César Bueno**, ao **Marcelo Cseh** e ao **Paulo Victor Souza Ceneviva**, que fazem parte da Seção Técnica de Informática do IAU e nos auxiliaram com o aparato técnico necessário para a realização das sessões, tanto as híbridas quanto as totalmente presenciais.

Agradecemos ainda à **Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo**, pelo apoio essencial relativo à estrutura de catalogação da publicação deste Caderno de Resumos.

Por fim, nossos imensos agradecimentos a todos que participaram deste evento; quer como pesquisadores e orientadores, confiando em compartilhar parte de suas experiências em pesquisa com a comunidade IAU, quer como ouvintes, interessados em ver e contribuir com as discussões propostas ao longo deste ano.

Muito obrigada!

A Comissão.

- 09 a comissão
- 10 o café com pesquisa
- 11 17ª edição
- 23 resumos expandidos

## 1ª sessão

- 24 **NOVAS FORMAS DE TRABALHO:  
FLUXOS, PLATAFORMAS E USOS E PRÁTICAS DO URBANO**  
*Bruno Sangali; Marina Gil de Pádua; Yuri Ramos Martins*
- 29 **SUBSIDÊNCIA DO SOLO EM BAIRROS DE MACEIÓ-AL: A ATUAÇÃO DOS  
PROMOTORES IMOBILIÁRIOS NA REESTRUTURAÇÃO URBANA DA CIDADE (FASE 3)**  
*Gustavo Figueiredo Lima; Inara Querino de Mendonça*
- 34 **CONJUNTO PARQUE RESIDENCIAL BENEDITO BENTES:  
UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DOS ESPAÇOS LIVRES E VIDA COTIDIANA NUMA  
ESCALA LOTE - QUADRA**  
*Ítalo André Ferreira da Silva*
- 40 **ESPACIALIDADES DA PARTICIPAÇÃO:  
AGENCIAMENTOS ENTRE POLÍTICA, CULTURA E SUBJETIVAÇÃO NEOLIBERAL**  
*Rafael Goffinet de Almeida*
- 46 **DO GABINETE À GAVETA:  
OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS EM FLORIANÓPOLIS (2010-2014)**  
*Renan Santos Gomez*

## 2ª sessão

- 51 **ANÁLISE ARQUITETÔNICA DE PROJETOS DE HABITAÇÃO FINANCIADOS PELO  
FGTS: PROJETOS-PADRÃO E PROJETOS-PUBLICAÇÃO**  
*Daniel Nardini Marques*
- 56 **A PAISAGEM DE FUNDO DE VALE COMO SISTEMA ESTRUTURADOR DO  
PLANEJAMENTO URBANO**  
*Fernanda Moço Foloni*
- 62 **A COMERCIALIZAÇÃO DA HABITAÇÃO NO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA  
VIDA EM RIBEIRÃO PRETO**  
*Maiara Oliveira Silva de Aguiar*
- 67 **ENTRE TEMPOS DA CIDADE:  
CONFLITOS ESPAÇO-TEMPORAIS E PROCESSOS DE ABSORÇÃO**  
*Maíra Cristo Daitx*

**72** ALGUMAS MODALIDADES DE ATUAÇÃO DE ARQUITETOS NA MORADIA POPULAR:  
SUAS MATRIZES HISTÓRICAS  
*Tatiane Boisa Garcia*

3ª sessão

**77** CIDADE-IMAGINÁRIO: UM ENSAIO SOBRE OS USOS E FUNÇÕES DA FOTOGRAFIA  
NO MUSEU DE BOCAINA-SP  
*Bruna Cristina Bevilaqua*

**82** ARTE, CIDADE E PARTICIPAÇÃO:  
AS AÇÕES DO COLETIVO SENSIBILIZAR EM CURITIBA (1983 - 86)  
*Gabriela Koentopp*

**86** ABSORTÂNCIA SOLAR E PARÂMETROS DE COR DE TINTAS  
*Lorena Santos Bezerra Couto*

**92** ARQUITETURA FORENSE: TECNOLOGIA E INTERDISCIPLINARIDADE NA  
RECONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS COLETIVAS  
*Marina Gomes da Silva Telles*

**97** CONFECÇÃO E CALIBRAÇÃO DE UMA CAIXA QUENTE DIDÁTICA  
*Pedro Henrique Silva Mattia*

**103** A CIRCULARIDADE DO DOCUMENTÁRIO:  
LEITURAS URBANAS, COLABORAÇÃO E AUDIOVISUAL  
*Pedro Plácido Teixeira*

4ª sessão

**108** GRUPO ARQUITETURA NOVA E SUA INFLEXÃO NO ENSINO DE ARQUITETURA E  
URBANISMO DURANTE A DÉCADA DE 1960  
*Flávio Raffaelli Fonseca*

**112** O ENSINO DE ARQUITETURA NA TRAJETÓRIA DE LINA BO BARDI  
*Maria Alice Messias*

**116** SUBSIDÊNCIA DO SOLO EM BAIROS DE MACEIÓ-AL: A ATUAÇÃO DOS AGENTES  
PRODUTORES DO ESPAÇO NA REESTRUTURAÇÃO URBANA DA CIDADE (FASE 3)  
*Mirella Murta Gomes Rizzo*

**121** O LEGADO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL EM LIMEIRA, 1890-1960  
*Nathalia Cazeri da Silva*

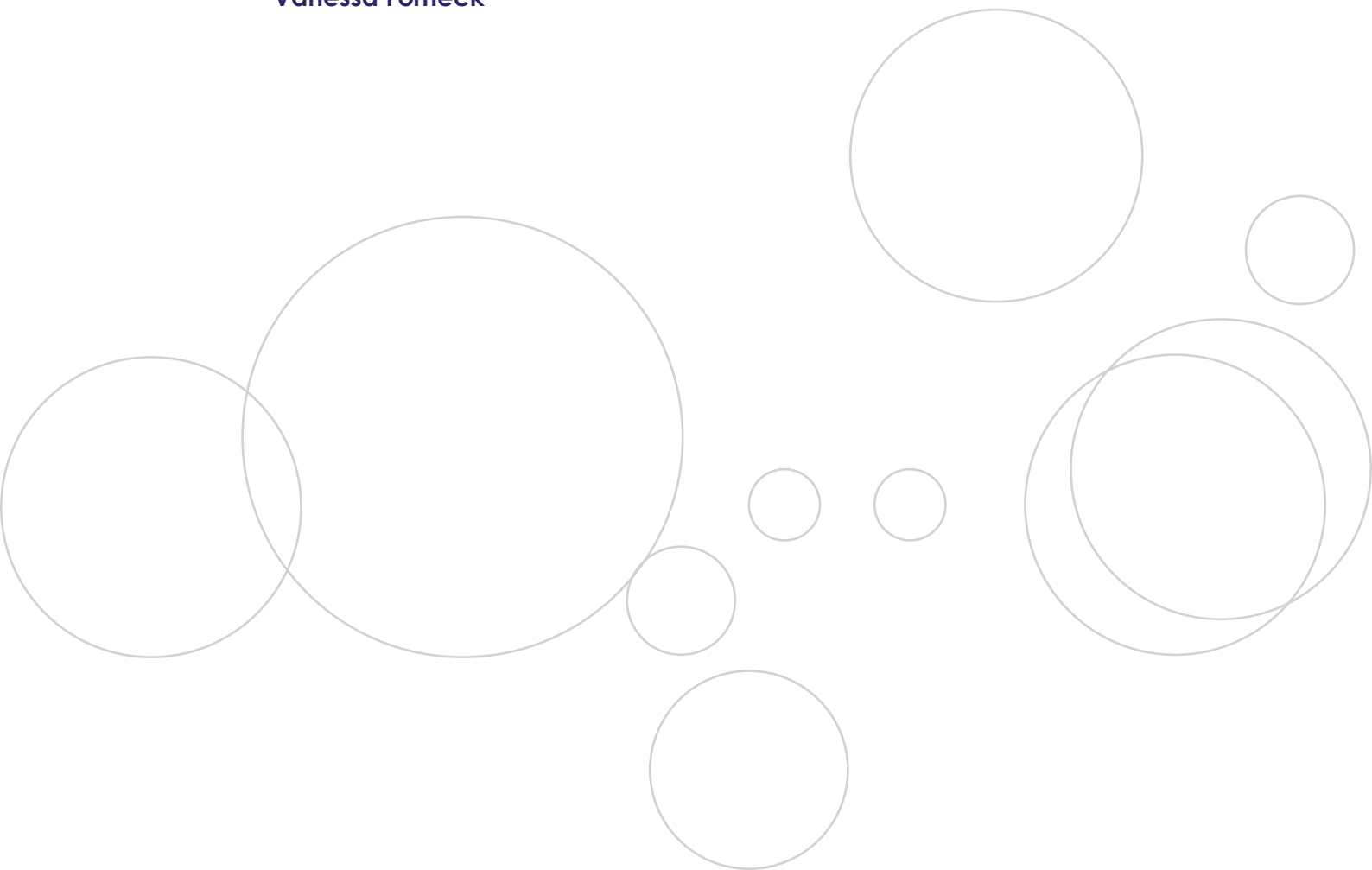
**126** SUPERPRODUÇÃO IMOBILIÁRIA EXPANDINDO CIDADES: A PROVISÃO DE LOTES  
URBANIZADOS EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, RIBEIRÃO PRETO E PIRACICABA  
*Victória Neves Scussel*

**131** HIDS (HUB INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL) E A  
ESTRATÉGIA DO POLO DE ALTA TECNOLOGIA DO CIATEC II - UNICAMP  
*Vitória Ribeiro*

5ª sessão

**137** TRABALHO DE PLATAFORMA:  
DESREGULAMENTAÇÕES, PRÁTICAS NO URBANO E FLUXOS  
*Amanda Rosin de Oliveira*

- 143** INVESTIGAÇÕES CRÍTICAS ACERCA DO URBANISMO TÁTICO:  
[IN]CONGRUÊNCIAS E DISPUTAS  
*Ana Carolina Martins Dias Felizardo*
- 147** VERTICALIZAÇÃO NA CIDADE PLANEJADA: TRANSFORMAÇÕES DO/NO ESPAÇO  
URBANO E DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS EM GOIÂNIA  
*Lara Stival Nunes de Alcântara Garrote*
- 152** STREET VIEW:  
MEDIAÇÕES ENTRE PERCEPÇÃO, DISPOSITIVO E CIDADE  
*Ricardo Santhiago Costa Pinto; Gabriel Felipe Prates Brocco*
- 157** PRIVATIZAÇÃO DO PÚBLICO:  
A GENEALOGIA DA CONCESSÃO DO COMPLEXO ESPORTIVO DO PACAEMBU  
*Stela de Camargo Da Dalt*
- 6ª sessão**
- 162** EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: PROCESSO PARTICIPATIVO DE IDENTIFICAÇÃO DE  
REFERÊNCIAS CULTURAIS DOS UNIVERSITÁRIOS DO CAMPUS USP SÃO CARLOS  
*André Frota Contreras Faraco*
- 167** PATRIMÔNIO CULTURAL E INVESTIMENTO SIMBÓLICO: UM ESTUDO ACERCA DA  
CONDIÇÃO PATRIMONIAL DO GRUPO ESCOLAR DE SÃO JOÃO DE BOCAINA  
*João Gonçalves Neto*
- 172** APREENSÕES DA CIDADE CONTEMPORÂNEA:  
DEAMBULAÇÕES PELO CENTRO HISTÓRICO DE ARAÇATUBA-SP  
*Lucas Pereira Bosco*
- 177** INTERVENÇÕES NO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO:  
ANÁLISES E POSSIBILIDADES NO ESPAÇO URBANO CONTEMPORÂNEO  
*Vanessa Forneck*





A Comissão Organizadora da 17ª edição do Café com Pesquisa foi formada exclusivamente por mulheres.

Fomos responsáveis pela estruturação prévia do evento, pela leitura e correção dos trabalhos enviados e pela editoração deste Caderno de Resumos, atividades essas que foram possibilitadas pela facilidade das reuniões *online*. Além disso, estivemos presentes no IAU ao longo do ano para organizar o café e moderar as apresentações em cada uma das sessões.



**Aline Vicente Cavanus**

doutoranda, ingressante em 2021, sob orientação de Tomás Antônio Moreira



**Amanda Rosin de Oliveira**

mestranda, ingressante em 2021, sob orientação de Cibele Saliba Rizek



**Ana Bárbara Machado Rodrigues**

mestranda, ingressante em 2021, sob orientação de Paulo César Castral



**Gabriela Henriques Camelo**

mestranda, ingressante em 2020, sob orientação de Márcio Minto Fabricio



**Maiara Oliveira Silva de Aguiar**

mestranda, ingressante em 2020, sob orientação de Lúcia Shimbo



**Tatiane Boisa Garcia**

doutoranda, ingressante em 2020, sob orientação de Lúcia Shimbo



**Vanessa Forneck**

doutoranda, ingressante em 2022, sob orientação de Manoel Rodrigues Alves

Em 2010 o Departamento conquista sua autonomia com a criação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU), reconhecimento da maturidade das atividades de ensino, pesquisa, cultura e extensão, desenvolvidas desde o início da década de 1970.

A partir de 2016, os trabalhos apresentados no Café com Pesquisa passaram a ser publicizados e divulgados por meio do Caderno de Resumos. Além disso, no ano de 2020, devido às condições impostas pela pandemia da Covid-19, viu-se a oportunidade de aproveitar o regime remoto para abrir as inscrições para trabalhos de outras instituições do país e, dessa forma, ampliar o debate em torno das pesquisas. Em 2021 e 2022 essa medida se manteve.

O Café com Pesquisa é um evento organizado por discentes do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU.USP). A iniciativa teve sua origem em 2005, ainda vinculada ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC.USP), e de lá até aqui se consolidou como uma importante atividade dentro do Programa de Pós-Graduação do IAU.

Seu objetivo é, por meio da apresentação livre de trabalhos, fomentar e ampliar o debate em torno dos estudos desenvolvidos pelos pesquisadores(as) de diferentes níveis – iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado – e linhas de pesquisa do IAU e, dessa forma, propiciar um contato maior entre o corpo discente e os mais diversos trabalhos conduzidos dentro do Instituto, incentivando o diálogo entre os variados tipos de pesquisa. Ao longo desses mais de 15 anos, a principal marca do Café – mantida até hoje – é a criação de um espaço de diálogo sem a rigidez e a formalidade dos eventos acadêmicos de modo geral: é um evento organizado por discentes e para discentes.

## **retomando a vida acadêmica**

O 17º Café com Pesquisa, realizado em 2022, foi marcado pelo retorno de eventos presenciais dentro da universidade. Devido à pandemia da Covid-19, as edições de 2020 e 2021 ocorreram somente entre as telas dos computadores, transmitidas pelo canal do Youtube do IAU. Com a possibilidade de retorno presencial, a 17ª edição optou por realizar as atividades presencialmente, mas ainda assim manter o formato híbrido em algumas de suas sessões. Assim, o tradicional cafezinho no intervalo entre as apresentações, tão característico do Café com Pesquisa, retornou nesta edição possibilitando novamente uma maior integração entre os discentes.

O formato híbrido mostrou-se interessante ao permitir a interação também com pesquisadores de outras universidades do país e até mesmo com os estudantes do IAU que estavam fisicamente distantes. A pandemia afastou muitos discentes, que antes costumavam residir em São Carlos ao longo da Pós-Graduação, mas que acabaram permanecendo ou retornando para suas cidades de origem. Isso refletiu em um esvaziamento da vida acadêmica no campus, evidenciado também no evento durante este ano de transição. Dessa maneira, a Comissão Organizadora decidiu promover, além das tradicionais sessões presenciais do café, sessões híbridas em que participantes pudessem apresentar e assistir o evento de outras cidades e estados.

Embora tenha sido notável o quanto a participação no formato híbrido foi maior em números, a discussão presencial se mostrou mais dinâmica por ter acontecido face a face e em tempo real, aproximando os apresentadores e ouvintes para fora das telas. A ausência dos meios eletrônicos para transmissão das sessões ao vivo e o evento exclusivamente entre discentes mostrou o quanto o formato presencial nos permite genuínos espaços de debate, com efeito de desinibição e pertencimento. Além disso, o espaço e tempo do intervalo com café e aperitivos promoveu um momento intenso de trocas entre os participantes; uma mistura de conversas sobre a pesquisa e abraços de (re)encontro, extrapolando o que o modo online promovia parcialmente.

Os resumos expandidos publicados neste caderno são de inteira responsabilidade dos autores.

Por fim, fica evidente como a realização da 17ª edição marca um momento de transição do retorno da vida acadêmica presencial após eventos realizados pelas telas dos computadores. Nesse processo, passamos a questionar o que deveria ser mantido dentre as ações adotadas devido à pandemia. A retomada das sessões presenciais nos fez questionar a adoção de resumos expandidos e o formato de apresentação que foi adotado nesses últimos três anos, em decorrência dos eventos realizados online não promoverem uma participação mais ativa entre ouvintes e pesquisadores. Percebemos também como o evento tem um enorme potencial para discutirmos menos o conteúdo da pesquisa – que já é debatido no Seminário de Acompanhamento do IAU – e mais o processo de pesquisa, os caminhos adotados pelos pesquisadores, as metodologias, os instrumentos e ferramentas de análise. Isso nos permite compartilhar aprendizados sobre os percursos da pesquisa, mesmo diante de temáticas distintas.

Os textos a seguir são um breve relato das sessões e das interlocuções entre as pesquisas apresentadas em cada um dos dias do evento, elaborados pelas integrantes da Comissão Organizadora do Café, responsáveis pela moderação de cada sessão. Os relatos e as fotos nos permitem também observar esse momento “pós-pandêmico” a partir das adaptações adotadas; por exemplo, a realização de sessões híbridas, a mudança na política do uso de máscaras, alterações no local do café – entre espaço aberto e fechado – e até mesmo a disposição dos assentos da sala para as apresentações. Além disso, os relatos trouxeram as percepções tidas pela Comissão Organizadora sobre as sessões ao longo da retomada presencial do evento, nos permitindo também refletir sobre novas possibilidades para as próximas edições do Café com Pesquisa.

Desejamos uma boa leitura.



17ª edição

1ª sessão

22 de junho

Tatiane Boisa Garcia  
mediadora



Dar início à primeira sessão do Café em 2022 revelou exatamente o período em que nos encontrávamos na universidade: um momento de readaptação. Essa primeira sessão, assim como outros dias do evento, aconteceu de modo híbrido, com parte dos apresentadores presencialmente e parte *online*. Estávamos testando também as possibilidades e os prós e contras desses dois mundos misturados. Acreditávamos que era uma experimentação necessária, visto que muitos discentes da Pós-Graduação acabaram se afastando da cidade-sede do IAU.USP quando a universidade trancou os portões durante o período de isolamento da pandemia. A possibilidade de pesquisadores se apresentarem à distância foi um ponto positivo do evento híbrido, mas a sessão mostrou também como a interação a partir de falas e perguntas ganhavam – ou melhor, retomavam – mais vida entre aqueles que estavam fisicamente presentes na sala e nos corredores durante o café.



17ª edição

2ª sessão

# 20 de julho

Amanda Rosin de Oliveira  
mediadora



Ter uma sessão inteiramente presencial soou em um primeiro momento como uma facilidade para a execução do Café com Pesquisa. No dia em questão, por diversas vezes nos perguntamos sobre a necessidade de abrir também uma sala virtual, se haveria perguntas do público ou mesmo se algum participante faria alguma fala. Isso nos revelou o quanto abraçamos essa vida híbrida, nos adaptamos a ela e, iludidos pela “possibilidade de onipresença”, o quanto os meios tecnológicos ainda se fazem presentes para auxiliar o trabalho, mesmo quando um evento é exclusivamente presencial. No primeiro bloco o fio condutor das questões de produção habitacional e seus impactos ficou explícito e, mesmo que os três pesquisadores compartilhassem da mesma orientadora, trocas inéditas entre eles aconteceram, bem como entre o público e a mesa debatedora. No segundo bloco foi valioso ver duas pesquisas de doutorado em sequência; a primeira concluía uma trajetória de 5 anos, enquanto a segunda apresentou seu projeto de entrada ao Programa de Pós-Graduação, ainda com um longo caminho de pesquisa pela frente para a construção da tese. O debate, as trocas e o momento do café reforçaram o que já vem sendo dito a respeito da vivência e da cultura universitária; parte intrínseca da sociabilidade que tanto foi colocada em xeque em decorrência da Covid-19, a presencialidade é uma dimensão que consolida a vida universitária e agora, novamente possível, se faz fundamental na manutenção e reforço da universidade.



17ª edição

3ª sessão

# 24 de agosto

**Ana Bárbara Machado Rodrigues**  
mediadora



A discussão da terceira sessão do Café com Pesquisa dividiu-se em dois momentos cruciais. Em um primeiro momento ficou evidente a interlocução entre as questões urbanas e as múltiplas linguagens – fotografia, produtos audiovisuais, arte urbana e tecnologias digitais diversas, por exemplo – em que elas podem se manifestar e com as quais se pode estabelecer complexas relações. Já em um segundo momento, a discussão se encaminhou para a demonstração de um viés mais palpável das variáveis que influenciam na produção de arquitetura, como é o caso da avaliação do desempenho de tintas em fachadas e do cálculo de transmitância térmica de materiais a partir de uma caixa quente. A junção desses grupos temáticos em um mesmo dia nos fez refletir, em conjunto, sobre a importância dos dois aspectos de um mesmo campo de estudos: por um lado, a dimensão prática, a objetividade das experimentações e a materialidade das coisas; e, por outro lado, não necessariamente oposto, a dimensão artística, cultural, política e social das cidades e a construção de subjetividades a partir do diálogo com outras áreas do conhecimento. A sessão se realizou no formato híbrido e, mais uma vez, assim como na primeira sessão, demonstrou o quanto a presença física é uma condição importante para impulsionar as discussões dentro do Programa de Pós-Graduação.

17ª edição

4ª sessão

## 28 de setembro

**Maiara Oliveira Silva de Aguiar**  
mediadora



A quarta sessão do Café com Pesquisa ocorreu de forma híbrida, permitindo o contato com trabalhos realizados não só no Programa de Graduação e Pós-Graduação do IAU, mas também de outras instituições do Brasil. As pesquisas apresentadas foram separadas em dois blocos de grande interlocução. No primeiro bloco, composto por três apresentações, apesar de possuírem objetos distintos de análise, todas as pesquisas buscavam de certa forma entender o processo de provisão do espaço urbano, com os subsequentes conflitos de interesses entre os diversos agentes e as causas, muitas vezes catastróficas, para a grande parte da população. Já o segundo bloco foi composto por pesquisas que buscam preencher lacunas históricas. A partir dos questionamentos apontados durante a sessão, foi possível evidenciar a dificuldade dos pesquisadores em terem acesso a determinados arquivos históricos e documentais pois, em função da pandemia, os principais acervos e bibliotecas estavam fechados. Apesar disso, e com grande esforço dos pesquisadores, os resultados apresentados possuem grande riqueza, tanto para debate sobre patrimônio industrial, quanto para o ensino de Arquitetura.





# 19 de outubro

**Vanessa Forneck**  
mediadora

A quinta sessão do evento ocorreu de forma presencial na sala de Pós-Graduação do IAU. Propusemos uma mudança de sala com a intenção de criar um ambiente mais informal, onde o contato entre os apresentadores e ouvintes ocorresse de forma integrada. Desse modo, dispusemo-nos em um grande círculo para formar, de fato, uma roda de conversa. As pesquisas apresentadas ocasionaram um envolvimento ativo e participativo do público presente, trazendo contribuições e trocas significativas para os pesquisadores, como também para os demais participantes do evento. No primeiro bloco as apresentadoras expuseram questões relacionadas à atuação e influência do setor imobiliário na produção da cidade; ao envolvimento de frentes políticas e partidárias no planejamento de políticas urbanísticas; e à identificação e análise das relações estabelecidas entre empresas de escalas distintas na área da construção civil. No segundo bloco os trabalhos apresentados trouxeram considerações a respeito das distintas percepções que podem ser feitas no espaço urbano sob uma hipotética imparcialidade, a partir de ferramentas como o *Street View*; a abordagem do trabalho precarizado de trabalhadores brasileiros por meio de plataformas digitais; e, por fim, a investigação crítica acerca do conceito do Urbanismo Tático e como isso está sendo replicado em contextos socioeconômicos distintos.

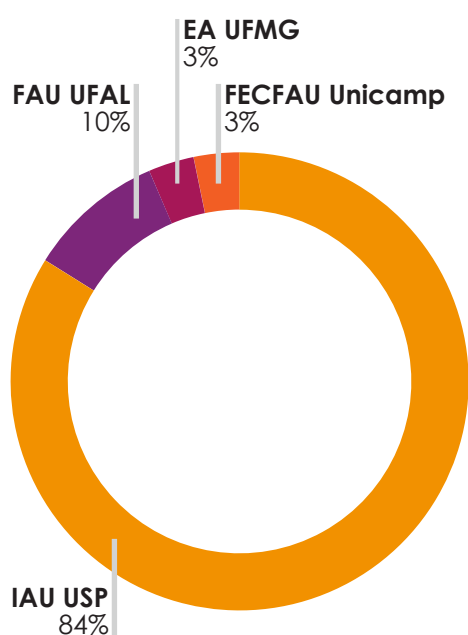


# 16 de novembro

**Tatiane Boisa Garcia**  
mediadora

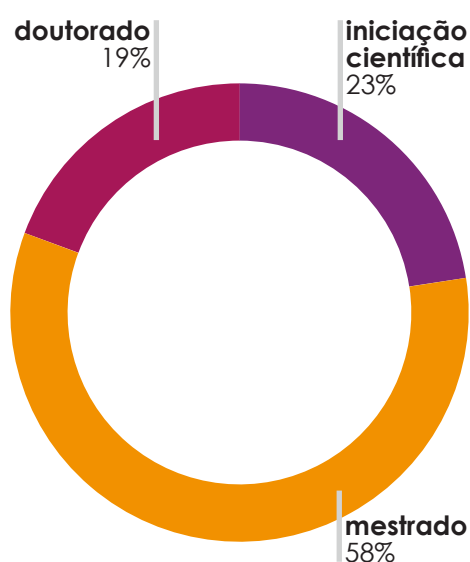


Em nossa última sessão nos reunimos presencialmente, mas com alguma preocupação, visto que mais uma vez o aumento de casos de Covid-19 provocou a retomada de algumas restrições na USP. A mesa do café – que na sessão anterior estava dentro da sala – para que pudéssemos desfrutar do café junto aos debates das pesquisas de forma mais orgânica –, voltou para o corredor aberto. Essa sessão contou com quatro apresentações que tinham como tema tangente a questão do patrimônio cultural. Apesar de todas estarem no mesmo eixo temático, permitindo um debate especialmente entre os apresentadores, foi muito interessante evidenciar as diferentes abordagens e metodologias adotadas em cada processo de pesquisa.



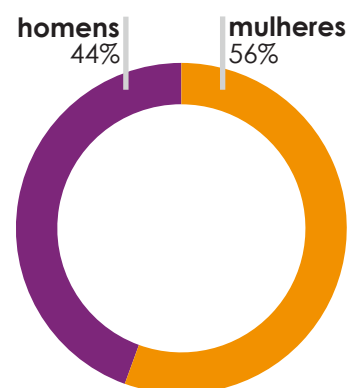
Um breve panorama das pesquisas apresentadas e publicadas neste Caderno nos permite visualizar proporções quanto às instituições de origem, às áreas de concentração, às linhas de pesquisas e à distribuição de níveis e gênero dos pesquisadores. **No total foram publicados 31 trabalhos nesta edição, número sobre os quais foram realizadas as seguintes leituras.**

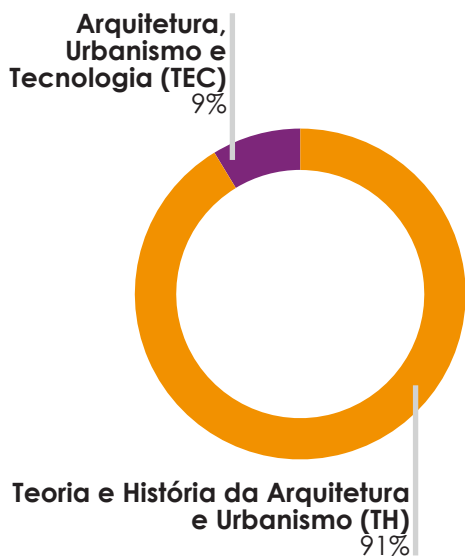
Em relação às **instituições de origem** dos trabalhos apresentados na 17ª edição, 84% deles são de pesquisadores da Graduação e Pós-Graduação do IAU e a discussão se manteve majoritariamente voltada para as pesquisas desenvolvidas na casa, cumprindo esse que é o objetivo principal do Café desde a sua primeira edição. Apesar de em menor número (16%), a participação de pesquisadores de outras instituições possibilitou uma troca de experiências para além do IAU.



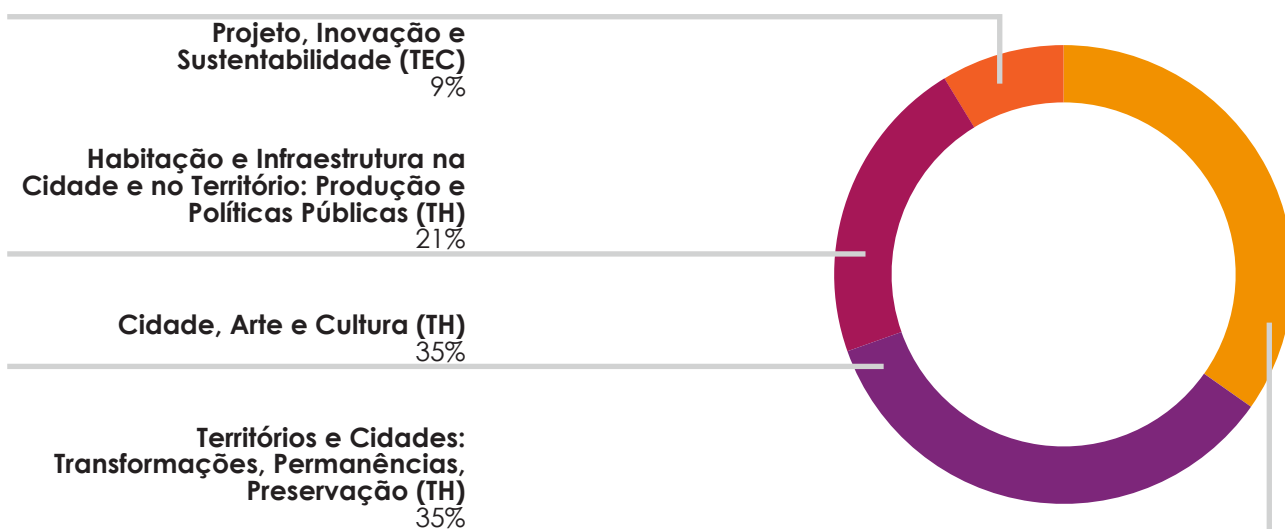
Além disso, o evento também permitiu discutirmos pesquisas em diferentes níveis de desenvolvimento, uma vez que foram apresentados desde projeto de pesquisas de ingressantes do Programa de Pós-Graduação até parte dos resultados de pesquisas em processo de finalização ou já finalizadas. Os distintos **níveis acadêmicos** dos pesquisadores possibilitaram uma diversidade de trocas e debates em todas as sessões. Em síntese, 23% dos trabalhos aqui publicados estão atrelados a pesquisas de iniciação científica individuais ou coletivas, 58% de mestrado e 19% de doutorado.

Em relação à **distribuição de gênero**, 56% da autoria dos trabalhos apresentados e publicados nesta edição do Café é de mulheres, enquanto 44% é de homens. Esses números reforçam um comportamento que vem sendo observado de maneira geral na Pós-Graduação do IAU: tanto na participação quanto na organização de eventos, a maioria é composta por mulheres.

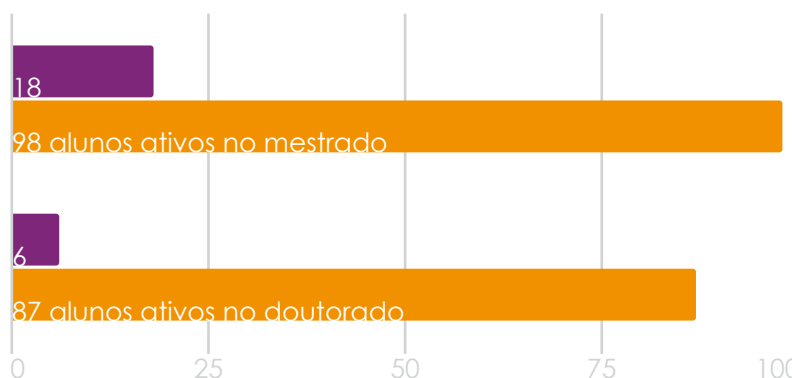




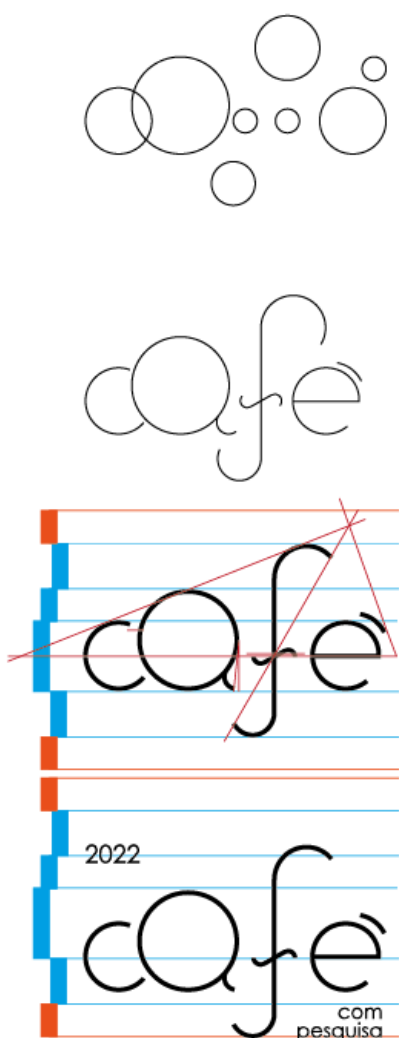
Dentro do **universo de pesquisadores vinculados ao Programa de Pós-Graduação do IAU**, 91% dos discentes têm suas pesquisas inseridas na **área de concentração de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo (TH)**, enquanto 9% indica aqueles que estão dentro da área de Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia (TEC). Os trabalhos inseridos nas distintas **linhas de pesquisas** do Programa refletiram também em uma diversidade de temas abordados durante as sessões: projeto, patrimônio, ensino, produção imobiliária, planejamento, habitação, tecnologia, cidade e espaços públicos.



Até abril de 2022, momento em que foram abertas as inscrições para esta edição do Café com Pesquisa, haviam 185 alunos ativos vinculados ao Programa de Pós-Graduação do IAU – 98 no mestrado e 87 no doutorado. O número de participantes que tiveram seus trabalhos publicados neste Caderno de Resumos indica que, em relação à quantidade de matrículas ativas, o **índice de participação** no Café – barra roxa do gráfico – correspondeu a 18% (18 alunos) no mestrado e 7% (6 alunos) no doutorado.



## identidade visual



A logo do Café com Pesquisa surge da ideia inicial de criar uma tipografia personalizada em vez de usar uma pré-estabelecida. Partimos de círculos vazados de diferentes tamanhos: sobrepostos e dispostos aleatoriamente estes círculos fazem a alusão ao fundo de xícaras ou copos colocados à mesa, remetendo à ideia do encontro possibilitado pela retomada das atividades presenciais na universidade em 2022; uma vez posicionados racionalmente e feitos os devidos recortes e aparas, os círculos e semicírculos, complementados com linhas auxiliares, formaram a palavra “café”.

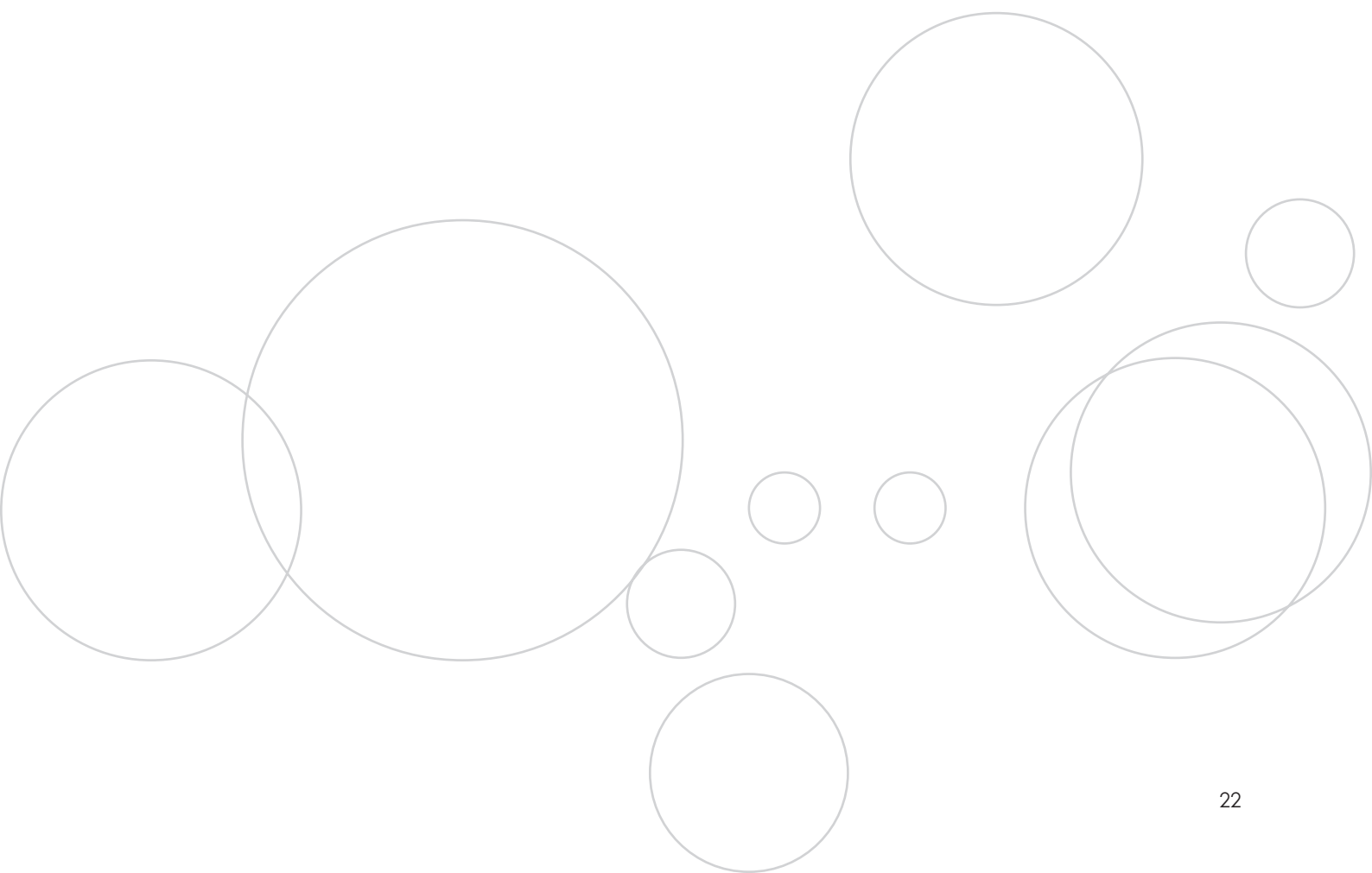
Um dos aspectos fundamentais da criação da logo é o motivo pelo qual optamos por dar destaque para o “café”: informalmente, nos corredores do IAU, é assim que o evento é chamado de forma carinhosa pelos alunos – “você vai no Café hoje?”, “já mandou seu resumo pro Café?”, “que dia você apresenta no Café?”. Também por isso as informações complementares – “com pesquisa” e “2022” – estão escritas em menor tamanho e com uma tipografia mais usual.

Os elementos foram então dispostos de modo que a marca ganhou uma dimensão mais horizontal. Ajustes finos de proporção foram aplicados ainda na representação em preto e branco. O amarelo intenso foi usado como cor fundamental da identidade visual do evento em 2022, de modo que esteve marcadamente presente nas primeiras publicações das nossas redes sociais. Em seguida, no intuito de dar mais dinamicidade e possibilidade de aplicações da marca, iniciou-se um estudo de cores que pudessem ser usadas também para demarcar cada mês. Cada uma das seis sessões que aconteceram ao longo do ano ganhou uma cor de representação que caracterizou o bloco de divulgação dos pesquisadores e suas respectivas pesquisas, avisos e lembretes relativos a cada novo encontro nas redes sociais.



2022  
cQfe  
com  
pesquisa

A paleta de cores intensas e os círculos, também aplicados nas fotos apresentadas nas redes sociais, foram os principais elementos de composição da identidade visual criada para o Café com Pesquisa 2022. Além de todo o material gráfico desenvolvido para as redes sociais, foram desenvolvidas também peças gráficas para divulgação no site e nos grupos da Pós-Graduação, cartazes impressos, assinatura do e-mail oficial e template do resumo expandido. Por fim, a convergência de todo esse trabalho de identidade visual culmina na diagramação deste Caderno de Resumos, onde estão dispostos os aspectos fundamentais do evento e as pesquisas nele apresentadas.





## NOVAS FORMAS DE TRABALHO: FLUXOS, PLATAFORMAS E USOS E PRÁTICAS DO URBANO

*New forms of labour: flows, platforms and urban uses and practices*

*Nuevas formas de trabajo: fluye, plataformas y usos y practicas de lo urbano*

**Palavras-chave:** plataforma do trabalho; fluxos urbanos; cadeias produtivas;  
precariedade.

### **Bruno Sangali**

Graduando em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP

**E-mail:** bruno.sangali@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7497787179373678>

### **Marina Gil de Pádua**

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP

**E-mail:** marigpadua@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9429748926499297>

### **Yuri Ramos Martins**

Graduando em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP

**E-mail:** yrijgh@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9677782627319657>

### **Cibele Saliba Rizek**

Doutora em Sociologia pela FFLCH.USP

Professora Titular do IAU.USP

**E-mail:** cibelesr@uol.com.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0540870380815135>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-7871-5730>



## 1. INTRODUÇÃO

O presente resumo se configura na sistematização das produções de textos, livros e documentos que apreendem as transformações recentes na esfera das relações de trabalho, do emprego e da precariedade, de modo a validar a hipótese de que as chamadas “empresas de plataforma” favorecem e desenvolvem formas de agenciamento de trabalho que produzem e/ou aprofundam a precarização e a vulnerabilidade especialmente das camadas mais pobres da população economicamente ativa (LIMA & BRIDI, 2019), enquanto se revestem de discursos de “colaboração”, de incremento ao empreendedorismo e de suposta emancipação das obrigações vinculadas às relações formais de trabalho (ABÍLIO, 2020a). Estas empresas utilizam de tecnologias digitais georreferenciadas que aproximam trabalhadores e usuários-consumidores e se impõem crescentemente na paisagem econômica e nas cidades de todo o mundo, transformando as dinâmicas dos setores produtivos e de serviços e impactando a organização e as práticas do trabalho. Desse ponto de vista, alteram emprego e renda, levando a uma dispersão importante de trabalhadores pelas vias de circulação das cidades.

Neste sentido, podemos constatar uma crescente importância quantitativa e qualitativa dos trabalhadores engajados pelas e nas plataformas digitais no Brasil, enquanto uma categoria emergente de um processo de dissolução de contratos de assalariamento. Assim, a figura do sujeito periférico (D’ANDREA, 2013)<sup>1</sup> é desvelada na dimensão dos entregadores ciclistas e motociclistas por aplicativo a partir de dados secundários que permitem inferir uma forma de trabalho majoritariamente juvenil, negra e masculina, acentuando-se divisões racial e sexual do trabalho (ABÍLIO, 2020b; IKUTA & MONTEIRO, 2021). Esta condição proletária apresenta novas modalidades de permanências e modulações, ao se aproximarem da condição dos trabalhadores fabris no contexto da acumulação primitiva do capital<sup>2</sup> e ao reivindicarem o estatuto de trabalhadores assalariados.

## 2. OBJETIVO

Mapear e apreender produções acadêmicas e documentais a respeito do trabalho mediado por plataformas digitais, a partir de modos de regulamentação e desregulamentação e das práticas e formas de engajamento, conflitos e embates em um conjunto de usos da cidade e de suas vias de circulação. Neste sentido, identificando-se os modos pelos quais se conformam os territórios e fluxos urbanos como condições e locais de trabalho e de modo de vida, procurou-se construir vínculos e modos de imbricação entre trabalho e moradia, subsidiado sobretudo pela análise das formas de agenciamentos, nos modos de produção e reprodução do espaço e das práticas urbanas, nas formas de sociabilidade e subjetividades, na produção e reprodução das

---

<sup>1</sup> É importante ressaltar que esta categoria foi formulada por Tiarajú Pablo D’Andrea, na análise de sentidos e significados em jogo para o termo “periferia”. Em D’ANDREA, 2013, o autor analisa as subjetividades surgidas na periferia, que permitiram um alargamento do termo: não mais definida pelo binômio *pobreza* e *violência*, mas também pelos elementos *cultura* e *potência*, na constituição da ideia de orgulho periférico. Nesta análise proposta, a figura dos “sujeitos periféricos” é atrelada à ideia de corpos de trabalhadores marginalizados que habitam os territórios periféricos das cidades, sem negar o vínculo com a ideia de “orgulho periférico”.

<sup>2</sup> No contexto do “capitalismo de plataforma”, as dimensões da exploração e espoliação assumem novas conformações, sendo elas desenhadas pelas plataformas digitais a partir do controle e gestão algorítmicos do trabalho (ANTUNES, 2020).

desigualdades sociais e urbanas, e, finalmente, na alimentação das plataformas digitais com dados quantitativos e qualitativos geolocalizados.

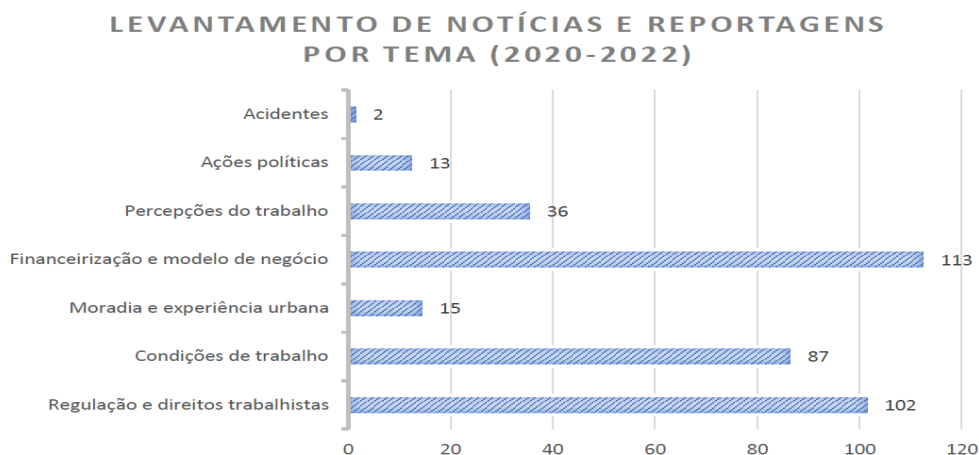
### 3. MÉTODO

Enquanto caráter exploratório, os métodos de pesquisa adotados foram os bibliográfico e documental, de forma a constituir um banco de referências de textos e pesquisas, de autores nacionais e/ou estrangeiros que: 1) desdobram essa forma de agenciamento conhecida como trabalho em plataformas; 2) relacionem a precariedade e vulnerabilidade das formas de trabalho das camadas populares em postos vinculados ao trabalho de plataforma com condições de vida como acesso a serviços, mobilização das cadeias produtivas, formas de sociabilidade e relações com territórios de trabalho (sobretudo seus fluxos) e de moradia; 3) relacionem, no âmbito nacional e internacional, as recentes formas de agenciamento do trabalho, com as redefinições e reestruturações econômicas e urbanas contemporâneas sobretudo relativas às relações e à gramática dos modos de segregação urbana.

### 4. RESULTADOS OBTIDOS

Enquanto esforço coletivo, o levantamento de literatura deu-se a partir de duas repartições: documental e bibliográfica e/ou acadêmica. Para a repartição relacionada à parte documental, priorizou-se a coleta de notícias e reportagens de veículos midiáticos a partir do ano de 2020 até o primeiro trimestre de 2022, no sentido de se reconstituir a figura do trabalhador uberizado enquanto "trabalhador de serviço essencial" no período de pandemia do coronavírus nas cidades brasileiras. Foram coletadas, ao todo, 368 notícias e reportagens, cujas incidências de classificação temática podem ser visualizadas na Figura 1.

**Figura 1:** Relação entre as produções de notícias e reportagens por temas



Fonte: autores, 2022

As questões relacionadas às regulamentações do trabalho plataformizado são amplamente abordadas nos veículos midiáticos, a partir da difusão dos movimentos reivindicatórios no período pandêmico e os trâmites legislativos-judiciários sobre assumir aos trabalhadores de *app* um estatuto de trabalhador assalariado e proteções legais à categoria. Nos temas menos abordados, especialmente relacionados às *Ações políticas*, é possível constatar a incipiência das formas de reivindicação do trabalho, e a apuração de uma identidade de luta coletiva e corporativa e solidariedade ainda em construção, muito em conta das ações operativas das empresas-plataformas no sentido de inviabilizar e invisibilizar as sociabilidades entre trabalhadores; em contrapartida, as chamadas "cooperativas de plataforma" vêm se ampliando a partir da organização de entregadores e motoristas, de forma a se reapropriarem das tecnologias digitais para garantir fontes de renda mais justas e menos exploratórias. Já na temática *Moradia e experiência urbana* (ou seja, as relações entre trabalho, práticas urbanas e condições de vida e de moradia), as produções apresentam dados relativos aos bairros que são definidos como zona de risco pelos aplicativos de transporte, assim como as cidades brasileiras que apresentam condições de trabalho mais perigosas. Nestas acepções, evidenciam-se relatos de consumidores periféricos que alegam os aprofundamentos da segregação urbana e da marginalização promovidas pelas empresas de aplicativo, e como o preconceito e a precária infraestrutura urbana inviabilizam a mobilidade urbana nestes territórios.

Na repartição voltada às produções bibliográficas e acadêmicas, foram coletadas 35 teses e dissertações e 68 artigos no banco de dados de diversas universidades, revistas e periódicos brasileiros e internacionais. De forma similar à literatura documental, as pesquisas se inserem majoritariamente nas intersecções entre a área do Direito e às dimensões do trabalho plataformizado, ao tratar das (re)definições de assalariamento e da proteção contratual neste contexto. No geral, as condições de vida e mobilidade dos trabalhadores, assim como suas percepções do trabalho, aparecem sempre vinculados à noção de precariedade como substancial à reprodução capitalista. Entretanto, poucas pesquisas encaram a questão urbana como central no processo de produção e reprodução capitalistas do trabalho plataformizado. A despeito deste entendimento, alguns artigos do geógrafo Fábio Tozi são significativos no sentido de procurar analisar as relações entre o trabalho plataformizado com as vias espaciais e urbanas e os territórios periféricos, seja no debate acerca da compreensão do papel ativo do espaço no processo de uberização da economia para a conformação das plataformas digitais (e também territoriais), trazendo subsídios para se pensar na gestão corporativa e algorítmica do território nacional (TOZI, 2020), seja na recuperação da teoria dos dois circuitos da economia urbana, de Milton Santos, de forma a compreender a dependência que as plataformas digitais têm com as infraestruturas e usos do espaço urbano (TOZI *et al*, 2021).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As temáticas relativas à regulação e aos direitos trabalhistas destas categorias e aos modelos de negócio atrelados às empresas-plataforma foram bem-sucedidas na coleta de produções que miram na confirmação da hipótese de que estas empresas corroboram para o aprofundamento

da precarização e superexploração da modalidade. Por outro lado, existe ausência de notoriedade às relações entre trabalho plataformizado e moradia, e mesmo nas dimensões das experiências urbanas ainda há muito a ser discutido: a explosão dos usos e das formas espaciais do trabalho, ou do entendimento do espaço urbano pós-fordista no processo de acumulação do capital (HARVEY, 2006) a partir da dispersão dos trabalhadores plataformizados e dos locais de operação das empresas-plataformas nas vias de circulação da cidade. Mesmo a temática relativa à "segregação urbana" aparece muito menos vinculada à valorização do capital na reprodução das relações cotidianas (a centralidade do modo de vida) e mais relacionada ao momento do trabalho, da produção e da circulação.

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem aos fomentos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e do edital de Apoio a Projetos Integrados para Pesquisas em Áreas Estratégicas (PIPAE), vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Estudos Avançados**, São Paulo, v.34, n.98, p. 111-126, 2020.

ABÍLIO, L. C. Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v.39, n.3, p. 579-597, 2020.

D'ANDREA, T. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2013.

ANTUNES, R. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

IKUTA, C. Y.; MONTEIRO, G. P. Perfil dos motoboys e entregadores de mercadoria. **Revista Ciências do Trabalho**, São Paulo, n. 20, p. 1-11, 2021.

LIMA, J. C.; BRIDI, M. A. Trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. **Caderno CRH**, Salvador, v.32, n.86, p. 325-341.

TOZI, F. Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. **GeoUSP**, São Paulo, v.24, n.3, p. 487-507, 2020.

TOZI, F.; DUARTE, L. R.; CASTANHEIRA, R. C. Trabalho precário, espaço precário: as plataformas digitais de transporte e os circuitos da economia urbana no Brasil. **Ar@cne**, Barcelona, v.25, p. 1-20, 2021.

## SUBSIDÊNCIA DO SOLO EM BAIROS DE MACEIÓ-AL: A ATUAÇÃO DOS PROMOTORES IMOBILIÁRIOS NA REESTRUTURAÇÃO URBANA DA CIDADE (FASE 3)

*Ground subsidence in neighborhoods of Maceió -AL: The acting of real estate market in the urban restructuring of the city*

*Hundimiento del suelo en barrios de Maceió-AL: el papel del mercado inmobiliario en la reestructuración urbana de la ciudad*

**Palavras-chave:** espaço urbano; subsidência do solo; promotores imobiliários; migração forçada; reestruturação urbana.

### **Gustavo Figueiredo Lima**

Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela FAU.UFAL

**E-mail:** gustavo.lima@fau.ufal.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9246791529355056>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-5982-5427>

### **Inara Querino de Mendonça**

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela FAU.UFAL

**E-mail:** Inara.mendonca@fau.ufal.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/8663978034361673>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-2401-1818>

### **Caroline Gonçalves dos Santos**

Doutora em Desenvolvimento Urbano pelo MDU.UFPE

Professora adjunta FAU.UFAL

**E-mail:** caroline.santos@fau.ufal.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7076705528402887>

**Orcid:** <http://orcid.org/0000-0001-5726-2632>

## 1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa parte do entendimento de que o **espaço urbano** é o local onde se desenvolvem os conflitos sociais e, portanto, é reflexo das ações praticadas no passado e no presente, estando engendradas no tempo pelos **agentes sociais produtores e consumidores** do espaço (CORRÊA, 1989). Nesse contexto, busca-se compreender a reprodução do espaço urbano em **Maceió**, capital do Estado de Alagoas, que passa por um processo de **subsidiência do solo** decorrente da exploração de sal-gema pela empresa Braskem, resultando na remoção de mais de 57 mil pessoas de uma área urbana com cerca de 274 hectares em 5 bairros da cidade - Bebedouro, Bom Parto, Mutange, Pinheiro e Farol - além da perda de serviços, malha viária e infraestrutura importantes.

Mota e Mendes (2006) entendem que como (re)produtor do espaço urbano o **promotor imobiliário** é um dos agentes mais significativos, pois tem como objetivo a obtenção de lucro sobre a produção locacional acelerando transações e aumentos no mercado, o que gera dificuldades a um dos requisitos indispensáveis: o **direito à moradia**. Portanto, diante do desastre ambiental em curso desde o ano de 2018, demanda-se analisar os rebatimentos das ações do referido agente para a cidade.

## 2. OBJETIVO

Essa pesquisa, em andamento desde o ano de 2019, tem acompanhado a evolução do processo de subsidiência do solo, e, portanto, a produção de conhecimento se desenvolve a partir das reverberações que vêm ocorrendo na cidade. **De modo geral, objetiva-se verificar as contínuas implicações na reprodução do espaço urbano a partir das ações dos promotores imobiliários.**

Na primeira fase, verificou-se as possíveis mudanças e/ou permanências das ações dos promotores imobiliários. Na segunda, foi mantido o mesmo objetivo de mapeamento, porém considerando a ampliação da área afetada e os resultados que já eram possíveis de ser observados, devido ao tempo decorrido desde. Por fim, na terceira fase o objetivo é analisar a reestruturação urbana da cidade e Região Metropolitana após o esvaziamento dos bairros afetados.

## 3. METODOLOGIA

- Revisão de literatura sobre o entendimento de espaço urbano e seu processo de (re)produção, com foco na atuação do agente promotores imobiliários;
- Coleta e análise de notícias veiculadas na mídia sobre o mercado imobiliário na cidade, com consulta aos Censos do Mercado Imobiliário divulgados pelo Sindicato da Construção Civil do - Estado de Alagoas (SINDUSCON-AL), Relatórios de Inteligência Imobiliária da APSA e os Índices da Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas (FIPEZAP);

- Análise de mudança de atuação dos promotores imobiliários, sobretudo no que se refere à incorporação, construção e comercialização;
- Identificação de conflitos de interesses entre os promotores imobiliários e demais agentes;
- Comparação da atuação dos promotores imobiliários envolvidos em outros casos de catástrofes urbanas recentes, como os de rompimento de barragens;
- Mapeamentos de reverberações na cidade das mudanças ou permanências percebidas nas ações do agente estudado e das tendências de reprodução do espaço na cidade.

#### 4. RESULTADOS OBTIDOS/ESPERADOS

A partir do ano de 2016, Maceió dava indícios de recuperação no setor imobiliário, após um período de crise nacional no setor. O índice de Velocidade de Vendas (IVV), vendas brutas no mercado residencial vertical, número de ofertas lançadas e estoque disponível apontavam para um cenário de expansão e valorização que aquecia o mercado.

Em março de 2018 o processo de subsidência do solo é deflagrado na capital alagoana após o aparecimento de rachaduras, trincas e fissuras em imóveis e vias no bairro do Pinheiro, concomitante a fortes chuvas e um tremor de 2,5 na escala Richter. Em resposta a esse episódio, o Serviço Geológico do Brasil - CPRM - é acionado para investigação e, em maio de 2019, divulgou os resultados de seus estudos, os quais identificaram que o afundamento do solo é consequência da exploração de sal-gema na zona urbana da cidade há mais de 40 anos pela petroquímica Braskem. Com isso, a demanda por moradia apresenta-se para a cidade com um desafio urgente, ao mesmo tempo em que as disputas acentuam-se, sobretudo pelo inflacionamento do preço de imóveis, impulsionado pela oferta e procura e a injeção de capital através do PCF<sup>1</sup>.

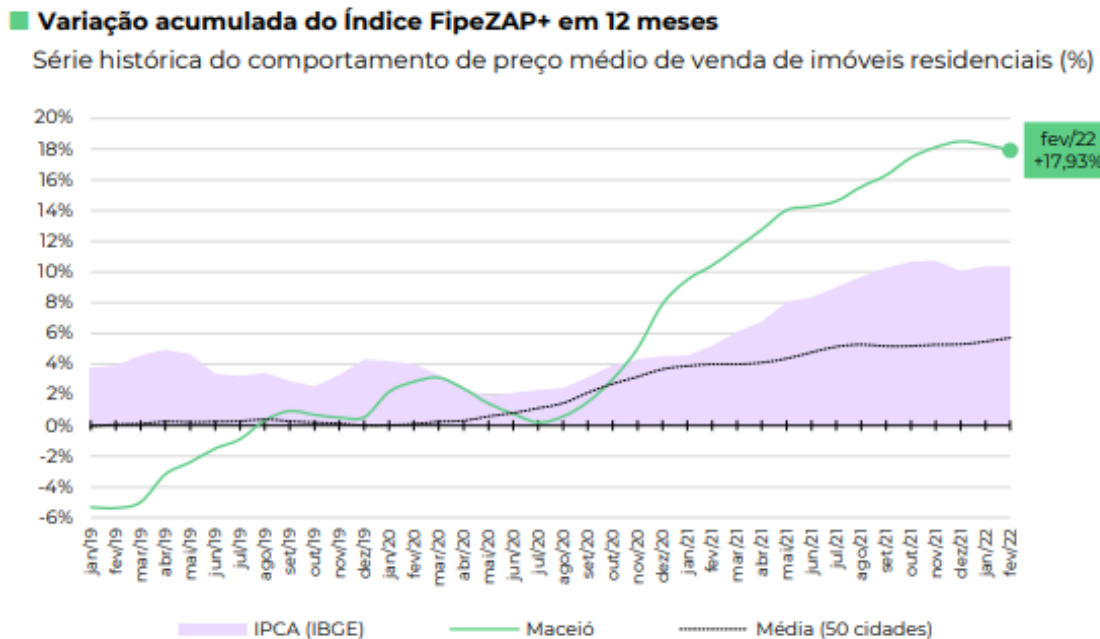
Essa implicação torna ainda mais difícil o acesso a imóveis que se configurem na mesma qualidade, tamanho e localização dos que foram afetados, restando a muitos a **migração forçada** para bairros distantes do centro da cidade, até mesmo fora da capital, uma estratégia para conseguir realizar a compra somente com o valor oferecido pelo PCF. Esse aumento no valor da venda do m<sup>2</sup> já era esperado, e no cenário nacional, entre 2019 e fevereiro de 2022, Maceió foi a segunda capital com maior variação no preço dos imóveis anunciados, de acordo com dados do Fipezap. Essa posição começou a ser desenhada no segundo semestre de 2020 quando a curva de crescimento começou a destoar da curva do IPCA<sup>2</sup> e da média das outras 49 cidades pesquisadas (figura 01).

---

<sup>1</sup> O Programa de Compensação Financeira e Apoio e a Realocação - PCF - foi criado a partir de acordo entre a Braskem e Órgãos Públicos, em que a empresa é responsável por conduzir o processo de remoção, inclusive com o pagamento de auxílio aluguel no valor de R\$ 1.000 e posterior pagamento pelo imóvel.

<sup>2</sup> Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, responsável por medir a inflação no Brasil.

**Figura 01:** série histórica da variação acumulada do preço do m<sup>2</sup> em Maceió - AL



Fonte: Fipezap, 2022

Dessa forma, absorver 57 mil famílias, além de serviços e instituições públicas afetadas torna-se um problema frente a um déficit habitacional na quantidade de estoque disponível para comercialização. A resposta desse mercado à necessidade urgente da cidade só começou a ser vista no ano de 2021, quando houve um aumento no número de lançamentos em Maceió e RM, destacando-se novamente a nível nacional. O crescimento de 65,52% no número de lançamentos para a capital e sua RM é mais expressivo que os números nacionais e da região nordeste, que cresceram 25,5% e 22,1%, respectivamente.

Diante da catástrofe em curso, é importante observar se o padrão e tipologia dos novos empreendimentos atendem ao perfil socioeconômico da população correspondente aos 5 bairros atingidos. Por ora, é visto que o processo de subsidiência acelera algumas tendências que estavam a serem consolidadas na cidade, entre as quais estão o aumento do preço do m<sup>2</sup> no litoral que acaba se aproximando dos valores da planície marítima central, o inflacionamento do preço de imóveis nos bairros da parte alta da cidade próximos ao bairro do Pinheiro e a consolidação de empreendimentos padrão CVA<sup>3</sup> no bairro Cidade Universitária. Sendo assim, em paralelo às reações dos promotores imobiliários, a cidade se reestrutura, acentuando a segregação sócio-urbanística existente.

<sup>3</sup> Programa Casa Verde Amarela.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço urbano entendido e produzido pelos ditames da necessidade da reprodução capitalista é moldado a partir da eterna necessidade de se produzir valor excedente, que acaba regulando a realização da propriedade privada, sempre sobrepondo o valor de troca ao valor de uso (BOTELHO, 2007). Sob essa perspectiva, o setor imobiliário atua com e para essa urbanização que busca a produção de mais-valia urbana, culminando em uma cidade cada vez mais fragmentada e segregada.

Considerando que a ruptura abrupta da realidade impõe à cidade a necessidade de reestruturação urbana, é importante entender que nesse processo o mercado imobiliário atua configurando e/ou acelerando processos engrenados no espaço urbano que espacializa a forma com que a cidade vai ser ocupada. É preciso acompanhar as tendências de produção imobiliária em Maceió, a fim de analisar para onde e para quem está se produzindo, e de como essa produção impacta na promoção do direito à cidade. Dessa forma, destacando que essa atuação é marcada por conflitos pelo uso da terra, tem-se um cenário em que o vislumbre de uma produção imobiliária que atenda às reais necessidades de demanda por moradia se depara com uma cidade em colapso, cuja garantia desse direito demanda um rediscussão dos moldes de produção desse agente.

## REFERÊNCIAS

BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmento: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário.**/ Adriano Botelho. - São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007

BRASKEM. Sítio da Braskem. 2021. Disponível em:<https://www.braskem.com.br/alagoas>. Acesso em 19 ago. 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Editora Ática, 1989.

FIPEZAP. Índice Fipezap de Locação Residencial. 2019.

FIPEZAP. Índice Fipezap de Locação Residencial. 2020.

FIPEZAP. Índice Fipezap de Locação Residencial. 2021.

SINDUSCON. Censo do Mercado Imobiliário. 2021.

# CONJUNTO PARQUE RESIDENCIAL BENEDITO BENTES: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DOS ESPAÇOS LIVRES E VIDA COTIDIANA NUMA ESCALA LOTE - QUADRA

*Benedito Bentes Residential, an intersectional analysis of open spaces and daily  
life on a lot - block scale*

*Conjunto Parque Residencial, un análisis interseccional de los espacios libres y  
vida cotidiana en una escala lote - cuadra*

**Palavras-chave:** habitação social; espaços livres; interseccionalidade.

## Ítalo André Ferreira da Silva

Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela FAU/UFAL

**E-mail:** italo.silva@fau.ufal.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/6715307423445645>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-7756-300X>

## Diana Helene Ramos

Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR-UFRJ

Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU/UFAL

**E-mail:** diana.helene@fau.ufal.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/4396492936910065>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-8455-4814>

## 1. INTRODUÇÃO

A referida pesquisa<sup>1</sup> propõe revisitar o projeto de implantação do Conjunto Parque Residencial Benedito Bentes, que deu origem ao bairro Benedito Bentes. Além disso, versa discutir sobre os problemas e potencialidades do Conjunto e como este se encontra 35 anos após sua implantação, compreendendo a complexidade dos espaços edificados e livres sob uma abordagem interseccional. A metodologia consistiu em leitura e fichamentos do referencial teórico; organização de disciplina eletiva; construção de mapas mentais; elaboração de critérios de análise interescalar; Como resultado, foi discutido por meio da análise, que o projeto do Conjunto foi implantado com uma lógica voltada para a densidade populacional, e que apesar de boas proposições e de pensar na habitação minimamente por meio de uma lógica socioeconômica heterogênea, deixou a desejar quanto aos espaços livres, usos, quantidade e espacialização de serviços, comércios e instituições.

## 2. OBJETIVO

A pesquisa<sup>2</sup> teve como objetivo analisar de forma interseccional o primeiro Conjunto habitacional do bairro que viria a ser o atual bairro "Benedito Bentes", fazendo uma análise comparativa entre o projeto idealizado, o projeto implantado em 1986, e a situação atual do conjunto atualmente, observando a diversidade de usos e as necessidades dos moradores, analisando do lote à quadra e de que forma - qualitativa - as atividades cotidianas são realizadas pelos moradores, e como se imbricam as esferas "pessoal, reprodutiva e comunitária".

Além disso, objetivou a formação teórica, interdisciplinar e prática para refletir, produzir novos conhecimentos, planejar, construir e melhorar as cidades, atuando criticamente em problemas como as dicotomias entre espaço produtivo/reprodutivo; as relações interseccionais entre classe, raça, colonialidade, sexualidade e gênero; a precariedade urbana, a segregação socioespacial e a qualidade da do sistemas de espaços livres, equipamentos e serviços públicos onde se reproduzem a vida cotidiana.

## 3. MÉTODO

A pesquisa foi iniciada com uma revisão bibliográfica sobre assuntos como raça, classe, gênero e sexualidade, direito à moradia e projetos de HIS e suas relações com o contexto urbano. Posteriormente, foram elaborados critérios de análise dos espaços livres dos conjuntos habitacionais, tal análise foi estruturada a partir de uma perspectiva interescalar que utilizou três

---

<sup>1</sup> A referida pesquisa, realizada por este autor, fez parte de um projeto de pesquisa denominado "A cidade como extensão da casa: Sistema de Espaços Livre e vida cotidiana" que teve como objetivo estudar o Parque Residencial Benedito Bentes e mais outros dois conjuntos habitacionais situados na cidade de Maceió - AL, sendo eles a Vila dos Pescadores e o Residencial Parque Jatiúca, que foram objeto de estudo de outras integrantes do grupo de pesquisa.

<sup>2</sup> A pesquisa ocorreu de forma remota, iniciando com a idealização da disciplina eletiva "HIS e Espaço Urbano" ministrada pela orientadora Diana Helene e que cumpriu o papel de preparação e leitura de base teórica acerca dos projetos de HIS e suas relações com o contexto urbano. Em seguida, foram concluídas as leituras do referencial teórico de cada pesquisador, produzidos fichamentos e um grande mapa mental (ver Figura 1) que interligou os textos discutidos.

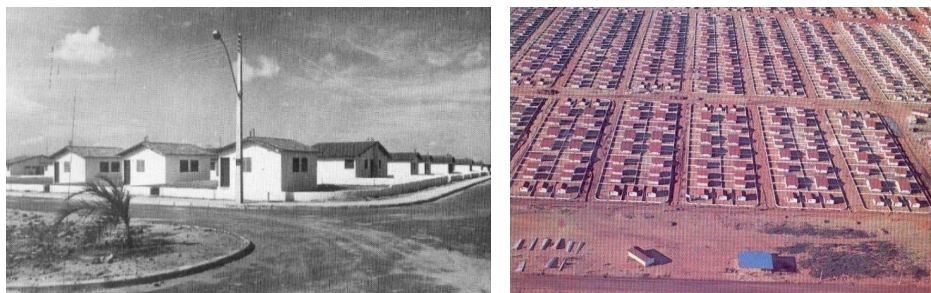
escalas com diferentes raios<sup>3</sup> de abrangência e distintos critérios de análise a serem observados em cada escala, 1) Escala da Inserção Urbana do Conjunto Habitacional (raio de 1,5 Km), 2) Escala da implantação do Conjunto Habitacional (raio de 600m), 3). Escala das Unidades Habitacionais (raio: 300m), essas análises foram realizadas através da análise das plantas de implantação, dos lotes e das tipologias das habitações do conjunto, e de como o projeto se encontra atualmente, através da plataforma Google Maps.

Além disso, foram analisadas as localizações dos equipamentos institucionais públicos com as casas do conjunto e a distância entre estes, de forma a analisar atividades cotidianas são realizadas pelos moradores, e como se imbricam as esferas “pessoal, reprodutiva e comunitária”.

#### 4. RESULTADOS OBTIDOS/ESPERADOS

A partir das imagens da época de implantação do Conjunto (ver figuras 1 e 2), percebemos uma paisagem monótona, desprovida de identidade e com um padrão de repetição de quadras e lotes idênticos, com muros baixos, e edificações centralizadas no lote, constituindo um espaço livre privado de característica residual, sem relação com o desenho da unidade habitacional. A proposta original previa um zoneamento marcado por habitação e equipamentos de educação, saúde, infraestrutura, comércio e serviço, área de preservação e espaços livres públicos de lazer. No entanto, a implantação sofreu alterações quanto à localização original desses equipamentos, refletindo nas adaptações encontradas atualmente, como a grande quantidade de lotes com uso misto (residência/comércio) que surgiram espontaneamente nas vias coletoras do conjunto, devido a necessidade deslocamento de mais de 1km para acessá-los.

**Figuras 1 e 2:** Vista da escala do pedestre e vista aérea da implantação do Conjunto Parque Residencial Benedito Bentes I (1986)



**Fonte:** Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (s.d) apud GOMES (2018, p. 84 - 85)

Sobre os espaços livres públicos do conjunto, atualmente é possível encontrar três praças, das quais apenas uma tem equipamentos de lazer carentes de reforma, enquanto a praça central é apenas um grande descampado, subutilizada como estacionamento e campo de futebol.

---

<sup>3</sup> Estes raios foram pensados como parâmetros de análise tendo em vista o tempo de percurso destes moradores para realizar essas atividades cotidianas a pé.

Ao analisar as quadras percebemos a existência de chicanes<sup>4</sup> e de uma comunicação peatonal com mobiliário único que se encontra atualmente depredado (chicanes em azul e comunicação peatonal em vermelho, ver figura 3) que criavam espaços de passagem e permanência, mas que atualmente servem como atalhos para os condutores de veículos não fazerem o retorno. Além disso, através do *street view* constatou-se a precariedade do sistema viário e seu impacto na acessibilidade: falta arborização nas vias, a sinalização horizontal e vertical é escassa; e a integridade das faixas de rolamento e passeio público.

**Figura 3:** Chicanes em azul e conexão peatonal em vermelho



**Fonte:** Universidade Federal de Pernambuco (2015, apud Correia, 2020, p. 81), adaptada pelo autor

Originalmente, o projeto da unidade habitacional era modular, com três possibilidades de tipologia<sup>5</sup> que podiam ser acrescidas, aumentando o espaço construído, no entanto, não foi prevista a possibilidade de uso comercial para a maior parte das residências, mesmo tendo em vista a diversidade econômica que ali seria inserida e a distância do espaço destinado ao comércio dentro do conjunto.

Por meio da pesquisa foi possível analisar que houveram tantas alterações ao longo dos anos que, atualmente, é impossível perceber algum padrão entre as habitações: a grande maioria das fachadas sofreram modificações e elevaram os muros. Sobre a expansão das habitações dentro do lote, houveram acréscimos de varandas, garagens, adição de quartos, geralmente nos recuos laterais da casa (CORREIA, 2020, p. 92-93). Ademais, alguns proprietários alteraram o uso do lote de residencial para comercial ou para o uso misto (residência/comércio/serviços), mantendo o térreo voltado para o comércio e adicionando um pavimento superior para atender as necessidades residenciais.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto seguiu a lógica de aproveitar o máximo do solo em prol da densidade populacional, replicando um desenho de lotes e quadras monótono, e privando os moradores de soluções que viabilizem uma mediação entre espaço público e privado. Ademais, não foram levados em conta

<sup>4</sup> Promovem o alargamento da calçada com o encurtamento da via em certos trechos, aumentando o espaço peatonal e obrigando o(a) motorista a manter uma velocidade baixa.

<sup>5</sup> Na tipologia 1, a mais básica, a casa era composta por um quarto, sala, banheiro e cozinha; na 2, acrescia-se uma varanda e um quarto; e na 3, tipologia mais completa, acrescia-se um terceiro quarto.

os perfis dos moradores, sobretudo das mulheres racializadas, à quem são historicamente atribuídas atividades de cuidado dentro e fora de casa, e que realizam um percurso mais intenso, multiescalar e com mais paradas pela cidade para dar conta de todas tarefas que têm que realizar (VALDIVIA et al, 2017; CIOCOLETTO, 2014; HELENE, 2019).

Boa parte dos moradores do Conjunto realiza um movimento pendular de cerca de 36 km para realizar atividades produtivas, mas em seus dias de lazer, não encontram dentro do próprio conjunto espaços públicos de qualidade. Além do lazer, estes não encontram infraestrutura viária adequada, diferente da orla marítima da cidade, que tem um tratamento privilegiado, desde o desenho do parcelamento do solo; à manutenção; aos mobiliários, equipamentos e embelezamento desses espaços. Apesar do projeto insuficiente, os habitantes realizaram modificações mediante suas necessidades, como a mudança e adequação de uso dos lotes, a expansão (horizontal e vertical) das habitações, o aumento dos muros e alteração nas fachadas, proporcionaram identidade para as habitações de acordo com suas necessidades. Os Espaços Livres quando não qualificados são subutilizados como campos de futebol e estacionamento, reforçando a prioridade do automóvel sob o pedestre e reforçando o uso dominante de campos de futebol como único espaço de lazer nas periferias brasileiras, que é uma característica tradicionalmente masculina.

## REFERÊNCIAS

CIOCOLETTO, Adriana. **Espacios para la vida cotidiana. Auditoría de calidad urbana con perspectiva de género.** Barcelona: Col.lectiu Punt 6 - Editorial Comanegra, 2014.

CORREIA, Dandara Melo. Recortes. In: MELO, Dandara Correia. **No quintal: anteprojeto paisagístico de um parque urbano no Conjunto Benedito Bentes I, Bairro Benedito Bentes, Maceió -AL.** Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 2019.

HELENE, Diana. **Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia.** Cad. Metrop., São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, Dec. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4612>.

GOMES, Jairo da Silva. Espaços, Trajetórias e Violências. In: GOMES, Jairo da Silva. **Habitação, desorganização social e violência: Situação e perspectiva no bairro Benedito Bentes, Maceió - AL.** 2018.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros.** 2012. Tese (Livre Docência em Urbanismo e Paisagismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.16.2016.tde-07122016-101803. Acesso em: 2021-09-19.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, **Laboratório de pesquisa em tecnologia.** Acervo Acácio Gil Borsó, Pernambuco, 2015. Disponível em: <http://acaciogilborsoi.com.br/projetos-sociais/benedito-bentes/>. Acesso em: 30 ago 2021.

VALDIVIA, Blanca; CIOCOLETTO, Adriana; ORTIZ, Sara; CASANOVAS, Roser; FONSECA, Marta.  
**Entornos Habitables. Auditoría de seguridad urbana con perspectiva de género en la vivienda y el entorno.** Barcelona, España: Colectivo Punt 6, 2017.

# ESPACIALIDADES DA PARTICIPAÇÃO: AGENCIAMENTOS ENTRE POLÍTICA, CULTURA E SUBJETIVAÇÃO NEOLIBERAL

*Espatialities of Participation: agency between politics, culture and neoliberal  
subjectivation*

*Espacialidades de la Participación: agenciamentos entre política, cultura e  
subjectivación neoliberal*

**Palavras-chave:** participação; racionalidade neoliberal; espacialidades contemporâneas;  
arquitetura contemporânea; arte contemporânea.

## Rafael Goffinet de Almeida

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP  
Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela IAU.USP  
**E-mail:** rafael.goffinet.almeida@usp.br  
**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5856358020586629>  
**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-8214-9738>

## Fábio Lopes de Souza Santos

Doutor em arquitetura e urbanismo pela USP  
Professor Doutor do IAU.USP  
**E-mail:** sotosantos@uol.com.br  
**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3856682353780970>  
**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-2189-4619>



## 1. A 'MUDANÇA DE CONTEXTO' DA PARTICIPAÇÃO

Desde 1960, a “participação” tem nomeado uma multiplicidade de discursos e práticas localizadas entre os campos da arte e da arquitetura e urbanismo. Sob este termo guarda-chuva, encontramos desde as formas de reorganização do canteiro de obras, como defendia Sergio Ferro, às organizações não-governamentais e do chamado Terceiro Setor dedicadas à construção de moradias através de políticas compensatórias baseadas em práticas de “voluntarismo”; passando ainda pelos experimentos de novas relações intersubjetivas entre percepção, corpo e espaço, como foram as “vivências descondicionantes” de Hélio Oiticica, ou como perseguem as mais recentes apropriações de edifícios e espaços livres praticadas pelos chamados “artivismos”. O que permite unir estes e tantos outros exemplos é a dissolução de limites convencionais que regiam a produção do espaço (arquitetônico e urbano) acompanhada de perto por um crescente interesse por processos sociais de toda ordem. Contudo, mais que configurar um lugar comum de experimentações, o que estamos chamando de “espacialidades da participação” revela um campo de permanente disputa e deslizamento de seus significados estéticos e também políticos.

Claire Bishop, quando convidada a conceituar a presença do termo “participação” nas artes e na cultura visual, longe de encerrá-lo em uma teoria geral, preferiu organizar sua compilação *Participation* (2006) em torno de dois aspectos decisivos para a investigação deste problema. Em primeiro lugar, ao reunir escritos produzidos ao longo de cinco décadas por artistas e teóricos provenientes de campos distintos, iluminou o fato de que as transformações provocadas pelo interesse estético sobre a “colaboração e dimensão coletiva da experiência social” (2006, p. 10) faziam parte de um fenômeno de ordem mais ampla. Reflexo de contextos políticos e culturais, como foram as revoltas imateriais de Maio de 1968, na França, ou nas lutas pela redemocratização do Brasil, nos anos 1970 e 1980, a “participação” se manifesta em áreas tão distintas como as da pedagogia, psicologia, comunicação e também das artes e da arquitetura e urbanismo. Ao mesmo tempo, Bishop também defende que as manifestações mais recentes enunciam uma “mudança de contexto” da participação. A emergência crítica que parecia caracterizar seus primeiros impulsos na década 1960, teria percorrido um difuso processo de institucionalização e de instrumentalização.

Fenômenos que podem ser verificados teoricamente a partir do que Eve Chiapello e Luc Boltanski (2009) chamaram de um “novo espírito do capitalismo”. Para os autores, o capitalismo avançado, baseado na economia financeira e de serviços, teria absorvido as “críticas sociais e estéticas” feitas ao modelo de produção industrial fordista – sendo Maio de 1968, sua maior expressão – em novos modelos de gestão empresarial, sobretudo a partir dos anos 1990. Contrariando formas mecanizadas, tecnicizadas e tecnocráticas de trabalho e de vida social, emergiu a defesa pela “capacidade criativa do homem e sua autonomia” (2009, p. 208). “O capitalismo”, dizem os autores “foi obrigado a propor formas de engajamento compatíveis com o estado do mundo social no qual está incorporado e com as aspirações de seus membros que conseguiram expressar-se com maior força” (2009, p. 198). Diante deste contexto de “crise do trabalho”, foram forjadas novas formas de controle produtivo, não mais baseadas em sistemas de “punições-recompensas” que vigoraram durante anos 1950-70, mas agora enquanto apologia da

mudança, do risco e da mobilidade, reconduzindo os anseios por criatividade e autonomia em “sensações” de liberdade, liderança, compartilhamento e autorrealização.

Restam, no entanto, alguns pontos cegos. Afinal, há ainda o que se explicar sobre a “obrigação” que levou o capitalismo a superar esta matriz “fordista” de produção, assim como as implicações que recaíram sobre o sujeito do “mundo social” que teria animado este processo de questionamento e de transformação. Concordamos com Christian Dardot e Pierre Laval, em “A Nova Razão do Mundo” (2016), quando criticam Chiapello e Boltanski: quando organizações empresariais passam a produzir suas próprias formas de envolvimento ou ativação dos sujeitos devemos nos perguntar se não estamos observando uma “formação discursiva” de tipo específico, através destes e tantos outros discursos e práticas ligados à “participação”.

Na tarefa de atualizarem os conceitos de “biopolítica” e de “neoliberalismo”, originalmente proposto por Michel Foucault (1976), os autores nos apontam para uma matriz teórica mais abrangente. De tal modo que a reorganização produtiva do “novo espírito do capitalismo” representa um dos processos de redimensionamento do próprio sujeito. Aparentemente livre dos antigos instrumentos de subordinação, é o próprio trabalhador quem deve garantir a eficácia de seu desempenho. No interior do discurso da “flexibilidade”, da “informalidade” e da “espontaneidade”, mas que respondem todos ao imperativo da reprodução capitalista, as esferas da vida pessoal e profissional se confundem. Valores antes aplicáveis apenas às entidades empresariais e corporativas passam a fazer parte das relações sociais do “sujeito empresarial”. Competitivo, espera-se que o indivíduo desenvolva “atitude social”, no sentido de explorar a autonomia recém conquistada para a sua “autovalorização” no mercado (2016, p.337). Trata-se, agora, de um “sujeito ativo” que deve “participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo à sua atividade profissional” (2016, p.327).

Nestes termos, muitas das manifestações da “participação” descrevem senão um imperativo de poder, um controle sistemático de si mesmo, de modo que o desejo de participação do sujeito se converte em uma forma de desejo alheio. Em linhas gerais, esta nova estrutura subjetiva supera as tais regras fixas e hierarquizadas de controle para fundar o sujeito “hipermoderno”, “impreciso”, “flexível”, “precário”, “fluido”, “sem gravidade” de que falam sociólogos e psicanalistas, e cuja performance parece ser ensaiada também através das novas espacialidades da participação.

## **2. DESLIZAMENTOS SEMÂNTICOS E DISPUTAS DE SENTIDOS**

Para ficarmos em apenas um dos exemplos centrais no campo específico da produção do espaço, vale notarmos algumas das questões que emergem dos desdobramentos da “arquitetura participativa” como formulada pelo grupo Arquitetura Nova nas décadas de 1960-70, na forma dos mutirões autogeridos que marcou a luta por direitos das décadas seguintes e aquela promovida por ONGs como a *Habitat for Humanity* – e que pode ser incluída dentro do cenário de disputa político-cultural discutida por Evelina Dagnino (2004) em relação ao período de aprofundamento democrático no Brasil já na virada do século XX.

De fato, a aposta dos mutirões autogeridos, primeiro pelos movimentos populares e, sem seguida, por modelos institucionalizados, foi em larga medida influenciada pelas experimentações e debates abertos por Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre. A forma do mutirão autogerido, a despeito das contradições de origem, como a crítica ao sobretabalho, respondia a um contexto de reivindicação por maior participação da sociedade civil nos espaços de poder, ao mesmo tempo em que pautavam o problema da moradia e da reprodução social do trabalho. Uma maneira de converter a “produção arquitetural mercantilizada”, nos termos de Sérgio Ferro, enquanto uma espécie de “trabalho social”: processo de projeto e o trabalho no canteiro constituíam, juntos, uma espécie de arena para se pensar coletivamente o espaço de morar e de habitar a cidade.

No entanto, a avaliação crítica feita por João Marcos de Almeida Lopes, um dos fundadores da USINA, dedicada à assistência técnica do mutirões autogeridos, indica suas ambiguidades: “o imaginário que nos fazia crer nas possibilidades e potencialidades transformadoras das práticas autônomas atreladas [aos processos autogestionários] de produção da moradia”, na medida em que se convertiam em “práticas compensatórias”, permitiam “mais e mais, a radicalização do projeto de transferência da responsabilidade administrativa do Estado para a sociedade” (2007, p. 10). Neste aspecto, a autogestão se confunde com a “tutela do Estado”. Não tendo constituído políticas públicas de habitação, restaram apenas como programas sociais isolados que tendem a converter a questão da moradia como concessão de um bem privado, mais do que um direito universal e tampouco um questionamento da reprodução social no modo de produção capitalista.

A atuação da *Habitat Brasil*, a partir de 2002, é paradigmático para compreendermos esta complicada articulação entre os anseios por fortalecimento da participação da sociedade civil, o processo de institucionalização que se seguiu e a lógica neoliberal das políticas compensatórias que a partir delas se desenvolveram. Ela representa o fenômeno de “onguização” dos movimentos sociais, constituindo-se como “parceira” entre o Estado que as contrata e as agências de financiamento internacional que as financiam diretamente ou a seus projetos. Cumprem, assim, o papel de representantes da sociedade civil, não apenas “dando voz” às suas reivindicações, mas sobretudo convertendo-as em demandas sociais específicas que, assim, poderão ser enfrentadas técnica e localizadamente. Ao tratar o enfrentamento dos problemas sociais (como a falta de moradia, saneamento básico e a pobreza) como uma questão de gestão técnica eficiente, ONGs como *Habitat Brasil* contribuem para o afastamento de qualquer possibilidade de politização de suas causas.

Neste aspecto, o conceito de “confluência perversa” (ou a sua desmistificação) proposto por Evelina Dagnino (2004), é crucial. O avanço global do “projeto neoliberal” no contexto específico brasileiro, como diz, teria produzido um deslocamento de sentido das noções de sociedade civil, participação e democracia que constituíram o “projeto político democratizante”. Nesta direção, o que Dagnino descreveu como um “processo de ressignificação das representações vigentes de política e de democracia”, empurrando a prática político-cultural da participação para um terreno minado onde “qualquer passo em falso nos leva ao campo adversário” – o do projeto neoliberal –, tão logo irá nos aproximar de agenciamentos mais recentes desta disputa e

deslocamento finalmente identificados com o conceito de "gestão do social" (2004, p. 95-96). No momento em que o mercado sobressai como a "alternativa de democracia", noções mais recentes como o "empreendedorismo social" e do "protagonismo individual" evidenciam como a dimensão política da participação social está submetida a uma perspectiva privatista e individualizante.

### **3. ENTRE AGENCIAMENTOS E DISPOSITIVOS**

Interessa compreender, portanto, e esta é a hipótese atual da pesquisa, se os discursos e as práticas da participação configuram um dos nós centrais no conjunto de transformações levadas a cabo pela formação discursiva da racionalidade neoliberal e que vem afetando as relações de produção e de trabalho, redefinindo instituições e organizações políticas, pautando o desenvolvimento tecnológico e produzindo novas formas de subjetividade e de sociabilidade. Desta perspectiva, a pesquisa busca compreender a "participação" como um dispositivo do poder biopolítico; e o que estamos chamando de "espacialidades da participação", como um conjunto de agenciamentos sociais, culturais e políticos capazes de pôr em funcionamento o exercício da subjetividade empresarial.

Interessa, no limite, verificar as "condições de possibilidade" para a emergência da "participação" entre os campos da arte e da arquitetura e urbanismo. A aproximação com o pensamento de Michel Foucault não se dá apenas em um nível conceitual, mas também metodológico. A partir de análises histórico-críticas de matriz genealógica, a pesquisa enfrenta o que aparece como um conjunto heterogêneo de manifestações da participação, buscando reconhecer entre elas a emergência do que Foucault chamou de "regularidades enunciativas" entre "formas invisíveis" (os enunciados discursivos) e as "formas visíveis" (não-discursivos, portanto). Esta distinção torna-se importante na medida em que traduz o par "matéria-função" de todo "dispositivo de poder": o discurso, como uma "máquina abstrata quase muda e cega, embora seja ela que faça ver e falar" depende das "máquinas concretas", os "agenciamentos", ou ainda, as "tecnologias políticas para o funcionamento do poder" (DELEUZE, 2013, p. 12). A tarefa que se anuncia é, portanto, a de "examinar em um novo modo a relação entre discurso e edifícios" ou, mais precisamente, "como os discursos entram em construção e como, em consequência, edifícios ou ambientes construídos se tornam afirmações (HIRST, 2005, p. 156-157).

### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARTICIPAÇÃO E RACIONALIDADE NEOLIBERAL**

Desta perspectiva, relembrando os exemplos indicados no início, as proximidades e distâncias entre a Arquitetura Nova, o Programa Ambiental, as políticas compensatórias e a arte-ativista revelam "situações de disputa" acerca dos significados da participação que atuam como mediadores de "processos de deslizamento" de categorias históricas, em direção ao que hoje reconhecemos como a racionalidade neoliberal. O enfoque sobre a "reorganização coletiva do trabalho" ou sobre a criação de um "permanente estado de invenção", ambas promessas de relações de trabalho e de vida emancipadoras e não-alienantes, hoje se confundem com as

retóricas da economia criativa ou do empreendedorismo social. Mais do que isso, os esforços por superar as rígidas convenções que regiam o espaço anteciparam processos de desregulação e flexibilização, decisivas para as atuais relações produtivas, formas de organização política e de desenvolvimento tecnológico. O desafio da pesquisa é o de articular espacialidades da participação e aspectos da razão empresarial ou biopolítica, de tal forma que entre promessas de transformação social e novas tecnologias de poder seja possível identificar os tipos de agenciamento espacial que explicitem o conflito entre “a potência política da vida” e o seu revés, “o poder sobre a vida” (DELEUZE, 2013, p. 13).

## REFERÊNCIAS

- BISHOP, Claire. **Participation**. London: Whitechapel Ventures Limited/Cambridge: The MIT Press, 2006.
- BOLSTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** In: MATO, D. (org.). Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización, Caracas: Faces, 2004. p. 95-110.
- DARDOT & LAVAL. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- HIRST, Paul. **Space and Power: Politics, War and Architecture**. Cambridge: Polity Press, 2015.
- LOPES, João Marcos de Almeida. **As artimanhas do discurso bifronte: práticas de autonomia e ambiguidade discursiva na gestão de projetos sociais**. In: Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2007.

## DO GABINETE À GAVETA: OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS EM FLORIANÓPOLIS (2010-2014)

*From the office to the shelf: urban operation consortiums in Florianópolis  
(2010-2014)*

*Del despacho a la gaveta: urbanas consorciadas em Florianópolis (2010-2014)*

**Palavras-chave:** operação urbana consorciada; participação popular; planejamento urbano.

### **Renan Santos Gomez**

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP  
Pesquisador YBY (Grupo de Estudos Fundiários, Políticas Urbanas e  
Produção do Espaço e da Paisagem) IAU.USP

**E-mail:** renan.s.gomez@gmail.com

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3360532020965170>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-2495-5373>

### **Tomás Antonio Moreira**

Doutor em Estudos Urbanos pela Université du Québec à Montréal, UQAM,  
Canadá

Docente e pesquisador do IAU.USP

**E-mail:** tomas\_moreira@sc.usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7348817908541292>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-3061-1745>

## 1. INTRODUÇÃO

Novos instrumentos legislativos de controle da produção urbana são parte do arsenal existente para fazer frente à potente mercadorização das cidades presenciada no Brasil nos últimos anos. Um deles é a operação urbana consorciada (OUC). Apesar de, em teoria, funcionar dentro dos preceitos do Estatuto da Cidade, em diversos casos de aplicação são observadas, entre outras mudanças, a manutenção e aprofundamento do beneficiamento direcionado a grupos específicos atrelados a interesses de mercado perante a formação urbana e a valorização assimétrica em relação às melhorias implementadas.

Florianópolis teve um processo conflituoso e polêmico de discussão e aprovação de seu novo Plano Diretor, que se arrastou por mais de uma década desde a criação de seu grupo executivo até sua aprovação final em agosto de 2017. A construção do Plano teve algumas fases que bloquearam a efetividade do processo participativo e, no momento de proposição do Plano, permitiram mais de trezentas emendas aprovadas na câmara dos vereadores. Esse conjunto de fatores culminou em disputas judiciais sobre o plano diretor a partir de 2014, e levaram a questionar de que forma os processos de decisão dentro desse plano diretor foram e estão sendo levados, com quais pautas e por quais agentes de fato, principalmente nos casos observados de suas Áreas Prioritárias para OUCs propostas e momentaneamente aprovadas.

Tendo já havido grandes experiências no Brasil das quais se tomar nota e obter críticas, teria Florianópolis se apropriado desses exemplos para transformá-los nas OUCs aprovadas em seu Plano Diretor de Urbanismo vigente? E como? O caso de Florianópolis, com recorte temporal entre 2010 e 2014 – espaço de tempo em que são propostas as OUCs no município - é escolhido para se obter uma verificação das novas versões da construção desse instrumento urbanístico no Brasil, da inclusão e dos moldes de processos participativos, e que espaço nesses processos tiveram as populações potencialmente afetadas por esses instrumentos.

## 2. OBJETIVO

O objetivo principal da pesquisa é compreender, nos casos das operações urbanas consorciadas de Florianópolis, como ocorreram os processos de disputas entre os agentes urbanos e seus interesses, no que diz respeito aos ganhos imobiliários ligados ao instrumento e suas áreas de influência, traduzíveis, especialmente, nas disputas pelos perímetros, pelo zoneamento e índices urbanísticos para a construção, preponderantemente o gabarito. O foco é na participação popular dentro das deliberações do seu plano diretor vigente, mas com atenção para outras estratégias e procedimentos que compuseram as disputas, como, por exemplo, interferências a partir de emendas pelo legislativo na Câmara dos Vereadores.

## 3. MÉTODO

Essa investigação se propôs a abordar a participação popular e outras estratégias e procedimentos que compõem uma disputa pelo planejamento e produção da cidade e suas

localizações dentro das decisões recentes de OUCs em Florianópolis como *unidade de análise* (YIN, 2004). Foi feita uma leitura dos processos participativos de decisão das OUCs no Plano Diretor da cidade, numa contabilização de sete perímetros aprovados, com *estudo de casos múltiplos* (YIN, 2004) de três OUCs selecionadas.

Para tanto, foram realizados: levantamento e revisão bibliográfica de livros, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, artigos publicados em periódicos; Levantamento e análise documental e de dados da prefeitura de Florianópolis, censos demográficos do IBGE, mapeamentos das legislações urbanísticas nos territórios estudados desde a aprovação do Estatuto da Cidade (com atenção especial ao histórico de aprovação da Lei Complementar nº 482 (FLORIANÓPOLIS, 2014)), atas de reuniões, de oficinas e de discussões envolvendo a criação das OUCs de Florianópolis; Planejamento e execução de entrevistas semiestruturadas com agentes urbanos identificados dentro dos processos decisórios da criação das OUCs escolhidas em Florianópolis.

### 3.1. Subseções

**1. Democracia e planejamento urbano** abre o trabalho capturando as relações, dentro do sistema capitalista, que o encontro entre os diferentes atores e o capital têm na sua função conjunta de construção do espaço habitado, preponderantemente aquele que se faz urbano. Foi discutido, frente a outros, um modelo democrático de promoção da participação da população nas decisões sobre a cidade, definindo-a como uma arena de disputas entre os agentes envolvidos. Buscou-se estabelecer conexões diretas e indiretas entre os processos de acumulação do capital e seus reflexos nas relações produtivas e na formação das cidades, como alicerce teórico que incorpora as dinâmicas observadas no restante do trabalho, fazendo um apanhado histórico de formação social, política e econômica das cidades brasileiras, um pano de fundo nacional para os estudos realizados sobre o objeto empírico da pesquisa.

**2. Construindo operações urbanas consorciadas** discute principalmente o panorama geral sobre os caminhos tomados pelo instrumento urbanístico das operações urbanas consorciadas no Brasil, dentre outros instrumentos previstos pelo Estatuto da Cidade, tendo como fio condutor a questão da participação e das disputas entre os diferentes agentes envolvidos com o tema do planejamento urbano. As considerações feitas analisam criticamente o funcionamento do instrumento em um exercício de evidenciação de suas potencialidades, desafios e contradições relativos às diferentes formulações locais observadas e aplicações do instrumento.

**3. Formação urbana e planejamento de Florianópolis** faz um histórico da formação urbana de Florianópolis e das disputas relativas à formação de seu território, até o período de formulação de seu último plano diretor vigente e suas disputas posteriores, que resguarda e constitui o objeto empírico da pesquisa. Compreender as especificidades sobre o processo de formulação do plano diretor de Florianópolis e as disputas travadas nesse processo fundamentaram as análises dos estudos de caso, que tiveram suas disputas próprias ocorridas em conjunto, ou em paralelo com as diferentes proposições de OUCs no município.



**4. As OUCs de Florianópolis** observa a construção do instrumento OUC no município e como as três áreas escolhidas para estudo de caso (OUCs Continente, Saco dos Limões e Canasvieiras) foram tratadas no plano diretor. Elas expõem as diferentes abordagens sobre Grandes Projetos Urbanos propostos no Plano Diretor aprovado em 2014, bem como seu processo de proposição, sua relação com sua área de aplicação e entorno imediato, e as intenções para o desenvolvimento urbano do município trazidas dentro da peça de planejamento aprovada.

#### 4. RESULTADOS OBTIDOS

Os estudos de caso geraram mapas comparativos de uma série de parâmetros do microzoneamento das regiões selecionadas para os Estudos de caso, comparando-os entre cada uma das quatro versões publicizadas no recorte temporal selecionado: 2010, 2012, 2013 e 2014. Identificaram-se, com isso, suas equivalências e mudanças (ver Figura 1), as relações do microzoneamento com a proposição das OUCs e as expectativas de adensamento programadas pelos autores do plano em cada versão do plano.

**Figura 1:** Identificação de mudanças e equivalências no microzoneamento dos bairros de incidência e entorno imediato do Estudo de Caso OUC Continente entre as versões de 2012 e 2013



**Fonte:** elaboração com base em FLORIANÓPOLIS 2012; 2013

#### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inserido no contexto de desenvolvimento do Plano Diretor vigente, Verificou-se que o processo participativo do PD de Florianópolis se deu mais como de Consulta ou de Pacificação do que de fato como uma arena participativa com reais poderes deliberativos, e as dinâmicas de

participação foram utilizadas como ferramenta de legitimação da incorporação de agentes e interesses privados no conteúdo do plano. A falta de abertura para o controle social durante a tramitação do plano na CMF, aliada à pressão do poder executivo em aprovar o plano, permitiu que uma parte do legislativo se apropriasse dessa urgência para, a partir da inserção de uma série de mudanças particulares, conjuntamente deformar o plano em tramitação. Essas mudanças tiveram grande influência de negociações de interesses privados dispersos e foram viabilizadas pela formação de blocos de apoio da ala governista, de forma despreocupada com o conteúdo das alterações e seus significados para a cidade, sem compromisso com o interesse público por parte dos agentes da casa legislativa.

A despeito da diversidade de mãos que tensionaram o conteúdo do PDUMF 2014 aprovado em diferentes direções, verifica-se através da observação do desenrolar do processo e da análise dos estudos de caso que o projeto de cidade impulsionado pelo plano diretor se pautou pelo paradigma da cidade-mercado. A abordagem despreocupada própria de uma lógica de ampla abertura de oportunidades para o crescimento do mercado imobiliário e da construção civil minou as chances de reconfiguração ou expansão urbana no município que se direcionasse a uma cidade mais eficiente e saudável, exemplificada pelas OUCs do município. Não dispondo de instrumentos vantajosos o suficiente para direcionar a indústria da construção, Florianópolis nulificará, como já vem fazendo desde os anos 1950, boa parte de seu esforço de planejamento urbano, deixando de atacar seus problemas de infraestrutura, serviços e mobilidade, em lugar da simples rendição aos interesses privados, entre outros, de exploração do solo e da especulação imobiliária.

## AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio financeiro que viabilizou essa pesquisa, por meio do processo 2018/26018-7.

## REFERÊNCIAS

FLORIANÓPOLIS. **Anteprojeto de Lei do Plano Diretor de Florianópolis**. Florianópolis: Prefeitura de Florianópolis, 27 mar. 2012. [118] p.

FLORIANÓPOLIS **Mensagem n. 073/2013**. 18 out. 2013. [2045] f.

FLORIANÓPOLIS, **Lei complementar nº 482**. 17 de janeiro de 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi – 2.ed. – Porto Alegre : Bookman, 2001.

## ANÁLISE ARQUITETÔNICA DE PROJETOS DE HABITAÇÃO FINANCIADOS PELO FGTS: PROJETOS-PADRÃO E PROJETOS-PUBLICAÇÃO

*Architectural analysis of FGTS-financed housing projects: standard projects and publication projects*

*Análisis arquitectónico de proyectos de vivienda financiados por el FGTS:  
proyectos estándar y proyectos de publicación*

**Palavras-chave:** habitação; projeto de arquitetura; padronização; política habitacional.

### Daniel Nardini Marques

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP  
Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP

**E-mail:** daniel.nardini.marques@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0036512178327377>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-9631-931X>

### Lúcia Zanin Shimbo

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela EESC.USP  
Professora Livre-Docente no IAU.USP

**E-mail:** luciashimbo@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3448342105966223>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-1097-80917-8091>

## 1. INTRODUÇÃO

A produção de habitação no Brasil, entre 2009 e 2021, especificamente aquela promovida pelos Programas Minha Casa Minha Vida e Casa Verde Amarela e financiada pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), tomou como uma de suas principais características a produção em larga escala de unidades habitacionais, o que garantiu ao setor privado (principalmente, empresas construtoras e incorporadoras), o papel de principais agentes promotores da política, sendo responsáveis, além da produção, pela escolha dos terrenos, das tipologias, do número de unidades, das técnicas construtivas e até mesmo da faixa para a qual o empreendimento seria destinado. Tal posição na estrutura organizacional possibilitou que o setor privado atuasse com maior liberdade para alcançar o retorno econômico que rege sua atividade. Como resultado, as empresas buscaram terrenos baratos, que costumam localizar-se nas periferias das cidades, para, junto com a padronização arquitetônica e construtiva, gerar economia de escala (RUFINO, et al, 2015, p. 103). A padronização do processo produtivo, como explicado por Shimbo (2010), é essencial para que as empresas garantam o controle sobre seus projetos e obras, obtendo, assim, maiores lucros.

Nessa perspectiva, a atuação dos arquitetos e urbanistas acabou relegada a um papel secundário. Shimbo (2010) e Santo Amore (2016) expõem como os profissionais de arquitetura e urbanismo foram subjugados à lógica da produção das construtoras. Destarte, como já exposto por Souza e Carvalho (2014), há uma pequena parcela da produção do Programa em que os arquitetos e urbanistas, que entram na classificação de escritórios terceirizados, já que não são funcionários da construtora ou incorporadora, conseguiram chegar a resultados formais que se apresentam como exceções dentro da padronização das unidades habitacionais. Ou seja, casos em que o “conteúdo criativo da profissão” (SHIMBO, 2010, p. 210) pode ser aplicado no processo. Mesmo que isso não garanta a qualidade arquitetônica das moradias, a alteração do produto padronizado, influenciando diretamente no processo de produção de habitação, sugere que esses escritórios possam ter um papel maior do que os escritórios terceirizados apresentados por Shimbo (2010), de modo a sinalizar alternativas para o exercício social da profissão (FERREIRA, 2012).

A partir das considerações colocadas, esta pesquisa tem como principal hipótese a existência de uma parcela da produção de habitação do PMCMV que apresenta melhorias qualitativas no âmbito do projeto arquitetônico em relação à produção padrão do Programa. Para a presente pesquisa, essa parcela é aquela publicada por revistas impressas e portais eletrônicos de arquitetura de grande circulação, considerando que a publicação de projetos em tais meios possui relevância para o debate sobre a produção de arquitetura e indica que os projetos possuem qualidades que permitem que sejam publicados como exemplo. A segunda hipótese é a maior participação dos escritórios de arquitetura na parcela de projetos de revistas, o que teria alterado o organograma de relações consolidado pelas construtoras, ou seja, as empresas assumem um papel menor no processo decisório da produção de habitação. A avaliação qualitativa dos projetos arquitetônicos mostra-se fundamental para a compreensão da atuação dos profissionais de arquitetura e suas relações com os demais agentes atuantes no Programa. Ao discutir as relações entre as metas quantitativas do PMCMV e a qualidade arquitetônica e

urbanística dos empreendimentos, Ferreira (2012) organiza a crítica à produção em três pontos: inserção urbana, implantação e unidade habitacional, que serão determinantes para as análises que esta pesquisa pretende realizar.

## 2. OBJETIVO

O objetivo geral da pesquisa é estabelecer semelhanças e diferenças entre os projetos padrão e os projetos apresentados pelas revistas e portais de arquitetura, em termos de qualidade de implantação e de qualidade arquitetônica, no âmbito da produção de habitação financiada pelo FGTS nos Programas Minha Casa Minha Vida e Casa Verde e Amarela, vigentes entre 2009 e 2021, e compreender como foi possível alcançar resultados diferentes com a mesma estrutura institucional. Para tanto, a pesquisa irá investigar possíveis melhorias qualitativas decorrentes do projeto arquitetônico, a partir da análise das concepções arquitetônicas - de implantação e das unidades habitacionais - dos conjuntos habitacionais de tipologia horizontal. Também tem como objetivos buscar e analisar as interferências que a atuação de escritórios de arquitetura e urbanismo podem ter apresentado no processo de projeto e construção e no resultado formal e funcional dos conjuntos habitacionais e entender o papel, enquanto prática profissional, dos arquitetos e urbanistas dentro dos Programas, a partir do debate sobre a função social do arquiteto e urbanista diante da constituição de uma produção de habitação social de mercado (SHIMBO, 2010) no Brasil.

## 3. MÉTODO

Para alcançar os objetivos definidos, será utilizado o método de estudo de casos múltiplos (GROAT; WANG, 2013, VENTURA, 2007). O trabalho teve início com pesquisa bibliográfica, baseada em levantamento, leitura e análise de livros, teses, dissertações, artigos, manuais, sites, legislações, entre outros, buscando contextualizar os Programas Minha Casa Minha Vida e Casa Verde Amarela, com foco nas especificidades dos agentes envolvidos nos processos de projeto e construção de conjuntos habitacionais. A pesquisa documental também buscará organizar e entender métodos de avaliação de projetos já existentes com base em duas escalas, a da implantação e a da unidade habitacional. A partir disso será desenvolvido um método de avaliação específico para a pesquisa. Os projetos que serão avaliados serão definidos a partir de pesquisa exploratória em revistas impressas<sup>1</sup> e portais eletrônicos<sup>2</sup> de arquitetura e urbanismo de grande circulação, publicados entre julho de 2009 e dezembro de 2021. Os projetos considerados como padrão na produção dos Programas também serão analisados pelo método a ser desenvolvido, possibilitando, assim, a comparação desses com os projetos. A partir do levantamento e da análise serão selecionados até quatro projetos de conjuntos habitacionais

---

<sup>1</sup> Foram realizadas buscas nos meios impressos: Revista aU, da editora Pini, e na Revista Projeto, da Arco Editorial, nos volumes publicados entre junho de 2009 e dezembro de 2021.

<sup>2</sup> Foram realizadas buscas nos portais eletrônicos Archdaily e Galeria da Arquitetura, a partir das palavras-chave: minha casa minha vida, casa verde e amarela, projeto de habitação, conjunto habitacional, programa habitacional, política habitacional.

horizontais para estudo de caso. Serão utilizadas a observação não participante, levantamentos fotográficos dos projetos e entrevistas semi-estruturadas com os arquitetos, construtores e incorporadores envolvidos nos projetos.

#### 4. RESULTADOS OBTIDOS/ESPERADOS

Até o momento, como resultado da pesquisa exploratória em revistas e portais eletrônicos de arquitetura e urbanismo de grande circulação foram encontrados três projetos de habitação: (a) o Residencial Wirton Lira, localizado em Caruaru/PE, de autoria do escritório pernambucano Jirau Arquitetura e construído durante o PMCMV; (b) a Vila Amélia, localizada em Sertãozinho/SP, de autoria do escritório paulistano VAGA e também produzido durante o PMCMV; e (c) as Casas Populares Paudalho, projeto do escritório também pernambucano NEBR, localizado em Paudalho/PE e construído já no PCVA. Na continuidade da pesquisa, espera-se constatar que os três projetos apresentem melhorias qualitativas, tanto na análise da implantação quanto das unidades habitacionais, em relação aos projetos padrão da produção dos Programas Minha Casa Minha Vida e Casa Verde e Amarela. Para tanto, espera-se desenvolver um método de análise de projetos baseado em autores que já trabalharam o tema (LOPES e SHIMBO, 2015; FERREIRA, 2012; PEDRO, 2013), considerando as escalas de implantação e da unidade habitacional.

#### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações aqui apresentadas não são finais e nem definitivas, já que a pesquisa está nas primeiras etapas de desenvolvimento. Constata-se que há uma quantidade pequena de projetos de habitação produzidos dentro do âmbito dos Programas Minha Casa Minha Vida e Casa Verde e Amarela que possuem características que possibilitam que os mesmos sejam divulgados por revistas e portais eletrônicos de Arquitetura e Urbanismo de grande circulação. A análise dos artigos publicados em tais meios indica que os escritórios de arquitetura e urbanismo autores dos projetos tiveram maior participação no desenvolvimento dos projetos, sugerindo uma alteração nas estruturas dos programas, já que ganham mais autonomia, superando o papel das construtoras.

#### REFERÊNCIAS

ARCHDAILY. **Casas Populares Paudalho / NEBR arquitetura** [2021]. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/971164/casas-populares-paudalho-nebrarquitetura>. Acesso em: 02 jul. 2022.

ARCHDAILY. **Habitação Social Wirton Lira / Jirau Arquitetura** [2021]. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/920210/habitacao-social-wirton-lira-jirau-arquitetura>. Acesso em: 02 jul. 2022.

ARCHDAILY. **Vila Amélia / VAGA** [2021]. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/889983/vila-amelia-vaga>. Acesso em: 02 jul. 2022.

FERREIRA, João S. W. (coord.). **Produzir casas ou construir cidades?** Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. São Paulo: FAUUSP/FUPAM, 2012.

GROAT, Linda N.; WANG, David. **Architectural Research Methods**. 2. ed. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2013.

LOPES, João Marcos A.; SHIMBO, Lúcia Z. Projeto e produção da habitação na região central do estado de São Paulo: condições e contradições do PMCMV. In: SANTO AMORE, Caio.; SHIMBO, Lúcia Z., RUFINO, Maria Beatriz C. (org). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

PEDRO, João B. **Programa minha casa, minha vida: riscos, oportunidades e recomendações para a melhoria da qualidade arquitetônica e urbanística**. Congresso Internacional na Habitação no Espaço Lusófono. 2º CIHEL – LNEC. Lisboa, Portugal. 2013.

RUFINO, Maria Beatriz C. et al. A produção do Programa PMCMV na Baixada Santista: habitação de interesse social ou negócio imobiliário?. In: SANTO AMORE, Caio.; SHIMBO, Lúcia Z., RUFINO, Maria Beatriz C. (org). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SHIMBO, Lúcia Z. **Habitação social, habitação de mercado**: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro. Tese de doutorado - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade São Paulo, São Carlos, 2010.

SOUZA, Maressa F.; CARVALHO, Aline W. B. Reflexões sobre a atuação de arquitetos e urbanistas no Programa Minha Casa Minha Vida. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ), 3, 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ENANPARQ, 2014. p. 1- 14. Disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Xframes SumarioSC. htm>. Acesso em: 10 set. 2020.

## A PAISAGEM DE FUNDO DE VALE COMO SISTEMA ESTRUTURADOR DO PLANEJAMENTO URBANO

*The valley bottom landscape as a structuring system of urban planning*

*El paisaje de fondo de valle como sistema estructurante de la planificación  
urbana*

**Palavras-chave:** planejamento urbano; arquitetura da paisagem; Bauru-SP.

### Fernanda Moço Foloni

Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela UNESP  
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela IAU.USP

**E-mail:** fefoloni@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/4088518414659050>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-5159-3158>

### Luciana Bongiovanni Martins Schenk

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela EESC.USP  
Professora doutora no IAU.USP

**E-mail:** lucianas@sc.usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3384491853267540>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-7944-7782>

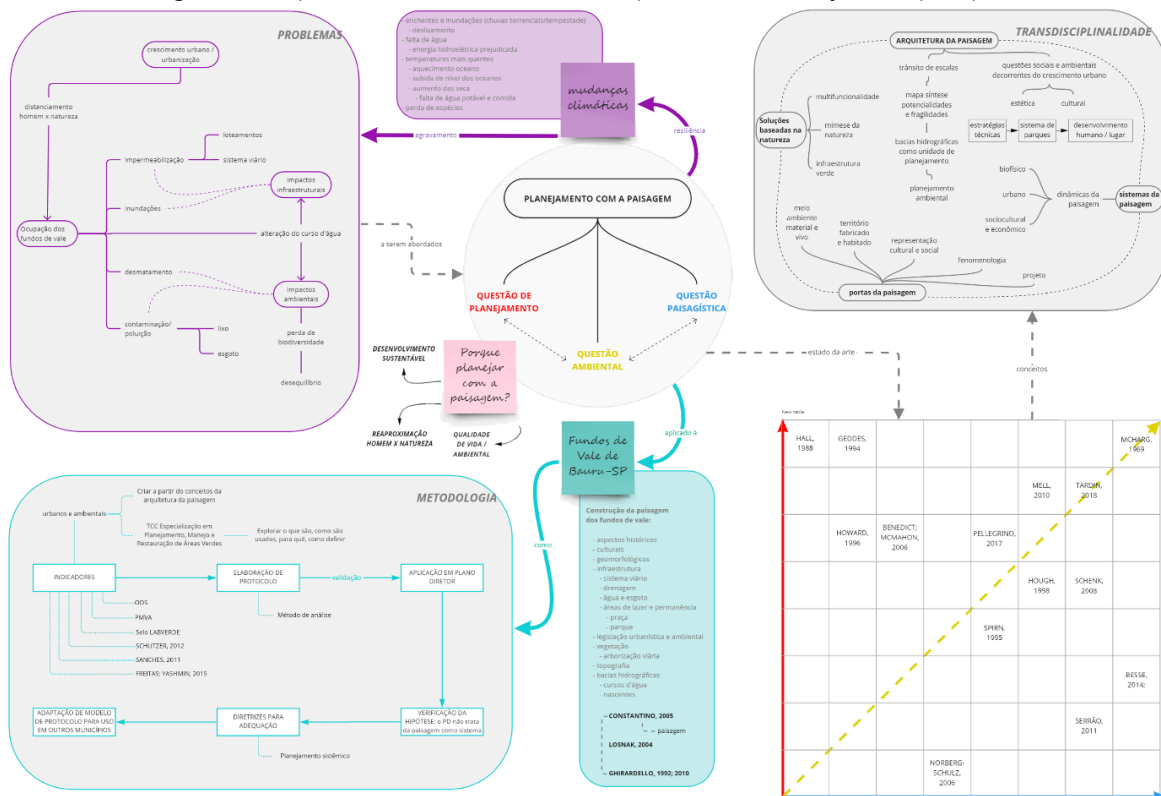


# 1. INTRODUÇÃO

Quando Jean-Marc Besse (2018) diferencia entre *agir na* ou *agir com* a paisagem, explicita uma dualidade de atitudes em relação a matéria: *agir na* pressupõe uma exterioridade, uma ação chegada de fora, enquanto *agir com* implica uma aprendizagem e entendimento do que a paisagem oferece, recusa, impede e autoriza.

Como é possível observar na Figura 1, o trabalho parte da perspectiva do planejamento com a paisagem dividida em três questões, relativas ao espaço urbano: de planejamento, paisagística, e ambiental. A partir delas, delinea-se (I) uma árvore de problemas simplificada, partindo do crescimento urbano, (II) o estado da arte, apresentando algumas bibliografias básicas – Hough (1998); Sporn (1995); Mell (2010); Tardin (2018); McHarg (1969); Geddes (1994); Besse (2014), Schenk (2008) – e sua posição gráfica em relação a esses três temas, e (III) algumas ramificações dos principais conceitos relacionados a eles a serem estudados, que se entremeiam e abrangem as questões de maneira transdisciplinar.

**Figura 1:** mapa mental inicial, elaborado para sistematização da pesquisa



Fonte: Elaborado pelas autoras

Dois fatores são fundamentais para direcionar os questionamentos: a discussão em relação as mudanças climáticas, uma ameaça não tão distante e 13º objetivo do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU, que agravaria os problemas listados; e a paisagem dos fundos de vale de Bauru-SP, estudo de caso também trabalhado na dissertação de mestrado intitulada “rios sobre o asfalto: conhecendo a paisagem

para entender as enchentes"<sup>1</sup>, no qual os conceitos teóricos sobre a paisagem, estudos sobre as dinâmicas entre Homem e Natureza e as portas da paisagem de Jean-Marc Besse, foram aplicados. Em uma notícia de 20 de março de 2022 do Jornal da Cidade de Bauru, intitulada "Altos [da Cidade] entra para a lista de pontos críticos de alagamento em Bauru" (Figura 2), vemos como esses dois fatores se relacionam: o agravamento de chuvas torrenciais e impactos decorrentes da impermeabilização da bacia hidrográfica de um fundo de vale.

**Figura 2:** alagamento (esq.) e enxurrada (dir.) no bairro Altos da Cidade, próximo ao cruzamento das ruas Ver. Joaquim da Silva Martha e São Gonçalo – Bauru-SP



**Fonte:**

<https://www.icnet.com.br/noticias/geral/2022/03/795019-altos-entra-para-a-lista-de-pontos-criticos-de-alagamento-em-bauru.html>. Acesso: 04 jul. 2022.

Dessa forma, diante da necessidade de reconexão entre homem e natureza, cuja ruptura vem agravando questões ambientais e climáticas, buscam-se formas de trabalhar conceitos da paisagem como recurso projetual e instrumento de planejamento, introduzindo novas dimensões ao Plano Diretor como elemento estruturante e de conexão urbana. Para isso, será desenvolvido um Protocolo de Avaliação de Planos Diretores Conforme o Planejamento com a Paisagem, sistematizando indicadores criados a partir dos conceitos transdisciplinares citados, que será validado com dados do estudo de caso, considerando as especificidades da paisagem. Então, serão elaboradas diretrizes para um planejamento sistêmico, estruturado pela paisagem de fundos de vale, para orientar a reformulação de instrumentos legislativos e o planejamento urbano como um todo.

## 2. OBJETIVO

O objetivo desta pesquisa é buscar formas de trabalhar os conceitos associados à arquitetura da paisagem como recurso projetual e instrumento de planejamento, integrando-se às dimensões do Plano Diretor como elemento estruturante e de conexão na organização urbana. Dentre os objetivos específicos, está: I – Entender a importância do planejamento com a paisagem na

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (nº processo: 1708730; vigência: 04/2017 - 02/2018)

busca por novos caminhos do planejamento urbano no contexto do desenvolvimento sustentável e resiliência às mudanças climáticas; **II** – Buscar na arquitetura da paisagem e conceitos adjacentes, instrumentos para abordar as questões de planejamento, paisagística e ambiental no espaço urbano, de forma a tecer estratégias que reaproximem Homem e Natureza, mitigando impactos ambientais e trazendo qualidade aos espaços livres; **III** – Determinar diretrizes para um planejamento sistêmico estruturado pela paisagem de fundos de vale, aplicando os conceitos estudados.

### **3. MÉTODO**

A partir de um estudo de caso, o município de Bauru-SP, e das características intrínsecas de sua paisagem de fundos de vale, a pesquisa foca na análise de questões paisagísticas, de planejamento e ambientais das camadas do tecido urbano para uma reflexão sobre a estrutura e conteúdo de seu Plano Diretor. A respeito das estratégias para seu desenvolvimento, o trabalho se estrutura em seis fases, norteados pelos objetivos específicos: **I** – Pesquisa bibliográfica para embasamento teórico e construção dos conceitos fundamentais que delineiam a pesquisa quanto ao planejamento com a paisagem; **II** – Elaboração de indicadores que avaliam aspectos de planejamento, paisagísticos e ambientais determinados como necessários em um Plano Diretor que considera o planejamento sistêmico da paisagem; **III** – Desenvolvimento de um protocolo atribuindo valores aos indicadores estabelecidos. Serão estabelecidas metodologias de amostragem, cenários desejáveis e parâmetros que avaliam os aspectos subjetivos de forma mensurável e em diversas escalas; **IV** – Apresentação do estudo de caso a partir da análise de sua paisagem, considerando um recorte temporal a partir da década de 1960 (quando foi feita a elaboração do 1º Plano Diretor de Bauru) e validação do protocolo, serão levados em conta as informações levantadas, além de outros tipos de processamento de dados, a serem determinados pelo protocolo. Poderá envolver questionário; estudo de campo; elaboração de mapeamento cartográfico com abordagem multimétodo; simulação de cenários em um trânsito de escalas, estudando a paisagem do sobrevoo às secções de vale em um corte multidimensional; **V** – Discussão de diretrizes sobre como melhorar a pontuação obtida, adequando o Plano Diretor à proposta de um planejamento sistêmico estruturado pelos fundos de vale; **VI** – Revisão e realização das adaptações necessárias para o produto final de um Protocolo de Avaliação de Planos Diretores Conforme o Planejamento com a Paisagem, aplicável a qualquer município.

### **4. RESULTADOS ESPERADOS**

A categorização do Plano Diretor dentro de uma lógica de análise determinada por pontuações, como se faz com o Programa Município Verde Azul, permite não só expor os aspectos positivos e negativos do planejamento do município, como também indicar formas de melhorá-lo. Com a análise da paisagem dos fundos de vale e legislações urbanísticas e ambientais de Bauru deseja-se contribuir para a elaboração de futuros Planos Diretores, uma vez que sua atualização deve adequar o planejamento às novas realidades e dinâmicas da paisagem. Os materiais produzidos, além de auxiliar no entendimento do processo metodológico, também poderão ser

estudados e utilizados na íntegra. Por fim, a discussão sobre os estudos da paisagem aplicados às cidades contemporâneas delinea o presente trabalho. Dessa forma, espera-se também como resultado contribuir para as questões do planejamento com a paisagem, buscando novas formas de trabalhar conceitos subjetivos e metodologias transdisciplinares de forma prática.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realiza a sistematização dos conceitos do planejamento com a paisagem (arquitetura da paisagem, sistemas da paisagem, portas da paisagem, soluções baseadas na natureza – entre outros que se entremeiam) em indicadores. Sua organização em formato de protocolo permite que profissionais e indivíduos interessados possam assimilar aspectos práticos de conteúdos subjetivos relacionados a fenomenologia mais facilmente, difundindo métodos que aproximam as questões paisagísticas e de planejamento a um âmbito ambiental. Dessa forma, a pesquisa fomenta a discussão e apresenta modelos de como a natureza pode coexistir com o ser humano em equilíbrio, apontando caminhos para que as cidades trilhem em direção ao desenvolvimento sustentável e a mitigação de impactos ambientais, planejando para um futuro resiliente às mudanças climáticas.

## REFERÊNCIAS

- BESSE, J. M. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.
- BESSE, Jean-Marc. **La nécessité du paysage**. Marseille: Éditions Parenthèses, 2018.
- GEDDES, P. 1915. **Cities in Evolution**. An introduction to the town planning movement and to the study of civics. Londres, William and Norgate. Edição brasileira pela Papirus, de 1994.
- HOUGH, M. **Naturaleza y ciudad: planificación urbana y procesos ecológicos**. Barcelona: Gustavo Gili, S.A., 1998.
- MCHARG, I. **Design with Nature**. New York: Doubleday & Company, 1969.
- MELL, I. C. **Green infrastructure: concepts, perceptions and its use in spatial planning**. Liverpool, 2010. Unpublished PhD Thesis, University of Newcastle
- SCHENK, L. B. M. **Arquitetura da paisagem entre o Pinturesco, Olmsted e o Moderno**. 2008. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.
- SPIRN, A. W. **O Jardim de Granito: A Natureza no Desenho da Cidade**. Tradução de Paulo Renato Mesquita Pellegrino. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- TARDIN, R. **Análise, Ordenação e Projeto da Paisagem: Uma abordagem sistêmica**. Rio de Janeiro: Rio Books. UFRJ.PROURB, 2018.



## A COMERCIALIZAÇÃO DA HABITAÇÃO NO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA EM RIBEIRÃO PRETO

*The commercialization of housing in the Minha Casa Minha Vida Program*

*La comercialización de vivienda en el Programa Minha Casa Minha Vida*

**Palavras-chave:** mercado imobiliário; produção do espaço; habitação social;  
política habitacional; corretoras imobiliárias.

### **Maiara Oliveira Silva de Aguiar**

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela FCT/UNESP  
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP

**E-mail:** maiara.aguiar@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/8486985757533099>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-5551-5648>

### **Lúcia Zanin Shimbo**

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela EESC.USP  
Professora Livre-Docente no IAU.USP

**E-mail:** luciashimbo@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3448342105966223>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-1097-8091>

## 1. UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO DO MINHA CASA, MINHA VIDA EM RIBEIRÃO PRETO E SEUS AGENTES

Este texto é um recorte da pesquisa de mestrado intitulada: “A comercialização da habitação no Minha Casa, Minha Vida em Ribeirão Preto”, e aborda, através de uma pesquisa documental (a partir de dados do PLHIS (2019) e da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto) e uma pesquisa de análise de base de dados secundários (Geolmóvel<sup>1</sup>), a produção do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) em Ribeirão Preto (RP). Essa análise possui com recorte temporal a Fase 3 (2016-2020) e compara as quatro principais incorporadoras do segmento econômico, com seu histórico, capital social, produção e produtos.

### 1.1.A produção MCMV em Ribeirão Preto na Fase 3

A Fase 3 do Programa contou com mais de 25 mil unidades habitacionais (UH) produzidas por uma total de 20 empresas. Apesar dessa grande variedade de empresas listadas, o que se nota é que apenas quatro foram responsáveis por 87% do total produzido, sendo elas: Pacaembu Empreendimentos Construtora LTDA (27%); MRV Engenharia e Participações S.A. (25%); Vitta Residencial Incorporadora e Construtora LTDA (25%) e Brio Incorporadora LTDA (10%). Tendo em vista a relevância dessas incorporadoras frente à produção do MCMV em RP, elas foram escolhidas como recorte deste estudo.

**A Pacaembu** foi fundada em abril de 1993, tendo sua origem em Bauru – São Paulo (SP). Configura-se como uma Sociedade Anônima Fechada, porém, está passando pelo processo de abertura de capital na bolsa. A construtora já atuou em mais de 40 cidades do estado de São Paulo, e produziu mais de 70 mil UH em mais de 145 empreendimentos (no ano de 2022), realizando condomínios residenciais, loteamentos, conjuntos habitacionais e equipamentos públicos, e atuando junto a órgãos públicos como a Caixa Econômica Federal, Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo e COHAB. Em RP, a incorporadora atuou apenas na Fase 3 do MCMV, com um empreendimento residencial horizontal (R\$215.130,66<sup>2</sup>) em um único bairro planejado, voltado para as Faixas 1.5 e 2.

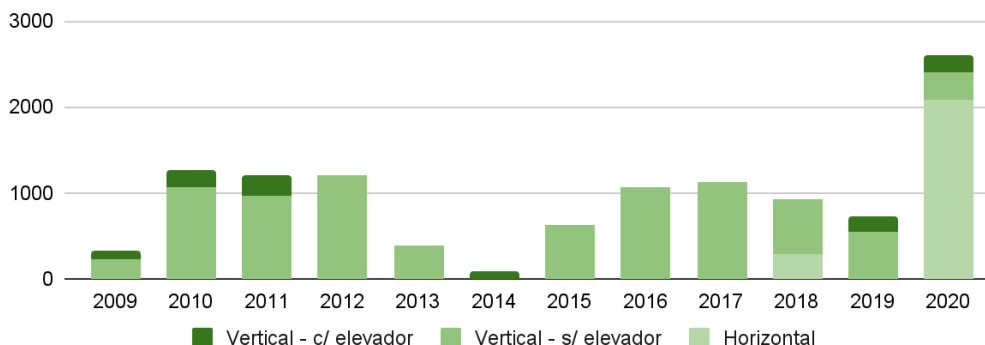
**A MRV** foi fundada em 1979, em Belo Horizonte – Minas Gerais (MG). Em 1996, começou a expandir sua atuação em direção ao Sul do Brasil, chegando em 2000 à cidade de SP. No ano de 2007, a incorporadora abriu seu capital na bolsa de valores, captando cerca de 1,2 bilhões de reais. Atualmente, possui um capital social de quase 5 bilhões de reais. No ano de 2012, a companhia consolidou parceria com o Banco do Brasil, no programa MCMV. Shimbo (2020) aponta que em 2018, a MRV destinou “praticamente 100% dos produtos” ao MCMV e cerca de 97% de suas vendas foram contratadas com o financiamento do FGTS. Atualmente, a MRV atua em 160 cidades brasileiras. A empresa possui ampla atuação no município de RP, desde o início do Programa MCMV em 2009 (Gráfico 1) nas Faixas 1.5, 2 e 3.

---

<sup>1</sup> A Geolmóvel é uma empresa que monitora os dados de lançamentos imobiliários. Seu banco de dados contém diversas informações.

<sup>2</sup> Todos os valores aqui descritos foram corrigidos pelo IGP-DI para 07/2022.

**Gráfico 1:** Produção MRV por Ano e Faixa em RP (06/2009 a 07/2020)

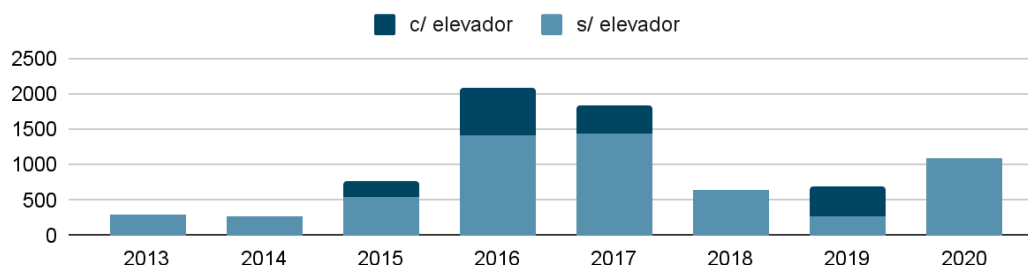


Fonte: Elaboração própria, 2022

A produção da MRV em RP teve uma grande redução nos anos de 2013 e 2014 em consonância com a crise econômica e política instaurada no Brasil a partir de 2014 (KLINK, 2020; SHIMBO; BARDET; SANFELICI, 2022). Porém, é clara a reação da incorporadora já no ano de 2015, início da Fase 3 do Programa, fase com maior produção. O ápice da sua produção no MCMV em RP ocorreu no ano de 2020 com mais de 3.300 unidades, mesmo com a pandemia da Covid-19, isso graças ao desenvolvimento de dois empreendimentos horizontais, que juntos somam mais de duas mil unidades. Apesar de possuir uma atuação desde 2009 no município, apenas a partir de 2018, a incorporadora inicia o desenvolvimento de produtos horizontais. Sua produção na cidade varia entre: (i) condomínios horizontais de casas isoladas no lote (R\$227.735,84 - média ponderada); (ii) condomínios verticais de até 4 pavimentos (R\$260.768,36) e (iii) condomínios verticais com mais de 4 pavimentos (R\$ 274.787,29).

A **Vitta** foi fundada em 2012, na cidade de RP, atuando nas Faixas 1.5, 2 e 3. Classificada, atualmente, como uma sociedade anônima fechada, com capital social de 6 milhões de reais. A empresa opera em 14 cidades no estado de SP e MG, com uma produção total de mais de 20 mil UH lançadas (2022). Em RP, sua produção começou em 2013 (Gráfico 2), e durante a Fase 3 do MCMV com cerca de quase 5 mil UH lançadas nas Faixas 1.5, 2 e 3.

**Gráfico 2:** Produção da Vitta por Ano e Faixa em RP (06/2009 a 07/2020)



Fonte: Elaboração própria, 2022

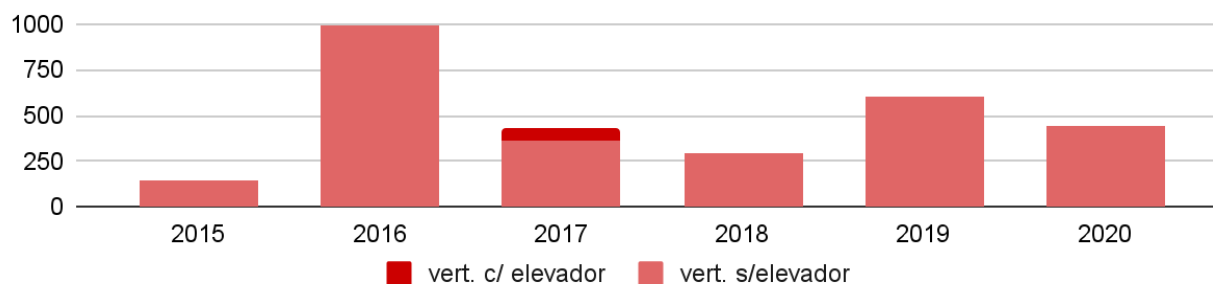
A produção da Vitta em RP começa no ano de 2013 com 288 UH, e em apenas quatro anos, no ano de 2016 (Fase 3), chega ao seu ápice com mais de 2 mil UH. Essa produção se mantém nesse



patamar no ano de 2017, porém, em 2018 começa a reduzir, antes mesmo da Pandemia da Covid-19. Seu produto é composto por edifícios verticais sem elevador (R\$ 239.774,98); ou com edifícios verticais com mais de cinco pavimentos e elevador (R\$ 310.078,34).

A **Brio** possui origem em RP, foi fundada em 2014. Atua tanto no segmento de médio/alto padrão, como no segmento econômico, junto ao Programa MCMV, em seis cidades no estado de SP, com um total de mais de 2300 UH (2022). A Incorporadora possui mais de 14 milhões de reais em seu capital social. Na cidade de RP (Gráfico 3), a Brio atuou nas Faixas 1.5, 2 e 3.

**Gráfico 3:** Produção Brio por Ano e Faixa em RP (06/2009 a 07/2020)



Fonte: Elaboração própria, 2022

Sua produção começou em 2015 e teve seu ápice no ano de 2016, com cerca de 1.000 UH. Porém logo cai para valores que variam de 300 a 600 UH nos próximos anos. Seu produto é composto por apartamentos sem elevador (R\$ 233.409,20); ou com conjuntos de prédios com mais de cinco pavimentos e elevador (R\$ 299.488,36).

## 1.2. Análise comparativa das empresas e conclusões iniciais

Depois de caracterizada toda a produção dessas incorporadoras, foi possível desenvolver uma síntese comparativa da produção de cada uma e, conseqüentemente, elaborar conclusões iniciais frente a tal produção, com suas semelhanças e diferenças.

É notório que em todo o período existem grandes variações no número de unidades produzidas pelas incorporadoras. A Fase 3 do Programa (2016-2020) inicia-se com um pico no número de lançamentos. É no ano de 2017 que a cidade de RP recebe a maior produção desenvolvida em todo o período analisado, em função, principalmente, do empreendimento horizontal da incorporadora Pacaembu, que sozinho injetou quase 7 mil unidades no mercado de RP, como visto. Essa produção massiva acaba, entretanto, por gerar uma nova queda na produção das incorporadoras nos anos subsequentes.

A Pacaembu, não só injetou em um curto período o maior número de unidades já desenvolvidas por uma incorporadora em um ano em RP, mas também desenvolveu uma nova tipologia no dentro do Segmento Econômico do MCMV na cidade, o empreendimento horizontal. Essa tipologia começa a ser considerada pelas outras incorporadoras e passa a ser desenvolvida, posteriormente, pela MRV no ano de 2020, que é o ano de ápice de sua produção em RP. Essa

análise revela que os empreendimentos horizontais, mesmo não correspondendo à maior parte da produção em RP, acabam por injetar grande número de unidades em curto período.

Como visto, apenas a Pacaembu e a MRV, empresas com maior capital social, conseguiram viabilizar um produto de casas na Fase 3 do Programa em RP. O produto da Pacaembu possui um valor médio ponderado bem menor que o disponibilizado pela MRV, conseguindo atender o público da Faixa 1.5.

Já nos produtos verticais, conseguimos identificar que, com exceção da Pacaembu que atuou na cidade de RP com apenas um empreendimento horizontal, todas as outras incorporadoras produziram empreendimentos verticais sem elevador e com elevador. Em relação à média ponderada dos valores de lançamento, a Brio foi a empresa que conseguiu viabilizar um produto mais barato para empreendimentos sem elevador (R\$233.409,20). Já em empreendimentos com elevadores, a MRV conseguiu viabilizar, na média ponderada, os produtos mais baratos (R\$274.787,29). Apesar disso, a Vitta acabou por viabilizar uma menor média ponderada por metro quadrado para ambos os produtos, já que seus produtos possuem áreas úteis maiores (R\$5.360,99 e R\$6.223,74, respectivamente). Esses dados revelam que apesar dessas empresas locais não conseguirem desenvolver um produto horizontal viável, acabam por ter um produto vertical com valor do metro quadrado mais barato que a MRV, por exemplo, que é uma incorporadora de atuação nacional.

## AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2020/13210-7, pelo financiamento do projeto de pesquisa, tornando possível a produção deste texto.

## REFERÊNCIAS

KLINK, J. METROPOLIS, MONEY, AND MARKETS. ***Brazilian urban financialization in times of re-emerging global finance***. 2020

SHIMBO, L. Z. ***O concreto do capital: os promotores do valor imobiliário nas cidades brasileiras***, Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, São Carlos, 2020

\_\_\_\_\_, L. Z; BARDET, F; BARAVELLI, J. ***The financialisation of housing by numbers: Brazilian real estate developers since the Lulist era***, 2022. DOI:10.1080/02673037.2022.2033175

## ENTRE TEMPOS DA CIDADE: CONFLITOS ESPAÇO-TEMPORAIS E PROCESSOS DE ABSORÇÃO

*Amid times of the city: space-time conflicts and processes of absorption*

*Entre tiempos de la ciudad: conflictos espacio-temporales y procesos de absorción*

**Palavras-chave:** produção do espaço urbano; consumo do espaço; intervenções urbanas temporárias; urbanismo temporário; arquitetura temporária.

### Maíra Cristo Daitx

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP  
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP

**E-mail:** mairadaitx@gmail.com

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/4838087428730811>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-7592-0459>

### Manoel Rodrigues Alves

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela FAU.USP  
Professor Doutor em Arquitetura e Urbanismo do IAU.USP

**E-mail:** mra@sc.usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7815309672113678>

**Orcid:** <http://orcid.org/0000-0002-6935-0477>

## 1. INTRODUÇÃO

Fenômenos que cresceram num passado recente e que hoje são estruturantes de nosso cotidiano, como as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), o capital financeiro, as políticas neoliberais, etc., trouxeram à tona problemáticas sociais complexas específicas do contemporâneo, as quais o pensamento crítico tem tentado dialogar. Entre essas consequências estão: 1) o aumento e reforço da mobilidade humana, resultado da ampliação das redes de mercado a nível global, que afetam as relações de trabalho e, por sua vez, as relações interpessoais e do sujeito com o espaço e território – gerando percepções de um tempo mais acelerado e instantâneo e de um espaço mais encurtado, multiplicado e simultâneo (VIRILIO, 1993; HARVEY, 2012, 2014; LIPOVETSKY, 2009; PARDO, 2011); 2) o surgimento de novos anseios e inseguranças no indivíduo, reflexo de um (pretensão) aumento na liberdade de escolhas e da dificuldade de previsão futura diante da complexidade do mundo, que anulam qualquer lógica unidirecional de causa-efeito – gerando ações baseadas em um tempo síncrono (o tempo presente) (BAUMAN, 2001; CRARY, 2014; HAN, 2015). Assim, pergunta-se: Como as essas novas formas de apreensão espaço-temporal contemporâneas têm moldado nossas cidades?

Na teoria crítica arquitetônica é comum vermos um debate que relaciona as transformações político-econômicas para modelos mais neoliberais, o mercado financeiro e a globalização, a padrões estéticos e formatos espaciais, como shopping centers, arranha-céus, edifícios espelhados, arquitetura paramétrica, edifícios multifuncionais, fusão entre arquitetura e tecnologia, etc.; mas mais incomum propostas que buscam debater a arquitetura a partir de seu entendimento como “produto” (cultural, social, econômico e político), modificado pelas atuais relações de poder e governança e transformador dos processos de subjetivação e de criação de experiências – o que afeta o processo criativo do objeto arquitetônico ou espacial.

Recentemente, é possível observar um aumento na criação e aplicação de formas espaciais urbanas mais instantâneas e pontuais, onde as relações subjetivas se realizam a partir de contratos com prazos de validade pré-definidos. Intervenções urbanas temporárias (IUTs) estão se tornando parte integrante do cotidiano urbano, advindo tanto dos campos da arte, design, arquitetura e urbanismo (com exemplos de instalações, performances, happenings, ações de urbanismo tático, etc.), com características mais insurgentes e políticas, quanto do marketing (live e street marketing) e do empresariamento urbano (de espaços interinos ou do “entremeio”), com características mais neutralizadoras e rentistas. Ambas, apesar de opostas em suas intenções de ação, questionam e se articulam com as temporalidades aceleradas e efêmeras do contemporâneo, reforçando, inclusive, sua percepção.

Este trabalho partiu da hipótese inicial de que a “temporariedade” aplicada nas cidades estaria passando por um processo de absorção (captação, adaptação e legitimação) sobre sua forma, discurso e estratégia de ação, tornando-se um território de disputa entre as forças hegemônicas (Estado e capital) e alguns setores da sociedade civil. A “temporariedade”, assim, estaria deixando de se referir unicamente a modelos “alternativos” de produção do espaço urbano para se tornar também uma tática discursiva política e estratégia administrativa para: (1) a expansão de territórios da privatização, por meio da criação de “períodos experimentais” e “ações de ativação” que servem para legitimar o modelo hegemônico de produção da cidade; e (2)

otimização da exploração econômica sobre o espaço, em que permissões para grupos minoritários são dados para a ocupação de espaços ociosos de forma a conter a desvalorização imobiliária, sem garantia de permanência. Nos casos analisados em cinco diferentes cidades (São Paulo, Sevilha, Londres, Berlim e Lyon), observou-se uma ampla variação entre os resultados das propostas passadas e em andamento, que dependerão de seus contextos locais políticos e econômicos para se fortalecerem como propostas que buscam uma maior socialização e ampliação do direito à cidade, ou como mecanismos de propulsão para processos de gentrificação e exclusão socioespacial. Um movimento global, no entanto, também pode ser percebido, no qual a “temporiedade” passou a ganhar importância no debate projetual e administrativo principalmente em períodos de crise (a queda da URSS na Alemanha, a crise imobiliária de 2008 no norte global e, mais recentemente, a crise da COVID-19, em escala mundial), o que traz à tona a importância de se discutir a importação de “modelos prontos” para a solução de problemas urbanos locais. Esta pesquisa também perpassa questões críticas que fazem parte da problemática urbana geral, como o debate sobre o uso e ocupação de espaços ociosos nas cidades, movimentos contra-hegemônicos de produção do espaço urbano, projetos de renovação urbana, entre outros.

## 2. OBJETIVOS

Investigar a produção urbana contemporânea das espacialidades temporárias, buscando: (1) analisar a relação entre o aumento na produção e criação de intervenções urbanas com prazos pré-definidos, e a transformação nas formas de apreensão espaço-temporal, novas relações de consumo (consumismo do espaço) e os atuais modelos de empresariamento urbano; (2) analisar os diferentes contextos sociais, culturais, econômicos e políticos de formação das espacialidades temporárias, e a influência das decisões administrativas e movimentos sociais de resistência no direcionamento desta espacialidade para formas mais in- ou exclusivas do espaço urbano; (3) identificar as características do processo de absorção simbólica e formal no campo aplicado das espacialidades temporárias que alteram o espaço urbano, tais como: novas legislações; relações de parceria; diálogo entre agentes e atores (Estado, o mercado e outros setores da sociedade civil).

## 3. MÉTODOS

Esta pesquisa estruturou-se em três frentes: (1) análise teórica sobre processos sociais, culturais, econômicos e políticos, transformadores da cidade contemporânea e suas temporalidades; (2) identificação dos objetos empíricos espaciais representativos destes processos, e a criação de seus panoramas discursivos; e (3) aprofundamento e aproximação empíricos sobre os exemplos elegidos: São Paulo, Sevilha, Londres, Berlim e Lyon.

Os métodos empregados para a pesquisa exploratória são quantitativos e qualitativos, com a criação de mapas teórico-projetuais (global) e linhas do tempo analíticas (local). Os dados obtidos para tais peças foram obtidos por meio de levantamento de mídias digitais, registros

municipais, bases georreferenciadas e bibliografia sobre o tema. A pesquisa de campo foi feita por meio de levantamentos fotográficos, entrevistas semiestruturadas, observações participativas e não-participativas, e derivas urbanas.

#### 4. RESULTADOS OBTIDOS

Identificou-se diversos momentos históricos recentes em que a temática da temporariedade tornou-se uma questão urbana importante em tomadas de decisões locais, nas cidades analisadas, geralmente associados a períodos de crise. Por exemplo, a queda da URSS resultou na explosão de ocupações artísticas e culturais dos espaços esvaziados da Alemanha Oriental, posteriormente legitimando os usos temporários como “propulsores econômicos” para áreas urbanas em processo de desvalorização imobiliária – modelo expandido para Londres (após a crise imobiliária de 2008), por exemplo. São Paulo, apesar de não possuir um plano para a ocupação temporária de espaços ociosos (privados), apresentou estratégias de ativação cultural, apoiando a realização de eventos e atividades em espaços públicos de áreas consideradas desvalorizadas (como o Centro Histórico). A crise da Covid-19 também fez crescer o número de experimentações urbanas, culminando em flexibilizações para o consumo na rua, em detrimento de outros usos alternativos (educacionais ou de transporte), que deixaram de se tornar presentes após os períodos de normalização.

Paralelamente, também observou-se o crescimento dos eventos culturais e comerciais, como estratégia para o fortalecimento simbólico da imagem da cidade (*city marketing*), e como adequação às necessidades de mercado e comportamentos de consumo global (do espaço e outros produtos). Em São Paulo, a adequação da cidade a tal lógica econômica global veio acompanhada da retirada das responsabilidades do Estado (nas figuras municipal e estadual) no provimento e manutenção de espaços públicos, em prol de interesses lucrativos de entidades privadas, que administram o tempo de tais áreas de forma a maximizar seu lucro e adequá-la às demandas do mercado publicitário – caso do Parque do Ibirapuera. Esse processo de privatização, apesar de acelerado devido à crise sanitária, já era antes observado com os planos de concessão e parceria público-privada para a manutenção e ativação de espaços públicos e a expansão do direito privado sobre os espaços públicos já existentes, exemplificado com a transformação dos *parklets* em áreas de consumo.

Estes momentos de inflexão estabeleceram tecnologias projetuais mais “leves” e adaptadas às incertezas, criando uma estética da temporariedade que se expandiu, inclusive, para outros modelos de resiliência urbana e economia circular. Ainda que esta estética apresente-se em escala global (no formato de andaimes, compensados de madeiras, materiais tensionados, etc.), são seus contextos locais que definem a capacidade que a forma tem de tornar-se um mecanismo catalisador de cidades mais ou menos inclusivas. Dentro de cada cidade e intervenção analisada, observou-se ciclos de grande criatividade projetual, a posterior absorção e institucionalização dessas práticas e as consequências sociais e culturais que fizeram com que a forma temporária fosse readaptada e recebesse novos delineamentos. Cada exemplo analisado em profundidade encontra-se em uma fase diferente deste ciclo, e o fato de cada um deles

presenciá-lo em um momento histórico distinto faz com que um formato diferente de espaço temporário desenvolva-se de forma mais hegemônica do que outro. Em São Paulo, por exemplo, é mais frequente vermos a flexibilização da ocupação acontecendo nos espaços públicos, enquanto nas cidades europeias analisadas, ela acontece principalmente nos espaços privados.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou levar um exemplo nacional ao debate internacional, que concentra-se principalmente em países europeus e nos Estados Unidos. As ações e projetos estudados não devem ser compreendidas fora de seu contexto local, especialmente porque possuem nuances entre si e o discurso arquitetônico tende a reforçar somente os aspectos positivos da prática. Frente a isso, optou-se pela discussão dos conflitos que a ampliação da produção das espacialidades temporárias suscita e as consequências decorrentes de tais eventos aos grupos envolvidos. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP. Para mais detalhes e informações, recomenda-se a leitura da tese.

## AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa teve financiamento da FAPESP, processos 2017/10218-4 e 2019/19790-8.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CRARY, J. **24/7 - Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naify, 2014. (Versão digital e-book)

HAN, B-C. **The burnout society**. Stanford (CA): Stanford University Press, 2015.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola (23ª ed.), 2012.

LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

PARDO, J. L. Disculpen las molestias, estamos transitando hacia un nuevo paradigma. In: RENAS, L.; FOGUÉ, U. (Eds.). **Planos de [inter]sección**. Materiales para un diálogo entre filosofía y arquitectura. Madri: Lampreave, 2011. p. 352-67.

## ALGUMAS MODALIDADES DE ATUAÇÃO DE ARQUITETOS NA MORADIA POPULAR: SUAS MATRIZES HISTÓRICAS

*Some modalities of activity of architects in current popular housing and their  
historical matrices*

*Algunas modalidades de actividad de los arquitectos en la vivienda popular  
actual y sus matrices históricas*

**Palavras-chave:** assistência técnica; assessorias técnicas; negócios sociais;  
política habitacional; arquitetura popular.

### **Tatiane Boisa Garcia**

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UEM  
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela IAU.USP

**E-mail:** tatianegarcia@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5213458787893358>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-2616-3409>

### **Lúcia Zanin Shimbo**

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela EESC.USP  
Professora Livre-Docente no IAU.USP

**E-mail:** luciashimbo@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3448342105966223>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-1097-8091>



## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de doutorado - em desenvolvimento - têm identificado como fenômeno o surgimento de novos grupos técnicos de arquitetura atuando na produção doméstica de moradia popular por todo país a partir de 2010. Mais conhecidas como assessorias técnicas ou assistências técnicas, trata-se de profissionais organizados em distintas estruturas jurídicas que participam de processos de produção de novas unidades, melhoria e regularização da moradia de famílias de baixa renda em assentamentos precários a partir de práticas variadas. De antemão, este texto propõe iluminar as gêneses desse processo, que se estruturam como diferentes origens na história. Busca-se responder, a partir de um resgate histórico: Quais foram as origens das distintas práticas de arquitetura na moradia popular no Brasil? Enquanto análises parciais, partindo de matrizes históricas e entrelaçamentos subsequentes, propõe-se esboçar algumas possíveis modalidades - pautadas também nas categorias estruturas operacionais e narrativas das práticas - a fim de contribuir na sistematização e análise dessa pluralidade de atuação de grupos técnicos de arquitetura na moradia popular na atualidade.

## 2. A PARTIR DE MATRIZES HISTÓRICAS: ALGUMAS MODALIDADES DE ATUAÇÃO

De maneira geral, as narrativas dos pesquisadores e, especialmente, os relatos dos arquitetos atuantes parecem evidenciar que as práticas foram sendo construídas buscando responder inquietações pessoais (morais/religiosas), profissionais e/ou políticas. Não havia, em um primeiro momento, uma lógica comum das práticas insurgentes, muito menos uma estrutura pré-existente e estável, eram apenas ações pontuais e ambivalentes de gestões estatais, de profissionais ou de voluntários. Ao longo das décadas de 1960 e 1980, o acúmulo dessas poucas experiências e debates provocaram novas práticas, posturas e arranjos que passaram com o tempo a delinear algumas estruturas institucionais e financeiras para práticas alternativas de arquitetos na moradia popular. Assim, apoiando-se nessa revisão da literatura, foi possível identificar quatro modalidades de atuação do arquiteto na moradia popular que corroboram para compreender os grupos técnicos e suas práticas na moradia popular na atualidade, em especial, após a Lei Federal 11.888/2008, que passa a garantir juridicamente a assistência técnica pública e gratuita para famílias de até três salários mínimos.

### 2.1. As universidades e as ações experimentais de ensino e extensão em territórios populares

A partir de instituições de ensino de faculdades de arquitetura com disciplinas e laboratórios voltadas ao hábitat popular, algumas práticas foram desenhadas com cunho educacional e experimental. Nesse percurso, destaco dois contextos que corroboram com a aproximação do arquiteto às realidades da periferia. No cenário da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP), o Curso Integrado, propiciava aos estudantes recém-chegados incursões às periferias e iluminava as preocupações sociais da profissão (ARANTES, 2002). Em 1982, na Faculdade de Belas-Artes de São Paulo, o Laboratório de Habitação foi criado reunindo jovens professores com um acúmulo de experiências da

Cooperativa da SASP, da FAU USP e de outros movimentos ou entidades. Ainda que tenha sido abruptamente fechado em 1986, foi responsável por formar arquitetos que atuariam com essa demanda em distintas estruturas institucionais - em órgãos públicos, em outras faculdades de arquitetura ou em assessorias técnicas que seriam formadas posteriormente (POMPÉIA, 2006).

Essa vertente, explora em distintas práticas uma tentativa de professores e alunos de extrapolar os muros das universidades ao mesmo tempo, que evidenciam um descompasso ao relacionar esses dois mundos. Conectadas às atividades de pesquisa, ensino ou extensão, envolvem alunos e professores de graduação e pós-graduação, por meio de Laboratórios, pesquisas em programas de pós, disciplinas, TFG's e mais recentemente, com os EMAU's e o fomento às extensões universitárias. As práticas são bastante diversas, explorando ações experimentais de tecnologias construtivas e metodologias participativas de projeto na construção da moradia popular ou de planos e projetos urbanos. Destaco, ainda, que esses professores por vezes, atuam ou atuaram também em assessorias técnicas, incorporando novas práticas junto aos movimentos populares, sendo arquitetos-militantes-pesquisadores, como denominado por Lopes (2011).

## **2.2. As administrações públicas municipais com ações articuladas em territórios delimitados**

Dentro das administrações públicas, algumas políticas públicas passaram a ser desenvolvidas pelos arquitetos e engenheiros - acompanhados também de assistentes sociais - das prefeituras. Destaco as experiências do SERFHA (Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas) no Rio de Janeiro em 1956, o projeto habitacional do conjunto Cajueiro Seco em Recife como pioneiras na atuação direta entre órgãos públicos e a demandas populares (PULHEZ, 2007). Mas foi no contexto da Prefeitura de Diadema, a partir da década de 1970, que se relataria um processo contínuo de aproximação dos técnicos municipais propiciando uma "autoconstrução assistida". (LOPES, 2011).

Esses profissionais servidores públicos atuavam diretamente com a população ao mesmo tempo também (re)desenhavam os programas que orientam suas ações a partir da compreensão das demandas e contradições em suas imersões na comunidade, extrapolando ideários remocionista e reconduzindo a relação dos técnicos da prefeitura com o povo. Essa modalidade de atuação tem evidenciado uma possibilidade de articulação de diferentes programas públicos a partir de demandas evidenciadas no território diretamente pelos servidores. Dos desdobramentos dessa estrutura institucional que ampara essa atuação, mas atualmente tem-se observado a reverberação de Escritórios Públicos de Arquitetura (EPA) instalados no âmago dos territórios populares, destaco especialmente as experiências da CODHAB no Distrito Federal e o EPA em Salvador.

## **2.3. As assessorias técnicas aos movimentos sociais na luta pelo direito à moradia**

Com origem na confluência de outras experiências, com destaque para FAUUSP e o LabHab das Belas Artes, já em um contexto de redemocratização e intensificação dos movimentos populares na RMSP, formaram-se as assessorias técnicas paulistas. Esses grupos de arquitetos e outros profissionais, estruturados em entidades não governamentais com foco na provisão de moradia

autogestionada e outras demandas emergentes dos movimentos e associações populares. Essa matriz se consolida especialmente no programa Funaps Comunitário, constituindo um arranjo amparado no financiamento público (AMORE, 2004; BARAVELLI, 2006). As narrativas e as práticas das assessorias expunham e convocavam, para além da elaboração de projeto e acompanhamento de obra, uma postura de atuação com processos participativos com foco na autonomia dessa população, ações de militâncias políticas e de luta pelo direito à moradia e à cidade e práticas que deveriam responder demandas oriundas dos movimentos populares.

#### **2.4. As entidades profissionais na luta pelo direito à assistência técnica no atendimento pulverizado de famílias de menor renda**

Em um outro contexto, uma proposta de atuação, mais distante das narrativas paulistas, se desenhou a partir do programa ATME de Porto Alegre, idealizado por arquitetos sindicalistas (MELLO, 2014, 2021; CARDOSO, 2022). A proposta, pouco consolidada na prática, se ampara na realização de convênio e parcerias com o poder público, responsável pelo repasse de recursos. As práticas seriam efetuadas por arquitetos autônomos vinculados com sindicatos e outras entidades profissionais, propondo o atendimento às demandas populares a partir de uma prestação de serviços às famílias que autoconstruíram suas casas. O foco maior de atuação estava em demandas mais simplificadas, atreladas a construções de pequeno porte e ações de assistência técnica em projeto e acompanhamento para regularização habitacional, melhorias habitacionais e novas unidades unifamiliares, não contemplando recursos para material e mão de obra especializada.

### **3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Enquanto resultados parciais, essas modalidades de atuação brevemente esboçadas não são fechadas em si mesmas, pois algumas de suas matrizes foram construídas a partir de eventos e personagens convergentes. Além disso, o campo de atuação da arquitetura na moradia popular não se findam nessas quatro possibilidades, especialmente porque outras práticas foram historicamente se (re)desenhando a partir de tangenciamentos e tensionamentos.

Assim, essa perspectiva histórica, apesar de não refletir integralmente o contexto atual, permite avançar na compreensão dos múltiplos grupos técnicos que vêm emergindo no campo da moradia popular na última década. Destaco ainda que, as reflexões corroboram com a hipótese da tese de que um polarizado entre assessoria e assistência técnica, invisibiliza a heterogeneidade de práticas atuais que partem de distintas matrizes. Essa pluralidade de atuação demonstra a existência de diversas estruturas institucionais de âmbito privado e público, que propiciam a formação e ação de entidades - com naturezas jurídicas e matrizes distintas - de acordo com condicionantes dos territórios.

Por fim, destaco que essas quatro modalidades identificadas partiram de uma narrativa de luta da moradia digna como direito a ser garantido pelo Estado. Por outro lado, esses arranjos evidenciados neste texto parecem não alcançar uma outra prática e narrativa que têm sido evidenciada nos últimos anos, a partir dos - autodenominados - negócios de impacto social na

habitação. Isto porque, esses grupos técnicos emergentes parecem formar uma nova modalidade no campo de atuação da moradia popular de matriz contemporânea ancorada, especialmente, no empreendedorismo e nas finanças sociais.

## AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo financiamento a essa pesquisa.

## REFERÊNCIAS

AMORE, C Santo. **A lupa e o telescópio** - o mutirão em foco. São Paulo, anos 90 e atualidade. Dissertação de Mestrado. FAU/USP, São Paulo, 2004.

ARANTES, P. F. **Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões**. São Paulo: Editora 34, 2002.

BARAVELLI, J. E. **O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo – das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha**. Dissertação (Mestrado), FAU-USP. São Paulo, 2006.

CARDOSO, Fernanda Simon. **Entre o discurso e a construção da prática profissional do arquiteto e urbanista: experiências contemporâneas em assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social no Brasil**. 2021. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2021. doi:10.11606/D.102.2021.tde-09022022-115934. Acesso em: 2022-07-18.

LOPES, João Marcos. **Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política**. Livre-docência-IAU/USP. São Carlos, 2011.

MELLO, Bruno Cesar Euphrasio de (org.). **Sindicato dos Arquitetos no Rio Grande do Sul: memórias de quatro décadas (1973-2013)**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2014.

\_\_\_\_\_. **ATMI: gênese da lei de Assistência Técnica em Habitação Social**. In: Risco Revista de Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online), 19, 1-15.  
<https://doi.org/10.11606/1984-4506.risco.2021.166911>

PULHEZ, M. M. **Espaços de favela, fronteiras do ofício: história e experiências contemporâneas de arquitetos em assessorias de urbanização**. Dissertação de Mestrado, EESC-USP. São Carlos, 2007.

POMPÉIA, R. **O laboratório de habitação no ensino da arquitetura: uma contribuição ao processo de formação do arquiteto**. Tese de doutorado, FAU-USP. São Paulo, 2006.

## CIDADE-IMAGINÁRIO: UM ENSAIO SOBRE OS USOS E FUNÇÕES DA FOTOGRAFIA NO MUSEU DE BOCAINA-SP

*Imaginary city: a study on the use and functions of photographys in the museum of Bocaina-SP*

*Ciudad imaginaria: un ensayo sobre los usos y funciones de la fotografía en el museo de Bocaina-SP*

**Palavras-chave:** fotografia; reprodução fotográfica; atuação institucional; localização urbana; Bocaina-cidade.

### **Bruna Cristina Bevilaqua**

Arquiteta e Urbanista pela UNIP  
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP

**E-mail:** brunabevilaqua@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0380300593211061>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-6248-3461>

### **Paulo César Castral**

Doutor em Multimeios pela UNICAMP  
Professor Doutor do IAU.USP

**E-mail:** pcastral@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9617775996397577>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-6329-7847>

## 1. INTRODUÇÃO

A reflexão aqui relatada ocorreu em meio a mudanças significativas nos objetivos da pesquisa proposta, anteriormente, para desenvolvimento no Programa de Pós-graduação do IAU/USP. Inicialmente, a proposta consistia em uma reflexão voltada à salvaguarda e preservação das fotografias em posse do poder público municipal da cidade de Bocaina-SP, interior do Estado de São Paulo. A inquietação teve em vista a incipiência das pesquisas dedicadas ao local, a variedade do conjunto de fotografias – inclusive dos suportes – e o consenso de que a ação de salvaguarda poderia viabilizar a incorporação dos documentos fotográficos em estudos, investigações e trabalhos futuros sobre Bocaina, sobre o período – virada do século passado – e sobre o desenvolvimento das cidades do interior paulista a partir da influência do complexo do café.

Com o desdobramento do trabalho e a aproximação com diferentes áreas do conhecimento dedicadas ao campo multidisciplinar da fotografia – em especial sobre seus usos institucionais e as práticas ou juízos relacionados à sobrevivência ou não sobrevivência dos artefatos e das imagens – a pesquisa acabou deslocando sua problemática principal. Afinal, agrupar, digitalizar e difundir deve ser o cerne da primeira pesquisa que lida com esse conjunto fotográfico amplo e característico de um período categórico para o desenvolvimento da região e até mesmo do Estado de São Paulo? Ao tratar restritamente a questão “preservação de documentos” não estaríamos empreendendo ou estimulando usos futuros que abordem a fotografia e a imagem como apêndice, ilustração ou anexo? E, por fim, é possível que nosso trabalho colabore pela conservação e, em conjunto, legisle por usos hipotéticos e não meramente ilustrativos das fotografias e imagens?

A preocupação inicial, pela salvaguarda, foi motivada em função do estado de vulnerabilidade a que os documentos comumente estão sujeitos em arquivos de municípios interioranos e de pequeno porte. A escassez de profissionais qualificados, a baixa difusão sobre a importância dos documentos e uma habitual ausência do apreço social pela preservação dos documentos podem ser listados como alguns dos motivos que resultam no estado de vulnerabilidade dos documentos desta pesquisa.

Ao nos propormos a refletir sobre o complexo universo da imagem e da fotografia, se fez imperativo a necessidade de deslocamento da discussão – neste momento menos centrada em aspectos tecno-arquivísticos e mais voltada à multidisciplinaridade própria destes campos: arquivo-fotográfico.

A cidade de Bocaina, localizada a, aproximadamente, 300 quilômetros da cidade de São Paulo, é um dos testemunhos edificados da atuação do complexo do café no Centro-oeste Paulista. Fundada já no regime político republicano – ano de 1891 –, a cidade respondeu aos interesses econômicos das elites cafeicultoras da região. É possível afirmar que Bocaina se conformou como um exemplar de cidade em consonância estreita com a atividade econômica vigente no local entre a virada do século XIX e XX.

Rápidas mudanças, características do avanço das lavouras cafeeiras sobre o território paulista, também ocorreram no território bocainense. Isto implicou em mudanças geográficas e espaciais

pautadas na insurgência de novos objetos e relações que revelaram progressivamente o desenvolvimento urbano local.

[...] em 1900 a então Vila de São João de Bocaina tinha cinco ruas e contava com 254 prédios. As ruas eram iluminadas a querosene. A zona rural contava com 73 fazendas de café, com cinco milhões de pés plantados e naquele ano a produção atingiu 364 mil arrobas. (Jornal de Bocaina, 1991).

As características urbanas e arquitetônicas e o potencial construtivo dos edifícios da cidade até o início do século XX denotam que grande parte da população bocainense do período residiu em áreas rurais. É provável que Bocaina tenha nascido, inclusive, como resposta às necessidades dos espaços rurais, num momento em que a cidade existia para “servir” às fazendas.

Contudo, aqui buscaremos, diferentemente, compreender como essa trama histórica, cheia de meandros, foi e é contada por meio da cidade apresentada e rerepresentada pela fotografia. Para isso, de partida nos aliamos à ideia de que a fotografia colabora com a reconstrução histórica quando deixa de pertencer exclusivamente ao plano iconográfico e expõe as ambiguidades de suas informações (KOSSOY, 2002, p. 20) e que pensar sobre o que restou fora do seu enquadramento e é relegado ao esquecimento é indispensável (MONTEIRO, 2006).

Para isso, aqui buscaremos analisar de que maneira Bocaina foi apresentada pelo Museu Histórico Municipal Ruth Bueno Pontes Nigro, durante mais de uma década de sua existência (1990-2001), investigando como esta instituição atuou para a preservação dos documentos hoje manuseados pela nossa pesquisa. O conjunto analisado conta com 165 imagens de fotografias reunidas e reproduzidas para ocupar a área expositiva.

## 2. OBJETIVO

Por meio do controle da abrangência espacial contida nas fotos procuramos obter informações sobre o grau de articulação com que se pretendeu, no caso da instituição analisada, apresentar fotograficamente a cidade, quais áreas ou motivos foram selecionados para representá-la ou, por fim, qual o grau de extensão da noção de cidade (LIMA e CARVALHO 1997, p. 32) neste contexto. A partir disso, buscamos compreender as imagens analisadas a partir de duas chaves: como instrumento – no uso institucional – e como gerador de relações – no âmbito da apropriação individual.

## 3. MATERIAL E MÉTODO

O estudo parte, essencialmente, das reproduções fotográficas expostas no museu que propomos analisar. Para buscar entender como o passado foi visualmente configurado pela instituição, tomamos a fotografia como pista da própria atuação institucional. Realizamos o estudo a partir da atribuição de descritores icônicos/temáticos, tendo em vista quantificar quais áreas da cidade – *centro*, *bairro* ou *área rural* – aparecem em maior ou menor quantidade no conjunto. Para o estabelecimento dos grupos e descritores tomamos como referência, principalmente, a obra das

pesquisadoras Vânia Carneiro e Solange Lima sobre a cidade de São Paulo a partir das fotografias de Militão<sup>1</sup>.

Após tal quantificação e identificação das fotos dedicada a temas relacionados aos espaços e lugares da cidade, buscamos analisar o conjunto de imagens que retratam a cidade sobrepondo-as no mapa do perímetro urbano de Bocaina. O trabalho tem como intuito verificar as áreas mais e menos representativas no conjunto fotográfico junto ao mapa, o que acreditamos possibilitar a compreensão sobre de que maneira, enquanto objeto edificado e localização urbana, a paisagem bocainense foi representada no trabalho museal.

#### **4. RESULTADOS OBTIDOS**

Na análise preliminar foi possível identificar a localização de 89 imagens (57.85% do conjunto total) das reproduções expostas no museu. Do total desse conjunto, o descritor centro caracterizou predominantemente o conjunto (83.6%), seguido com número pouco expressivo dos descritores rural (7.7%) e bairro (6.6%).

A partir do mapeamento das fotografias alguns aspectos denotam com relevante intensidade. O primeiro deles é que a maioria das representações são oriundas de capturas situadas nas quadriculas remanescentes do primeiro período de desenvolvimento da área urbana de Bocaina – entre 1891 e 1900.

Além disso, outro marco do desenvolvimento do tecido urbano, a praça e igreja da Matriz de Bocaina articula quantidade significativa das imagens. A predominância deste local em detrimento dos demais, em especial daqueles de caráter religioso na cidade – característicos de religiões ou períodos distintos – se conforma como aspecto importante para dar protagonismo ao grupo que se reconhece nas características sociais explícitas e implícitas nestas imagens.

#### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em 1890, o Brasil produzia, aproximadamente, 70% de todo o café consumido no mundo. Entre este mesmo ano e 1910, o número de pés de café triplicou no Estado de São Paulo e foi durante este período que Bocaina passou de Vila a Município, se emancipando em relação a Jaú e apresentando, aproximadamente, 20.000 habitantes (FURLANETO, 2003). Com isso, assim como se conformou a maioria dos núcleos urbanos oriundos da economia de base cafeeira, grande parte da população da cidade, entre o século XIX e início do século XX, residia no ambiente rural.

É interessante notar, portanto, que a cidade apresentada pela fotografia no Museu apresenta um recorte específico da história do local, que não era o mais relevante e de maior dinâmica social no mesmo período. Deste modo, consideramos que a narrativa institucional se absteve de apresentar o ambiente rural, do qual o próprio ambiente urbano derivou e serviu: as zonas agrárias, as fazendas cafeeiras em Bocaina.

---

<sup>1</sup> Livro Fotografia e Cidade. Da razão Urbana à Lógica do consumo. Álbuns de São Paulo (1887-1954).



## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. Boris Kossoy, pelas valiosas contribuições para o desenvolvimento deste trabalho no âmbito da disciplina "Fotografia, Comunicação e Memória" do PPGCOM-ECA/USP.

## **REFERÊNCIAS**

FURLANETO, W. **Uma Cidade e um Pouco de sua História**. Volume II. 2003.

KOSSOY, B. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. Ateliê Editorial, 3. ed. São Paulo, 2002.

LIMA, S. F. de; CARVALHO, V. C. de. **Fotografia e Cidade**. Editora Mercado das letras. São Paulo, 1997.

MONTEIRO, C. **História, fotografia e cidade: reflexões teórico metodológicas sobre o campo de pesquisa**. MÉTIS: história & cultura – v. 5, n. 9, p. 11-23, jan./jun. 2006.

## ARTE, CIDADE E PARTICIPAÇÃO: AS AÇÕES DO COLETIVO SENSIBILIZAR EM CURITIBA (1983 - 86)

*Art, city and participation: actions of the Sensibilizar collective in Curitiba  
(1983 - 86)*

*Arte, ciudad y participación: acciones del colectivo Sensibilizar en Curitiba  
(1983 - 86)*

**Palavras-chave:** arte; cidade; participação; Curitiba; década de 1980.

### Gabriela Koentopp

Arquiteta e Urbanista pela UFPR  
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP  
**E-mail:** gabriela.koentopp@usp.br  
**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0082158068103998>  
**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-6412-852X>

### Fábio Lopes de Souza Santos

Doutor em arquitetura e urbanismo pela USP  
Professor Doutor do IAU.USP  
**E-mail:** sotosantos@uol.com.br  
**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3856682353780970>  
**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-2189-4619>

## 1. INTRODUÇÃO

O trabalho se propõe a analisar o conjunto das ações do coletivo Sensibilizar, que atuou em Curitiba entre os anos de 1983 a 1986, relacionando-o às ações dos grupos Caxa de Bicho e PH4, e do evento Moto Contínuo. Além disso, pretende relacioná-las com o contexto artístico das décadas de 1970 e 1980, tanto curitibano quanto brasileiro.

Antes de mais nada, é importante ressaltar que, no Paraná, a ida da arte à rua se deu principalmente nos Encontros de Arte Moderna de Curitiba, cujas primeiras e mais significativas edições aconteceram entre os anos de 1969 e 1974 (FREITAS, 2017). Os Encontros de Arte Moderna introduziram tendências da arte contemporânea no estado e complementaram o processo de abertura da arte paranaense (ARAÚJO, 2006; BROMBERG; FREITAS; JUSTINO, 2010).

Neste período, algumas outras iniciativas urbanas surgiram no campo artístico de Curitiba. Em 1977, Luiz Rettamozo propôs uma ação efêmera de integração da arte, cotidiano e paisagem urbana: ele espalhou outdoors pela cidade com mensagens ecológicas. Um ano depois, Sergio Moura, artista de Manaus, promoveu o Artshow (1978), cujo principais participantes foram os profissionais do jornal Pólo Cultural (Paulo Leminski, Reynaldo Jardim, Rogério Dias).

Já no contexto dos anos 1980, duas principais linhas de arte foram preponderantes no estado do Paraná: a primeira foi o retorno aos suportes tradicionais, como a pintura de cavalete e outras formas possíveis de serem comercializadas; a segunda, foco deste trabalho, foi a vertente dos coletivos artísticos, cujos objetivos eram a participação social, bem como a contestação política (BINI, 2018; REINALDIM, 2007). De acordo com o curador Fernando Bini (2018), os anos 1980 são marcados por uma explosão criativa, de retorno às problemáticas do coletivo e à pluralidade de linguagens. São anos de amadurecimento, quando os artistas "se põem à vontade" depois do período mais duro da repressão pelo regime ditatorial brasileiro.

Adalice Araújo (2006) aponta a arte paranaense desta década como a mais questionadora e libertadora, cuja preocupação com a reflexão era maior do que com a estética. Caracterizou-se pelo símbolo, gestualidade e multiplicidade de estilos. No campo dos coletivos artísticos, a retomada das ruas tinha significado político, à medida que envolvia as pessoas, interferia na realidade cotidiana e expunha os problemas urbanos.

## 2. OBJETIVO

Dentre os objetivos a que se propõe este trabalho, o objetivo geral é de interpretar as ações do coletivo Sensibilizar, assim como as dos grupos Caxa de Bicho, PH4 e Moto Contínuo, contextualizá-las e compreender quais as definições de Arte, Cidade e Participação em suas ações.

Tem-se os seguintes objetivos específicos *i)* mapear as ações do coletivo Sensibilizar, bem como dos grupos Caxa de Bicho, PH4 e Moto Contínuo. Em seguida *ii)* colocar a discussão em termos

locais, bem como no contexto nacional e internacional da época; *iii*) relacionar as ações com o contexto político e artístico das décadas de 1970 e 1980, *iv*) aprofundar o conhecimento sobre o estado da arte nos temas de arte política, arte participativa, arte na cidade e performance urbana, *v*) compreender as definições conceituais dos autores Jacques Rancière, Walter Benjamin, Hal Foster, Rosalyn Deutsche, Miwon Kwon e Claire Bishop sobre as temáticas de arte, cidade e participação, e relacioná-las às ações dos coletivos.

### **3. MÉTODO**

A metodologia utilizada foi, inicialmente, a seleção e localização de documentos históricos, textos críticos, artigos de jornais, catálogos de exposições, vídeos, fotos, entre outros, a fim de montar uma cronologia dos eventos. Paralelamente, criou-se uma base de dados com as fotos e vídeos coletados, com as seguintes informações: nome da obra, nome dos artistas participantes, título, técnica, dimensões (caso seja um objeto) e local.

A pesquisa utiliza-se de uma metodologia de abordagem qualitativa, visto que há subjetividades e nuances não possíveis de quantificar. Em relação ao objeto, usar-se-á o método descritivo, para caracterizar as ações.

### **4. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Visto que esta é uma pesquisa qualitativa, os conteúdos que servirão de base para a análise dos resultados serão as entrevistas realizadas, o material coletado nos acervos e os recortes de periódicos. A análise buscará classificar os dados coletados de acordo com *i*) a sequência temporal e *ii*) em categorias, pela tipologia das intervenções. Desta forma, escolheu-se, para este projeto, a análise diagnóstica, que visa compreender as causas de um evento e suas consequências.

É importante ressaltar que a análise das ações se dará por meio da bibliografia sobre as teorias de arte, cidade e participação – em especial os textos de Jacques Rancière, Walter Benjamin, Hal Foster, Rosalyn Deutsche, Miwon Kwon e Claire Bishop, citados no capítulo de Introdução.

### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dentre os grupos paranaenses, o Sensibilizar era o mais engajado nas esferas política e social, sendo que sua atuação se dava primordialmente nas ruas da cidade. Os artistas participantes seguiam o ideal de arte não ligada ao mercado, ou seja, obras não comercializáveis, em um contexto em que, paralelamente, parte dos artistas voltava-se às formas tradicionais de arte, a fim de atender a uma demanda mercadológica conservadora.

Os grupos artísticos que surgem neste período se propõem a repensar a relação entre arte e cidade, entre arte e o seu público, assim como aproximar a arte da discussão política. Dentre eles, destacam-se os grupos curitibanos Caxa de Bicho (1980 - 81), Sensibilizar (1983 - 86), PH4 (1986 - 90)

e a experiência coletiva Moto Contínuo (1983), que serão estudados nesta pesquisa. Os grupos tinham objetivos em comum, dentre eles levar a arte ao cotidiano, por meio da participação do público e contestação política.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adalice Maria de. **Dicionário das artes plásticas no Paraná**. Volume 1 - síntese da arte no Paraná (da pré-história até 1980) verbetes de A. C. Curitiba: Edição do Autor, 2006.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre, RS: L&PM Pocket, 2019.

BINI, F. A Arte Moderna e Contemporânea Paranaense. In: **Uma viagem pelo mundo da arte**. Curitiba: Solar do Rosário, 2018.

BISHOP, Claire. **Artificial Hells: Participatory Art and the Politics of Spectatorship**. London/New York: Verso, 2012.

BROMBERG, P.; FREITAS, A.; JUSTINO, M. J.; TEXTOS; TRADUTOR. **Estado da arte: 40 anos de arte contemporânea no Paraná**. Curitiba: Museu Oscar Niemeyer, 2010.

DEUTSCHE, R. **Evictions: Art and spatial politics**. Chicago: The MIT Press, 1996.

FREITAS, A. C. de. **Festa no vazio: performance e contracultura nos encontros de arte moderna**. São Paulo: Intermeios, 2017.

FOSTER, H. **O retorno do real: vanguarda no final do século XX**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

KWON, M. **One place after another: site-specific art and locational identity**. London: MIT press, 2002.

RANCIÈRE, J. **O espectador Emancipado**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

\_\_\_\_\_. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009.

REINALDIM, I. **Moto Contínuo: estudo de caso - arte no Brasil - início da década de 80**. 2007. 2 v. Dissertação (Mestrado) - Pós Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

## ABSORTÂNCIA SOLAR E PARÂMETROS DE COR DE TINTAS

*Solar absorptance and color parameters of paints*

*Absortancia solar y parámetros de color de las pinturas*

**Palavras-chave:** absorptância solar, tintas, envelhecimento natural, desempenho térmico.

### **Lorena Santos Bezerra Couto**

Mestra em Ciências pelo IAU.USP  
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela IAU.USP

**E-mail:** lorenacouto@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/6923805091806074>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-6340-7946>

### **Kelen Almeida Dornelles**

Doutora em Engenharia Civil pela UNICAMP  
Pós-doutora pelo IAU.USP

Professora de Arquitetura e Urbanismo no IAU.USP

**E-mail:** kelend@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/4576117054220288>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-5683-7139>

## 1. INTRODUÇÃO

O setor da construção civil é um dos que mais consome energia, o que o coloca consequentemente entre os que mais poluem o meio ambiente, além de impactar direta e indiretamente nas mudanças climáticas que vêm acontecendo no planeta ao longo dos anos. Em países não desenvolvidos, como o caso do Brasil, a construção civil residencial chega a consumir mais que 50% da energia utilizada para abastecimento do país inteiro (SYNNEFA; SANTAMOURIS; AKBARI, 2007).

Dentre as alternativas de resfriamento passivo das edificações está o uso de revestimentos frios (*cool materials*), ou seja, com alta emitância térmica e baixa absorvância solar. A absorvância solar refere-se, conforme a norma NBR 15220-01 (ABNT, 2005), à porcentagem de radiação absorvida por uma superfície, o que será diretamente responsável pela temperatura superficial da mesma, e é uma propriedade da superfície importante no uso de estratégias passivas de melhoria do desempenho térmico.

É comum a afirmação de que as cores mais claras refletem mais, e as cores mais escuras refletem menos, contudo, é importante diferenciar as regiões do espectro solar correspondentes à luz visível, e ao infravermelho. Este trabalho apresenta, então, as relações entre a refletância solar de tintas e os parâmetros de cor utilizados.

## 2. OBJETIVO


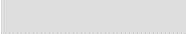




Este trabalho tem por objetivo relacionar a absorvância solar das superfícies com seus parâmetros de cores.

## 3. MÉTODO

### 3.1. Caracterização das amostras

As tintas selecionadas para esta pesquisa correspondem a cores mais claras, escuras e mais vibrantes da marca Suvinil. As cores, assim como os códigos de referência para identificação no catálogo virtual da marca, são apresentadas na Tabela 1.

**Tabela 1:** Placa cimentícia e cores de tintas selecionadas

IMAGEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	CÓDIGO
	Tinta Suvinil Limpeza Total Branco Neve 3,6L	B
	Tinta Suvinil Limpeza Total Vento Sul 0,8L	VS
	Tinta Suvinil Limpeza Total Urso-polar 0,8L	UP
	Tinta Suvinil Limpeza Total Patativa 0,8L	P
	Tinta Suvinil Limpeza Total Martim-pescador 0,8L	A
	Tinta Suvinil Limpeza Total Nectarina 0,8L	V

### 3.2. Determinação da absorvância solar

A fim de determinar a absorvância solar das amostras selecionadas para esta pesquisa, foi utilizado o espectrofotômetro com esfera integradora, escolhido para esta etapa da pesquisa devido sua grande abrangência dentro do espectro solar, incluindo desde o ultravioleta até o infravermelho próximo, indo desde 300 nm até 2500 nm. Estas medições serão realizadas seguindo a norma da American Society for Testing and Materials ASTM E903 (2020a).

Inicialmente, conforme a metodologia proposta pela norma aqui seguida, deve ser realizada a calibração do equipamento, utilizando amostras de referência com valores de refletância solar já conhecidas de 99% e 2%, que representam as cores preto e branco, respectivamente, produzidas pela Labsphere. Assim que a calibração do equipamento for concluída, as amostras são então inseridas, uma a uma, no equipamento.

Este equipamento apresentará os valores de refletância solar referente a cada amostra ao final das medições. Considerando-se que em superfícies opacas a radiação incidente será parcialmente refletida e o restante absorvida, será aplicada a equação 01 para que sejam obtidas as absorvâncias das tintas.

$$\alpha = 1 - \rho \quad \text{Equação 01}$$

Onde:

$\alpha$ : absorvância solar;

$\rho$ : refletância solar.

O espectrofotômetro apresenta valores de refletância solar, porém os espectros obtidos não consideram variáveis climáticas, características atmosféricas, tais como poluição e presença de vapor d'água, que estão presentes nas condições reais de exposição das superfícies à radiação solar. Portanto, é necessário que seja feito o ajuste para o espectro solar padrão, conforme previsto na norma ASTM G173 (2020b).

### 3.3. Medições de parâmetros de cor

A medição dos parâmetros de cor foi realizada utilizando um colorímetro modelo Colorium 2 Delta Color, ou semelhante.

Considerando as variações de cor das superfícies de acordo com o observador e fonte de luz incidente, os parâmetros utilizados para a análise dos dados colhidos são do CIELCh, estabelecidos pela Comissão Internacional de Iluminação (CIE), de coordenadas polares  $h^*$ ,  $C^*$  e  $L^*$ , estas últimas correspondem respectivamente à tonalidade, saturação (S) e luminosidade, denominado sistema HSL (DELTA COLOR, 2018).

O procedimento de medição inicia com a calibração do equipamento com padrões de fábrica representando as cores preta e branca, logo após o mesmo deve ser posicionado sobre a



superfície de cada amostra individualmente, para assim captar os dados dos parâmetros de cor. Os dados coletados são apresentados no software de colorimetria Lab7 Delta Color.

#### 4. RESULTADOS OBTIDOS

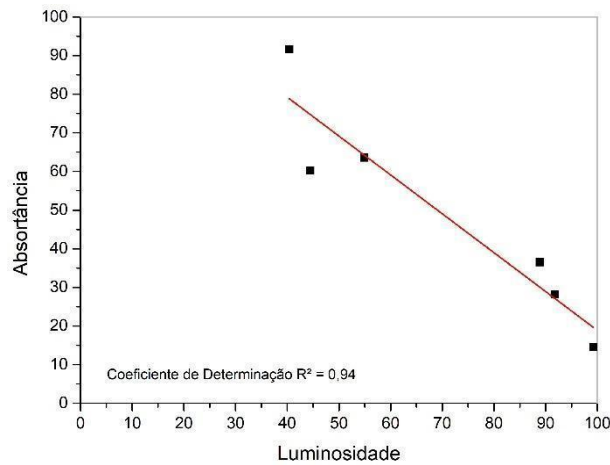
A partir dos dados medidos, pôde-se relacionar a absorvância solar com os parâmetros de cor das amostras, especificamente com a luminosidade ( $L^*$ ), visto que esta coordenada se refere à quantidade de branco presente na estrutura da cor e que, de uma forma geral, as tintas mais claras apresentam menor absorvância solar (tabela 2).

**Tabela 2:** Valores de absorvância solar e luminosidade das tintas estudadas

		a (%)	$L^*$
	Branco Neve	0,15	99,25
	Vento Sul	0,28	91,81
	Urso Polar	0,37	88,87
	Patativa	0,92	40,40
	Mastim	0,64	54,90
	Pescador		
	Nectarina	0,60	44,46

Como percebe-se na tabela 2, quanto menor a absorvância solar da amostra analisada, maior a luminosidade de sua cor, o que se confirma ao calcular a correlação linear entre ambas (gráfico 1). A correlação entre estas propriedades é negativa, o que indica que quando o valor de um parâmetro aumenta o valor do outro diminui, e seu coeficiente de determinação  $R^2 = 0,94$ . Quanto mais próximo de 1 é o coeficiente de determinação, mais próxima é a correlação entre os dados analisados, o que indica que existe a possibilidade de que a partir da luminosidade da cor de uma tinta, seja possível calcular sua absorvância solar aproximada. O que é visto nesta pesquisa para as tintas, já foi percebido por Couto (2019) para telhas, onde o Coeficiente de Determinação da correlação entre as cores das telhas analisadas e sua refletância solar foi igual a 0,87.

**Gráfico 1:** Correlação entre Luminosidade e Absortância das amostras



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se a relação presente entre a absortância solar das amostras e os parâmetros de cores medidos, em especial a luminosidade ( $L^*$ ). Porém, há a necessidade que se avalie como esta relação se desenvolverá quando do envelhecimento das amostras, para que seja possível sugerir relações e equações que possam auxiliar na obtenção da absortância solar a partir deste parâmetro.

## AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem à CAPES pela concessão da bolsa de mestrado e ao CNPq pelo auxílio financeiro (Processo CNPq 402720/20169-4).

## REFERÊNCIAS

AMERICAN SOCIETY FOR TESTING AND MATERIALS. **E903**: Standard test method for solar absorptance, reflectance and transmittance of materials using integrating spheres. ASTM International, 2020a.

\_\_\_\_\_. **G173**: Standards tables for reference solar spectral irradiances: Direct normal and hemispherical on 37° tilted surface. ASTM International, 2020b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 15220-1**: Desempenho térmico das edificações. Parte 1: Definições, símbolos e unidades. Rio de Janeiro, 2005a.

COUTO, L. S. B. **ALTA II**: Uma alternativa aos métodos de medição de refletância solar para telhas cerâmicas e de fibrocimento. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Dissertação de mestrado. São Carlos, 2019.

DELTA COLOR. **Palestra sobre colorimetria**. Disponível em: [https://www.deltacolorbrasil.com/palestra\\_colorimetria.html](https://www.deltacolorbrasil.com/palestra_colorimetria.html). Acesso em 13 de jul. de 2018.

DORNELLES, K. A. **Absortância Solar em Superfícies Opacas**: Métodos de Determinação e Base de Dados para Tintas Látex Acrílica e PVA. Programa de Pós-Graduação em engenharia Civil da Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado. Campinas, 2008.

SYNNEFA, A.; SANTAMOURIS, M.; AKBARI, H. Estimating the effect of using cool coatings on energy loads and thermal comfort in residential buildings in various climatic conditions. **Energy and Buildings**, v. 39, n. 11, p. 1167–1174, 2007.

## ARQUITETURA FORENSE: TECNOLOGIA E INTERDISCIPLINARIDADE NA RECONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS COLETIVAS

*Forensic Architecture: technology and interdisciplinarity in the reconstruction of collective memories*

*Arquitectura Forense: tecnología y interdisciplinarietà en la reconstrucción de memorias colectivas*

**Palavras-chave:** arquitetura forense; estética investigativa; direitos humanos; interdisciplinaridade; memória coletiva.

### Marina Gomes da Silva Telles

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG  
Formação complementar em Direitos Humanos pela UFMG

**E-mail:** [marinagomes@ufmg.br](mailto:marinagomes@ufmg.br)

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/6864448119495843>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-5182-3491>

### Wellington Cançado Coelho

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pelo NPGAU-UFMG  
Professor do Departamento de Projetos na Escola de Arquitetura da UFMG

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/444695237708248>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-2265-3128>

## 1. INTRODUÇÃO

No contexto geopolítico do século XXI, as tecnologias e ferramentas midiáticas desempenham um papel significativo para a divulgação, entendimento e resolução de múltiplos conflitos socioambientais. Porém, é perceptível que a ampliação em seus usos resulta no surgimento de novos desafios, próprios da atual era de informatização capitalista, com destaque para a facilidade na obtenção de evidências e sua comunicação em larga escala - tanto no que diz respeito a acontecimentos históricos quanto a fatos quase imediatos.

Desse modo, recursos como a documentação de conflitos por meio de *smartphones* de civis, o acesso a rede de dados aberta, e até mesmo o uso de plataformas sociais como veículos jornalísticos, apesar de ampliarem o acesso à informação, resultam no questionamento da veracidade das informações coletadas. Esse questionamento parte principalmente de fóruns políticos oficiais, que, ao recusarem evidências autorais de vítimas ou testemunhas, alegadas como não passíveis de autenticação, validam somente o discurso de entidades oficiais, perpetuando, conseqüentemente, a verdade do estado como a única que chega amplamente aos grandes meios de comunicação.

Para além de permitir uma reflexão acerca de como a sociedade contemporânea - em suas instâncias estatais e civis - lida com a multiplicidade de signos e o fluxo constante de informações, a crescente presença midiática em situações de conflito coloca em pauta a cada vez mais latente ruptura do tratamento díspar entre manifestações artísticas e políticas (FULLER E WEIZMAN, 2021). Devido a sua suposta natureza subjetiva, saberes como o cinema, a música, o teatro, a arquitetura e as artes no geral foram durante muito tempo tratados como métodos ilegítimos para obtenção de evidências. A emergência de profissionais, artistas e ativistas multidisciplinares e de grupos como o *Killing Architects*<sup>1</sup> e o *Forensic Architecture*, - sendo o último aprofundado nessa pesquisa - revela um cenário de rompimento com a divisão binária entre arte e política.

O grupo de pesquisa interdisciplinar *Forensic Architecture*, sediado no *Goldsmiths College* de Londres, foi fundado pelo arquiteto Eyal Weizman em 2011 e recorre a tecnologias de visualização para investigar e apurar conflitos socioambientais de origens diversas. Com uma equipe incluindo arquitetos, urbanistas, cineastas, ativistas, pesquisadores e outros profissionais de áreas diversas, o grupo atua por meio de parcerias com procuradores internacionais, ONG's e entidades de justiça. (BENTES, BRUNO E FALTAY, 2019).

Nessa pesquisa, motivada pelo contato com as atividades do grupo *Forensic Architecture*, pretende-se contextualizar e destripar o uso de ferramentas estéticas na compreensão, divulgação e esclarecimento espacial de casos de violações de direitos humanos. Motivado por um interesse pessoal e o contato com a temática de justiça de transição na disciplina de Formação Transversal UNI 198: Direitos Humanos no Brasil I: Produção da Desigualdade e Relação

---

<sup>1</sup> Estúdio de pesquisa e design britânico fundado em 2010 pela arquiteta e vencedora do prêmio Pulitzer (2021) Allison Killing. O estúdio usa de sua maestria em arquitetura e planejamento urbano para investigar assuntos sociais urgentes, de segurança nas cidades a migração e descobrimento de redes secretas de campos de prisão. (KILLING ARCHITECTS, 2020, tradução livre). Disponível em: <https://killingarchitects.com/>. Acesso: 10/07/2022

Estado e Sociedade<sup>2</sup>, o recorte escolhido para contextualização foi o de violências cometidas durante governos autoritários e antidemocráticos na América Latina durante o século XIX, com destaque para o contexto Brasileiro.

Segundo Filho (2013), os setores militares sempre apresentaram resistência para o resgate de fatos e testemunhos compreendendo os anos de 1964 a 1985. Essas abordagens e tentativas de recuperação de memórias coletivas acerca das narrativas traumáticas envolvendo a Ditadura, incluindo torturas, execuções, perseguições e desaparecimentos, é vista por muitos setores sob um viés revanchista, o que colabora para a celebração da impunidade. Desse modo, é suscitada uma curiosidade acerca do uso de imagens, sejam elas fixas (fotografia, pintura) ou móveis (cinema), na evidência do caráter discursivo de outras linguagens que não a escrita no campo da criminologia (DIAS E SANTOS, 2020).

## 2. OBJETIVOS

### GERAIS

A presente pesquisa tem como objetivo geral compreender como tecnologias digitais, manifestações artísticas e outras ferramentas estéticas, quando utilizadas tanto por pesquisadores quanto pela comunidade geral, podem contribuir para a compreensão, divulgação e esclarecimento espacial de casos de violações de direitos humanos.

### ESPECÍFICOS

1. Compreender o fenômeno da justiça de transição em países latino americanos e qual a relevância de manifestações estéticas em sua efetivação.
2. Sintetizar os princípios por trás do conceito estética investigativa.
3. Destrinchar as atividades e métodos utilizados por grupos como o *Forensic Architecture* e o *Killing Architects*.
4. Tecer uma análise crítica acerca dos instrumentos utilizados, suas limitações e os resultados obtidos na investigação *As Caixas Pretas do Desaparecimento: Desaparecimentos Forçados no Cerco do Palácio da Justiça*<sup>3</sup>, e como esses poderiam ser adotados para o contexto histórico geográfico Brasileiro.

## 3. MÉTODOS

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa e transdisciplinar, contemplando revisões bibliográficas e análises de conteúdos e imagens que permitam atingir pontualmente os objetivos específicos pretendidos pela pesquisa.

---

<sup>2</sup> Disciplina ofertada pelo departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito da Faculdade de Direito da UFMG, ministrada pela professora Natalia Lipovestky e Silva no segundo período letivo de 2021.

<sup>3</sup> Tradução livre. Do original *The Black Boxes of Disappearance: Enforced Disappearance in the Siege of the Palace of Justice*. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/investigation/enforced-disappearance-at-the-palacio-de-justicia>. Acesso em 10/07/2022.

**Etapa 1:** Inicialmente, adota-se uma bibliografia focalizada na inflição de direitos humanos durante regimes autoritários na América Latina durante o século XX e nas estratégias midiáticas adotadas para sua representação em diferentes plataformas de comunicação (livros, quadrinhos, filmes).

**Etapa 2:** Para compreensão do termo estética investigativa, é consultada uma bibliografia fornecida pelo grupo *Forensic Architecture*, que aprofunda nas discussões teóricas e conceituais pouco tratadas nas exposições e artigos de sites publicados pelo grupo.

**Etapa 3:** Já para análise das atividades dos grupos estudados, tem-se acesso aos produtos divulgados no acervo digital aberto fornecido por ambos os grupos em seus respectivos sites oficiais. Munidos de filmes, modelos tridimensionais, fotografias, gráficos, como exemplificado pela Figura 1, esses acervos permitem um aprofundamento nos resultados obtidos por cada caso, porém, estabelecem um contato superficial com as tecnologias utilizadas. A fim de compreender melhor as tecnologias por trás das investigações, foi mantido contato com a *Goldsmiths College* e a participação em cursos, *workshops* e aulas fornecidos remotamente pelos membros da equipe *Forensic Architecture*.

**Figura 1:** Modelo 3D do Palácio da Justiça e da Plaza de Bolívar



**Fonte:** Cajas Negras, *Forensic Architecture*, 2021

**Etapa 4:** Por fim, pretende-se, a partir de bibliografia fornecida a respeito do caso específico do Regime Ditatorial em solo brasileiro, supor e teorizar possibilidades para a abordagem de uma estética investigativa em nosso contexto particular.

## REFERÊNCIAS

BENTES, Anna; BRUNO, Fernanda; FALTAY, Paulo. **A dimensão forense da arquitetura: A CONSTRUÇÃO ESTÉTICO-POLÍTICA DA EVIDÊNCIA Entrevista com Paulo Tavares**. Tecnopólicas da Vigilância, perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. Disponível em: [https://medialabufri.net/wp-content/uploads/2020/10/Tecnopolicas-da-vigilancia\\_miolo\\_download.pdf](https://medialabufri.net/wp-content/uploads/2020/10/Tecnopolicas-da-vigilancia_miolo_download.pdf). Acesso em 19/07/2022.

FILHO, Memede Said Maia. **Entre o passado e o presente, a afirmação da memória como direito fundamental**. 2013. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14161>. Acesso em 19/07/2022.

FULLER, M.; WEIZMAN, E. **Investigative Aesthetics: Conflict and Commons in the Politics of Truth**. Londres: Verso, 2021.

DIAS, Renato Duro; SANTOS, Herson Alex. Arquitetura Forense e o Caso Ayotzinapa: uma estética investigativa a partir das leituras de Zaffaroni e Didi-Huberman. **Revista Videre**, Dourados, v. 12, n. 24 maio/agosto, 2020 p. 320 a 340 ISSN: 2177-7837. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/11506/6286>. Acesso em 19/07/2022.



## CONFECÇÃO E CALIBRAÇÃO DE UMA CAIXA QUENTE DIDÁTICA

*Confection and calibration of a teaching hot box apparatus*

*Confección y calibración de un aparato didáctico de caja caliente*

**Palavras-chave:** caixa quente; transmitância térmica; modelo didático; termografia.

### **Pedro Henrique Silva Mattia**

Bacharel em física pelo IFSC-USP  
Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pela IAU.USP

**E-mail:** Pedro.mattia@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9695472453977201>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-4940-1505>

### **Karin Maria Soares Chvatal**

Doutora em Engenharia Civil pela Universidade do Porto  
Professora Associada do IAU.USP

**E-mail:** karin@sc.usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/1750922177137097>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-3216-9893>

## 1. INTRODUÇÃO

Em seu processo de formação, o estudante de Arquitetura e Urbanismo aprende como utilizar os materiais construtivos de modo consciente e efetivo em seus projetos, a partir do domínio de diferentes técnicas construtivas e do conhecimento das propriedades mecânicas, térmicas, acústicas, estéticas, dentre outras, destes materiais. Nesse contexto, o ensino de conforto térmico gera repertório para o desenvolvimento de projeto, tornando viável ao projetista a tentativa de sanar as necessidades básicas do ser humano e responder à questão primordial da moradia em abrigar e proteger os usuários das intempéries ambientais. Assim, o conhecimento do clima aliado ao conhecimento das propriedades térmicas dos materiais possibilita um maior controle na regulação térmica do ambiente, o que acarreta em diferentes consequências, como por exemplo, a redução do custo de utilização do ambiente e manutenção do edifício, além de proporcionar níveis de conforto térmico adequados aos ocupantes (FROTA; SHIFFER, 2001, p. 15-16).

Partindo desses pressupostos, este projeto de pesquisa buscar descrever, projetar, construir e calibrar um equipamento a ser utilizado para o ensino das propriedades térmicas de materiais, podendo ser aplicado em disciplinas da área de tecnologia em cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharias. O equipamento consiste na simplificação das chamadas "caixas quentes protegidas", já utilizadas para a determinação de algumas propriedades térmicas de materiais construtivos, como por exemplo, a transmitância térmica. De uma maneira sucinta, o equipamento denominado caixa quente protegida é composto por duas câmaras com temperaturas e circulação de ar controladas, sendo elas câmara quente e câmara fria. Tal modelo tem sido útil para obter valores de condutividade e transmitância térmica de painéis construtivos e elementos não homogêneos tais como esquadrias, portas, dentre outros, e também tem potencial para utilização enquanto modelo didático para análise de propriedades térmicas de elementos construtivos utilizados em cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharias.

## 2. OBJETIVOS

### **Geral:**

Descrever, projetar, construir e calibrar um equipamento, denominado caixa quente, designado para análise de propriedades térmicas de materiais para uso didático em cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharias.

### **Específicos:**

- Detalhar o projeto, a confecção e a calibração dessa nova caixa quente didática, bem como o seu funcionamento e os equipamentos necessários para as análises;
- Ajustar as metodologias de cálculo da transmitância térmica de envoltórios para a nova caixa quente didática, a partir de fluxímetros de calor;
- Experimentar o uso do equipamento em disciplinas de Conforto Ambiental do Curso de Arquitetura e Urbanismo do IAU-USP.

### **3. MÉTODO**

Com os objetivos elencados, e para cumprir com as projeções do plano de trabalho apresentado, foi proposto dividir a metodologia em três partes, cada uma com um enfoque, sendo elas:

1. Concepção, projeto e construção da caixa quente didática;
2. Aferição e cálculos de transmitância térmica por diferentes metodologias;
3. Aplicação da nova caixa quente em sala de aula.

#### **3.1. Concepção, projeto e construção da caixa quente didática**

Nesta parte foi apresentado todo o dimensionamento da caixa quente simplificada, bem como o projeto desenvolvido para a construção das caixas. As dimensões das paredes das caixas quentes foram detalhadas, bem como os materiais que as compõem, com esses dados.

#### **3.2. Aferição e cálculos de transmitância térmica por diferentes metodologias**

Após confeccionar amostras para os ensaios, como por exemplo uma parede de concreto sem armação, e conforme descrito na introdução, foram propostas duas metodologias de cálculo para a resistência térmica e transmitância térmica.

##### UTILIZAÇÃO DO MÉTODO FLUXIOMÉTRICO PARA O CÁLCULO DE TRANSMITÂNCIA TÉRMICA

Esse é o método mais comum em análise de propriedade. Nele, se mede as temperaturas das duas faces do material analisado e, com um fluxímetro de calor também fixado em uma das faces, calcula-se a condutividade térmica da amostra. Para a aquisição dos dados foram utilizados o mesmo sistema de aquisição de dados do uso da análise da temperatura superficial da amostra

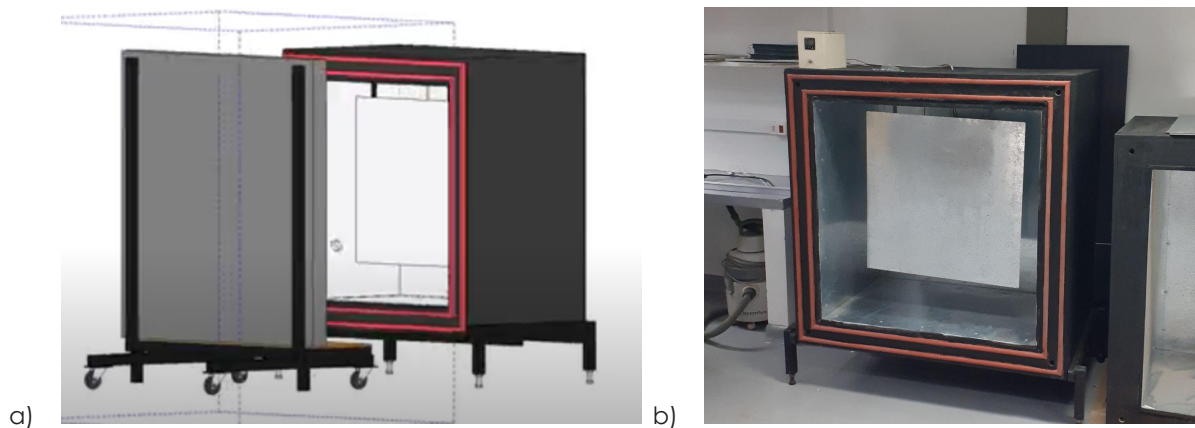
##### UTILIZAÇÃO DE TERMOVISORES PARA O CÁLCULO DE TRANSMITÂNCIA TÉRMICA

Será implementado ao sistema de análise da caixa quente essa nova metodologia de obtenção dos valores de transmitância térmica total que está cada vez mais consolidada na literatura da área de conforto.

### **4. RESULTADOS OBTIDOS**

O projeto das caixas quentes foi definido numa fase anterior ao início da vigência do mestrado no programa de pós-graduação do IAU, o desenho apresentado na Figura 01 a) e b) teve alguns desvios dos esboços originais. Mas no decorrer da pandemia, houve avanços na parte projetual. As construções das caixas tiveram início em agosto de 2021 (Figura 01). E estão em fase de revisão.

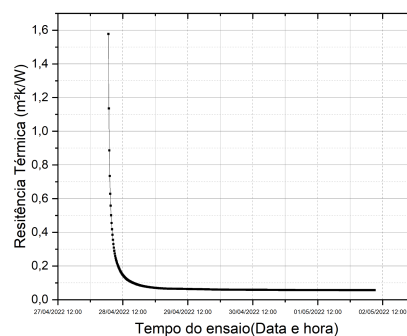
**Figura 01:** a) Projeto da caixa quente didática b) Caixa quente construída



Fonte: Autor

Para realizar as primeiras análises, confeccionou-se uma parede de concreto para realizar as primeiras avaliações, que consistem no funcionamento adequado da caixa quente conforme as normas internacionais vigentes, quanto das propriedades térmicas pelos métodos já apresentados. A caixa foi ajustada no controlador de temperatura para estabilizar-se em 50°C em seu interior. Desde o início do aquecimento, houve uma coleta de dados a cada 10 minutos. O ensaio durou 5 dias e os dados foram compilados na Figura 02.

**Figura 02:** Gráfico da resistência térmica



Fonte: Autor

O resultado da resistência térmica obtida foi de 0,057 m²K/W, para transformar em transmitância térmica total da parede deve-se adicionar as resistências térmicas superficiais. Esses valores foram obtidos na norma NBR ABNT 15220 parte 2 de 2022 e possuem o valor de 0,1 e 0,04 m²K/W, depois desta operação basta calcular o inverso da resistência térmica total. Assim o valor da transmitância térmica total é de 5,086 W/m²K.

Tendo esses dados em mãos, esperou-se a caixa quente entrar em equilíbrio, para registrar a imagem térmica, figura 06. Com isso, calculou-se a transmitância térmica do elemento utilizando a

equação 2. o Valor obtido para a transmitância foi de 3,88 W/m<sup>2</sup>K. A literatura, no caso na norma *ashrae fundamentals*, têm-se que a condutividade térmica do concreto é de 0,93 W/mK. Portanto o valor da transmitância térmica calculada teoricamente para a parede de concreto confeccionada, utilizando esse dado é de 4,36W/m<sup>2</sup>K.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda há um longo percurso para ajustar alguns parâmetros da caixa quente com relação às normas internacionais que gerem esse tipo de equipamento. Porém, por se tratar de uma simplificação de caráter didático, os resultados obtidos através dos métodos de análise empregados foram bem assertivos para a parede de concreto. Deve-se agora, e já é uma etapa prevista no mestrado, testar outros tipos de elementos construtivos mais complexos e com propriedades térmicas bem distintas.

## REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15220**: Desempenho Térmico de edificações. Rio de Janeiro, 2022.

ALBATI, R.; et al. A comprehensive experimental approach for the validation of quantitative infrared thermography in the evaluation of building thermal transmittance. **Applied Energy**, v. 141, p. 218-228, 2015.

ARMELIN, J. L.; GUTHS, S. ; LAMBERTS, R. ; OLIVEIRA, S. M. ; CALIXTO, R. Desenvolvimento e Avaliação de um Dispositivo Caixa Quente Protegida. In: **VIII Encontro Nacional Sobre Conforto no Ambiente Construído (ENCAC)**, Maceió - AL, 2005. p. 854-863.

ASHRAE, **ASHRAE Handbook** - Fundamentals, American Society of Heating, Refrigerating, and Air Conditioning Engineers, Atlanta, 2005.

ASTM. **ASTM C1199-97**: Standard Test Method for Measuring the Steady-State Thermal Transmittance of Fenestration Systems Using Hot Box Methods. West Conshohocken, 1997.

\_\_\_\_\_. **ASTM C 1155**: Standard Practice for Determining Thermal Resistance of Building Envelope Components from the In-Situ Data. . [S.l: s.n.], 1995. Disponível em: <<https://civilengineersstandard.com/wp-content/uploads/2018/11/C-1155.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. **ASTM C1363-97**: Standard Test Method for the Thermal Performance of Building Assemblies by Means of a Hot Box Apparatus. West Conshohocken, 1997.

\_\_\_\_\_. **ASTM C1046-95** Standard Practice for In-Situ Measurement of Heat Flux and Temperature on Building Envelope Components. Practice. [S.l: s.n.], 2001. Disponível em: <<http://arnisco.com/astm/PDF/C1046.PDF>>. Acesso em: 27 mar. 2021.

DESOGUS, G.; MURA, S.; RICIU, S. Comparing different approaches to in situ measurement of building components thermal resistance. **Energy and Buildings**, v. 43, p. 2613-2620, 2011.

FOKAIDES, P. A.; KALOGIROU, S. A. Application of infrared thermography for the determination of the overall heat transfer coefficient (U-Value) in building envelopes. **Applied Energy**, v. 88, p. 4358-4365, 2011.

FROTA, A. B.; SCHIFFER, S. R. Manual de conforto térmico: arquitetura, urbanismo. 5 ed. São Paulo. **Studio Nobel**, 2001.

ISO. **ISO 7345**: Thermal performance of buildings and building components — Physical quantities and definitions. . [S.l: s.n.], 2018.

\_\_\_\_\_. **ISO 8990**. Thermal insulation—Determination of steady-state thermal transmission properties—Calibrated SOand Guarded Hot Box, 1999.

## A CIRCULARIDADE DO DOCUMENTÁRIO: LEITURAS URBANAS, COLABORAÇÃO E AUDIOVISUAL

*The circularity of documentary: urban readings, collaboration, and audiovisual*

*La circularidade del documental: lecturas urbanas, colaboración y audiovisual*

**Palavras-chave:** documentário; leituras urbanas; audiovisual; colaboração; práxis.

### Pedro Plácido Teixeira

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG  
Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP

**E-mail:** pedrot@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/1433595073264998>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-5751-2790>

### Marcelo Claudio Tramontano

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela FAU.USP  
Professor do IAU.USP

**E-mail:** tramont@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/1999154589439118>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-0044-4432>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa verificar e debater a aplicabilidade do documentário em discussões e leituras relacionadas ao espaço urbano. Fundamentados em uma compreensão construída pela articulação entre Cibernética (FOERSTER, 2003), Teoria Geral de Sistemas (BERTALANFFY, 2003) e pensamento complexo (MORIN, 2005), propomos a análise de sua influência sobre os estudos sociourbanos, tomando como ponto de partida a análise de referências da área do cinema e relacionando-as com outros campos do conhecimento (ZIMMERMANN, 2019), com destaque à antropologia visual (HOCKINGS, 1975). Reconhecendo as potencialidades e limites desse cruzamento, visamos ampliar essa discussão através do estudo do Vídeo Participativo no contexto latino-americano (SANCHÉZ, DOMINGUEZ, 2014), analisando metodologias de produção audiovisual de caráter coletivo e colaborativo. Focados no contexto brasileiro, discutimos experiências que nos permitem compreender iniciativas comprometidas com a participação de diferentes grupos sociais dentro de espaço urbano, tal como o projeto Filme de Rua em Belo Horizonte. Logo em seguida, propomos a condução de experimentos dentro desta pesquisa, com o objetivo de verificar a aplicação de ideias e procedimentos no campo da Arquitetura e Urbanismo. Por fim, refletimos sobre as questões estudadas, nos focando sobre as principais potencialidades e limites do uso do documentário no âmbito dos estudos urbanos. Este trabalho é desenvolvido junto ao Nomads.usp – Núcleo de Estudos de Habitares Interativos, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – IAU-USP.

## 2. OBJETIVO

Fundamentado sobre o tripé cibernética, sistema e pensamento complexo, a pesquisa propõe o estudo e a exploração do campo audiovisual visando identificar potencialidades do uso da imagem e do som na leitura das cidades. Pretende, ainda, a exploração de narrativas que favoreçam a compreensão de emergências provenientes das inter-relações socioespaciais e o desenvolvimento de práticas que contribuam para a construção de dinâmicas e espacialidades urbanas por modos coletivos de entendimento. Ademais, tem como objetivos específicos: 1) Evidenciar contribuições potenciais do campo do audiovisual a práticas da Arquitetura e Urbanismo e, em particular, do uso de imagem e som ao estudo de realidades urbanas; 2) Combinar conhecimentos das áreas de arquitetura, estudos urbanos, cinema e antropologia visual para construção de entendimentos complexos da cidade e suas dinâmicas; 3) Discutir e experimentar formas de organização de processos coletivos de produção audiovisual envolvendo fases de roteirização, captura de imagem e som, edição e exibição; 4) Disponibilizar uma base de dados relativa à produção científica da pesquisa e seus resultados à comunidade por meio de plataformas digitais, tal como o website da pesquisa, vinculado ao website do Nomads.usp, criando conteúdo e alimentando-o constantemente.



### **3. MÉTODO**

Dentre os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa, listamos:

#### **3.1. Consulta a fontes secundárias**

Consulta a referências bibliográficas e audiovisuais com a finalidade de melhor compreender o universo do cinema, suas possíveis contribuições para a discussão relativa à ideia de leituras urbanas e conceitos ligados a questões como colaboração, coletividade e participação.

#### **3.2. Experimentos**

Procedimento com o objetivo de verificar os pressupostos da pesquisa a partir de uma ação prática formulada e organizada a partir do desenvolvimento de experiências de roteirização, captura, edição e exibição de peças filmicas produzidas coletivamente com atores e grupos sociais. Nessa delimitação, listam-se abaixo etapas principais do procedimento prático:

- Roteirização: organização de reuniões com parceiros e outros atores do processo com o objetivo de estimular a emergência de ideias e práticas baseadas na ideia de colaboração;
- Captura de imagem e som: ações em campo com os atores envolvidos a partir do entendimento sobre os conceitos de observador e sistemas observados, visando a potencialização e a diversificação de registros;
- Edição: construção de narrativas subjetivas apoiadas sobre a noção de colaboração entre observadores com suporte dos arquivos depositados em repositórios em nuvem e a verificação de programas online de edição;
- Exibição: apresentações e discussões dos trabalhos desenvolvidos com atores da comunidade no âmbito da pesquisa por meio da ampliação da lógica observador-sistemas observados; exploração de modos de exibição alternativos, como telas múltiplas em espaços públicos com acesso aberto ao público.
- Avaliações: realimentação dos pressupostos teóricos e contribuição para a formulação de estratégias de produção audiovisual com base na conversação entre atores envolvidos no processo de filmagem e espectadores.

#### **3.3. Discussão e avaliação dos resultados**

A discussão e a avaliação dos resultados visam promover o debate e reflexão coletiva sobre procedimentos empregados, objetivos alcançados e suas relações com o horizonte teórico utilizado. Além do âmbito do Nomads.usp, incluem-se como espaços de reflexão e avaliação o Seminário do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, as entrevistas com pesquisadores, as sessões do Cine Nomads, entre outros. Considera-se também parte do processo avaliativo a interlocução com revisores de periódicos e reuniões científicas onde prevê-se apresentar resultados parciais e finais da pesquisa. Objetiva-se também a avaliação do trabalho pelos indivíduos e grupos da comunidade que tenham participado das ações propostas pelo projeto. Por fim, deve-se frisar o hábito de realização de discussões coletivas dentro do

Nomads.usp, nas quais os pesquisadores contribuem para as diversas pesquisas em curso simultaneamente dentro do grupo.

#### **4. RESULTADOS OBTIDOS/ESPERADOS**

Os principais resultados esperados são a contribuição à ampliação de práticas tradicionais arquitetônicas e urbanísticas de leitura urbana, a partir da apreensão de metodologias com viés transdisciplinar, simultaneamente, ao campo do cinema e da antropologia visual. Espera-se também repensar processos tradicionais de produção fílmica por meio da investigação de processos colaborativos de criação, possibilitando, inclusive, a formação de um repositório digital colaborativo e de acesso público e gratuito, de licença livre, para o desenvolvimento e divulgação dessas práticas. Com isso, espera-se a elaboração de filmes curtos explorando a construção de narrativas conduzidas por processos colaborativos.

#### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Uma das principais conclusões que chegamos ainda durante o desenvolvimento da pesquisa refere-se ao fato de que a ontologia do documentário não se limita ao registro do mundo histórico, mas à reflexão das dinâmicas as quais pretende registrar. Portanto, a investigação do potencial da imagem e do som deve ser compreendida como uma etapa intrínseca ao campo, implicando na extrapolação da dimensão teórica dos estudos do cinema e na necessidade de aplicação do conhecimento produzido diretamente sobre o contexto no qual o filme é produzido. Subtende-se em entendermos o documentário como práxis (COMOLLI, 2008), ou seja, uma articulação entre teoria e prática, cuja construção depende dos diálogos entre as pessoas envolvidas e nos acordos estabelecidos entre elas. Apenas experimentando com novos formatos, técnicas e recursos, alcançaremos o potencial de engajar novas comunidades e atores sociais em torno da transformação do cotidiano, conforme indicado por Zimmermann (2000).

Ao longo de toda a pesquisa, foram realizadas ações voltadas à exploração de narrativas audiovisuais tendo como base a investigação de fenômenos urbanos. Esse processo teve início ainda em 2019 com a realização do ciclo de exposições CineNomads e a realização do filme 15M – Linguagens (<https://www.youtube.com/watch?v=LCRTopO7b0o>), que tinha como tema a manifestação 15M, uma demonstração que tem como uma de suas maiores reivindicações o desmonte das universidades públicas. Logo em seguida, em 2020, colocou-se em prática o CON:FINIS (<http://www.nomads.usp.br/confinis/>), projeto desenvolvido com o objetivo de problematizar o habitar no contexto de pandemia através da submissão de vídeos produzidos pelos autores. Diferente da primeira ação, conduzida no Nomads.usp junto a pesquisadores do grupo, o segundo lidou com submissões oriundas de diferentes localidades e participantes por meio do uso dos meios digitais. Essas experiências forneceram importantes bases para a realização do FilmaNomads, oficina conduzida com pesquisadores do IAU-USP para explorar e discutir questões sociourbanas relativas à cidade de São Carlos a partir da utilização do audiovisual.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP à pesquisa de mestrado de Pedro Plácido Teixeira (Processo nº 19/15341-4).

## REFERÊNCIAS

BERTALANFFY, Ludwig von. Teoria Geral dos Sistemas. Petrópolis: Vozes, 2003.

COMOLLI, Jean-Louis. **Ver e poder, a inocência perdida**: cinema, televisão, ficção, documentário. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FOERSTER, Heinz von. **Understanding understandings**: essays on Cybernetics and Cognition. New York: Springer-Verlag, 2003.

Hockings, Paul. **Principles of Visual Anthropology**, The Hague: Mouton, 1975.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

SÁNCHEZ, David Montero; DOMÍNGUEZ, José Manuel Moreno. **El cambio social a través de las imágenes**. Guía para entender y utilizar el vídeo participativo. Madrid: Catarata, 2014.

ZIMMERMANN, Patricia. **Documentary Across Platforms**: Reverse Engineering Media, Place, and Politics. Bloomington: Indiana University Press, 2019.

ZIMMERMANN, Patricia. **States of Emergency**: Documentaries, Wars, Democracies. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

## GRUPO ARQUITETURA NOVA E SUA INFLEXÃO NO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO DURANTE A DÉCADA DE 1960

*Arquitetura Nova Group and it's inflection in the teaching of architecture and  
urbanism during the 1960's*

*Grupo Arquitetura Nova y su inflexión en la enseñanza de la arquitectura y el  
urbanismo durante la década de los 60*

**Palavras-chave:** ensino e formação; arquitetura e urbanismo; Grupo Arquitetura Nova;  
arquitetura brasileira.

### Flávio Raffaelli Fonseca

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela FAU.USP  
Mestrando do Programa de Pós Graduação da FECFAU.Unicamp  
**E-mail:** flavio.raffaelli@gmail.com

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/8422130269389890>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-4545-209X>

### Ana Maria Reis de Góes Monteiro

Doutora em Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo  
pela FECFAU.Unicamp

**E-mail:** anagoes@fec.unicamp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0409865244128616>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-7345-9558>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho surge de um questionamento sobre o trajeto do ensino superior brasileiro, mais precisamente o arquitetônico, que vem sendo enquadrado num modo de produção extremamente operacional, que interfere seriamente na construção e potencialização da autonomia crítica do profissional arquiteto. Inserido nesta questão, buscou-se compreender como as atividades desenvolvidas por Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro (Grupo Arquitetura Nova), arquitetos e professores da FAU USP, influenciaram pautas e discussões que permearam o desenvolvimento das grades curriculares presentes naquela instituição, através de suas participações em fóruns estudantis, planos de aula e presença política radical perante as mudanças que ocorreram devido ao golpe militar de 1964. Busca-se assim, categorizar o ensino respectivo aos 3 professores, frente a formação dada ao arquiteto e urbanista durante o período, e suas implicações políticas resultantes.

## 2. OBJETIVO

Este artigo busca compreender a abordagem pedagógica desenvolvida pelos arquitetos e professores Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro, membros integrantes do chamado Grupo Arquitetura Nova, durante a década de 1960, dentro da Universidade de São Paulo. Durante este período, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP) passou por instigantes etapas na sua reformulação curricular. Dentro desse contexto, os professores supracitados iniciaram suas trajetórias acadêmicas, unidos pela discussão tanto relacionada ao ensino como propulsor de mudanças de um *status quo* e como também sobre o futuro da construção civil e do movimento modernista, propondo possíveis melhorias nos atributos técnicos e conseqüentemente, em suas aplicabilidades.

## 3. MÉTODO

Através de uma abordagem baseada no princípio de ator-rede do filósofo Bruno Latour identificamos os personagens, os cenários e as ações através de uma linha temporal, onde serão destacadas primeiramente o período formativo do grupo, sua formação discente, seus envolvimento com grupos e pesquisas estudantis durante a década de 1950, junto a uma contextualização de como era o ensino de arquitetura durante o mesmo período. Em seguida, são apresentados os atores em meio ao contexto político e social da época, as reformas curriculares da década de 1960 e a vivência política estudantil do período no centro da cidade de São Paulo. Após a apresentação dos cenários e atores são apresentadas suas principais ações como docentes, seus textos da época e suas participações no processo de resistência à ditadura militar, assim como seus planos educacionais interrompidos devido a perseguição política.

#### **4. RESULTADOS OBTIDOS/ESPERADOS**

Tendo em vista este período histórico como bastante expressivo dentro da realidade brasileira, politicamente voltada a um regime conservador, é importante destacarmos a noção de resistência que estes estudos e discussões propuseram na concepção de ideais mais democráticos e expressivos.

Espera-se que seus resultados possam evidenciar a importância da discussão metodológica participativa dentro de um contexto histórico, de consolidação do ensino de arquitetura, e suas possíveis reverberações para o avanço neste campo do conhecimento.

#### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Primeiramente é necessário evidenciar a importância ao papel historiográfico de pesquisas que buscam resgatar fatos ocorridos durante o período da ditadura militar brasileira. Fatos esses muitas vezes impostos violentamente, desrespeitando o direito democrático e alterando essencialmente o futuro do desenvolvimento nacional.

É importante e necessário resgatar a memória daqueles que lutaram contra essa opressão e que se opuseram a um modo pacifista de resistir a esse período, através da arte, do projeto, da luta armada e da consciência de classe trabalhadora. Além disso, muito do que se criou como o processo de livre experimentação, a multidisciplinaridade, o estudo *in loco* de diferentes estratos sociais, o envolvimento com as artes plásticas e audiovisuais e principalmente a questão da qualidade de trabalho nos canteiros são questões que continuam atuais e deveriam constar na formação arquitetônica brasileira; atualmente os cursos têm como base pautada pela forte interelação do setor econômico e formativo voltado principalmente a uma educação de teor mais tecnicista. Este das fortes políticas neoliberais de transformação da qualidade do ensino superior brasileiro em um estilo de formação altamente voltado a questões produtivistas mercadológicas, posicionando o diferencial do pensamento social muitas vezes em extratos da subserviência liberal diante de exemplos de legislações urbanísticas do norte global que enfraquecem o diálogo e a voz ativa dos cidadãos no processo formativo e desenvolvimentista de suas próprias realidades.

#### **AGRADECIMENTOS**

À CAPES pelo auxílio fornecido ao desenvolvimento desta pesquisa.

Aos arquitetos e professores Yuri Quevedo, Irene Costa e Marcia Benevento pelas contribuições ao tema da pesquisa.

Aos colaboradores do grupo de pesquisa liderado pela nossa orientadora Ana Maria Reis de Góes Monteiro: Raissa, Kelen, Tiago, Maíra, Taiana, Bruno.

## REFERÊNCIAS

- ARANTES, P. F. (2002). **Arquitetura nova. Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões**. São Paulo: Editora 34.
- CHAUÍ, M. d. S. (1999). **A universidade Operacional**. Revista da Avaliação da Educação Superior: São Paulo.
- COSTA, A. I. d. (2008). **Sérgio Ferro : didática e formação**. Orientador: Miguel Antonio Buzzar – Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo. São Carlos.
- FERRO, S. (2006). **Arquitetura e trabalho livre**. Coleção Face Norte, volume 09. São Paulo: Cosac Naify.
- FREIRE, P. (2011). **Pedagogia da autonomia: saberes necessários às práticas educativas**. São Paulo: Paz e Terra.
- GUIMARÃES, H. P. (2006). **Rodrigo Brotero Lefèvre: a construção da utopia**. Orientador: Miguel Antonio Buzzar - Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo. São Carlos.
- KOURY, A. P. (Org.) (2019). **Arquitetura moderna brasileira. Uma crise em desenvolvimento. Textos de Rodrigo Lefèvre (1963-1981)**. São Paulo: Edusp, Fapesp.
- KOURY, A. P. (2003). **Grupo Arquitetura Nova. Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro**. Coleção Olhar Arquitetônico, volume 01. São Paulo: Edusp, Romano Guerra.
- LATOUR, Bruno. (2012) **Reagregando o Social**. Salvador: Editora UFBA; Bauru, São Paulo: Edusc.
- LUSA, M. G. **et al** (2019). **A Universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos**. Revista Katálysis [online]. v. 22, n. 03., pp. 536-547. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p536>. Acesso em: 5 de Setembro de 2022.
- MARIGHELLA, C. (1969). **Mini manual do guerrilheiro urbano e outros textos**. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marighella/1969/manual/>. Último acesso em 5 de Setembro de 2022.
- VIDOTTO, Taiana Car. **A indissociável relação entre o ensino e a profissão na constituição do arquiteto e urbanista moderno no Estado de São Paulo: 1948 - 1962**. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. Orientadora: Ana Maria Reis de Góes Monteiro. Campinas, 2014.

## O ENSINO DE ARQUITETURA NA TRAJETÓRIA DE LINA BO BARDI

*The teaching of architecture in Lina Bo Bardi's trajectory*

*La enseñanza de la arquitectura en la trayectoria de Lina Bo Bardi*

**Palavras-chave:** Lina Bo Bardi; ensino de Arquitetura; educação; FAU USP; Universidade da Bahia.

### **Maria Alice Messias**

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo no IAU.USP

**E-mail:** mariaalicemessias@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7385020066015609>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-1984-9894>

### **Aline Coelho Sanches**

Doutora em Composizione Architettonica pelo Politecnico di Milano

Professora Doutora do IAU.USP

**E-mail:** alinecoelho@sc.usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5939046169120461>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-6458-0938>



## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da atuação como professora da arquiteta Lina Bo Bardi (1914-1992), entre 1947 e 1992. Percebe-se uma lacuna na historiografia no que se refere à atuação acadêmica de Lina, que se iniciou em 1951, com a fundação do Instituto de Arte Contemporânea (IAC do Masp), onde teve sua primeira experiência como professora, e prosseguiu nas suas passagens pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP), durante dois anos, e pela Escola de Belas Artes da Universidade da Bahia, também no curso de Arquitetura. Pretendemos assim, construir uma visão panorâmica de sua atuação no ensino de Arquitetura no Brasil, incluindo sua inclinação pela função educacional dentro de museus e institutos que fundou e pretendia fundar. A partir da reunião e análise de suas atividades de ensino, como transcrição de palestras realizadas, textos de sua autoria e do registro de relatos de ex-alunos e colaboradores, enquanto ainda é possível, procuraremos responder à questão de como era Lina Bo Bardi como professora de Arquitetura e analisar sua contribuição para os museus, institutos e faculdades em que deu aulas.

## 2. OBJETIVO

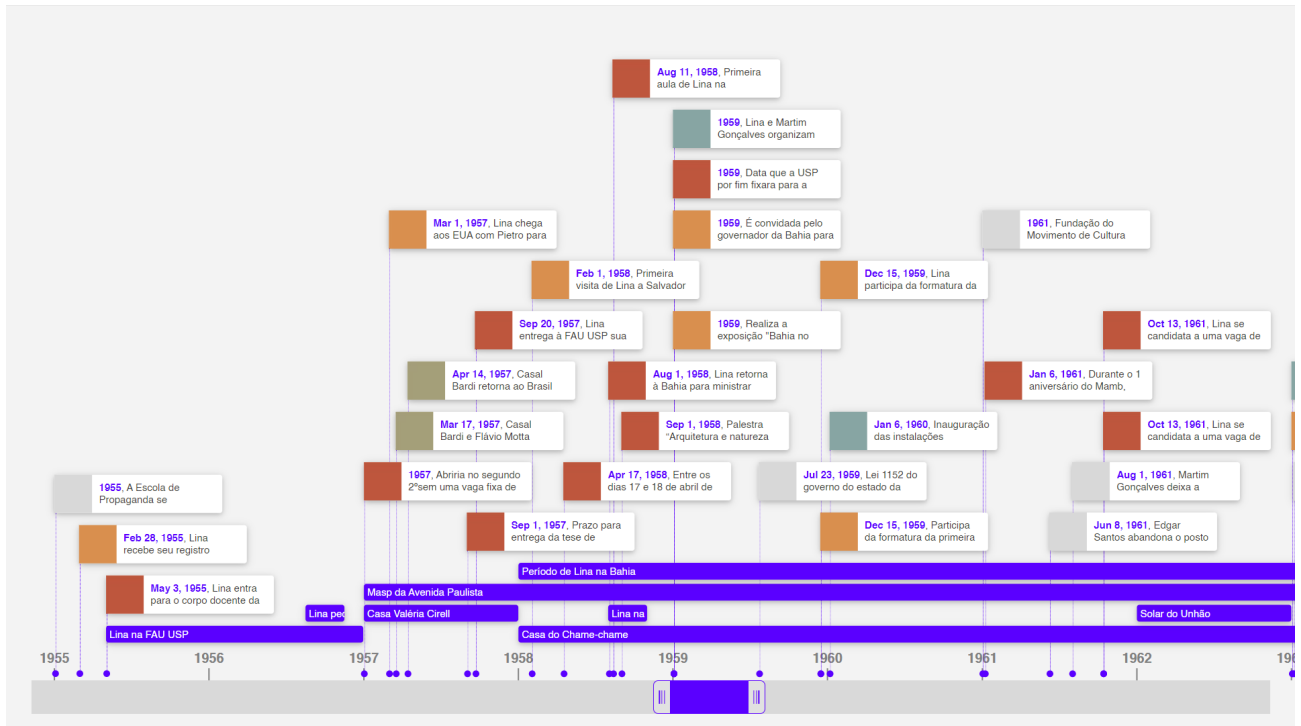
Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar e analisar a atuação de Lina Bo Bardi como professora de Arquitetura no Brasil, no período de 1947, ano de fundação do Museu de Arte de São Paulo e que marca o início de sua atuação no país, até 1992, ano de sua morte. Seus objetivos específicos são mapear as características de Lina como professora, observando continuidades e rupturas; identificar e analisar materiais de suas atividades de ensino, como notas de aula, registro de palestras, e sua tese para o concurso da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), *Contribuição propedêutica ao ensino da teoria da arquitetura* (1957); identificar sua contribuição às instituições onde passou; registrar os relatos de ex-alunos e colaboradores da arquiteta que estejam vivos e possam contribuir com essa memória. O trabalho, além de preencher uma lacuna ainda perceptível na reconstrução da trajetória e do pensamento da arquiteta, ainda se junta aos esforços de recuperação da história do ensino de Arquitetura no país.

## 3. MÉTODO

Para o cumprimento dos objetivos deste trabalho, utilizamos os métodos da pesquisa histórica, construída a partir do cruzamento de fontes primárias e secundárias. Como fontes secundárias, selecionamos trabalhos que abordaram a trajetória pessoal da arquiteta Lina Bo Bardi, tanto de caráter biográfico como de análise de sua produção escrita e arquitetônica e, também, sobre o contexto político, econômico, social e cultural do país, com foco no panorama arquitetônico das cidades em que Lina atuou como professora. As fontes secundárias foram identificadas, sistematizadas e analisadas. Quanto às fontes primárias, tendo em vista as restrições do contexto sanitário durante boa parte do trabalho, pudemos acessá-las apenas em arquivos disponibilizados

digitalmente nos sites das instituições. A partir desse processo de coleta de materiais, as fontes documentais foram cruzadas.

Figura 1: Linha do tempo elaborada durante a pesquisa



Fonte: elaborada pela autora

## 4. RESULTADOS

A partir do levantamento de nomes de ex-alunos, ex-colaboradores e pessoas que poderiam auxiliar com informações a respeito das relações de Lina com o ensino de arquitetura, foram realizadas importantes entrevistas para a pesquisa, que deram informações inéditas a respeito do tema. A bibliografia selecionada foi catalogada no sistema de fichas que incluem síntese do material, informações importantes para a pesquisa e pontos tratados no texto sobre Lina e o ensino, além de referências utilizadas por esses autores que contribuíram para ampliar a bibliografia. Os acervos digitais consultados foram catalogados a partir de busca pelo tema em questão, fornecendo base organizacional importante para próximas pesquisas realizadas presencialmente nestes arquivos. Outro resultado importante da pesquisa foi o desenvolvimento de uma linha do tempo que auxilia na compreensão de uma trajetória tão complexa quanto a de Lina Bo Bardi.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos a pesquisa buscando traçar o perfil de Lina enquanto professora de Arquitetura na FAU-USP e na Universidade da Bahia, no entanto, chegou-se à conclusão de que essa trajetória foi

mais complexa, uma vez que Lina Bo Bardi deve ser compreendida como uma arquiteta de perfil educador, que incentivou atividades de ensino, pesquisa e formação ao longo de toda sua trajetória e ofereceu uma contribuição contínua voltada ao incentivo das questões educacionais, seja dentro de universidades como a FAU-USP e a Universidade da Bahia, seja dentro de museus e institutos que criou e desejava criar. Defendia o ensino público, gratuito e universal, entendendo que é possível adquirir conhecimentos em diversos contextos, não apenas na sala de aula formal, mas principalmente no convívio diário, com a construção de repertório cultural, artístico e técnico. Foi docente em instituições em um período em que era diminuto o número de mulheres que lecionavam nesses espaços. Portanto, esta pesquisa contribui para uma nova abordagem acerca de uma personagem amplamente pesquisada, através do viés do ensino e aprendizagem.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento desta pesquisa de Iniciação Científica processo nº 2021/04741-1. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Agradeço também aos entrevistados, por aceitarem colaborar com a pesquisa, e à professora Aline Coelho Sanches pela orientação.

## REFERÊNCIAS

**ACERVO documental Instituto Bardi.** Disponível em:

<http://acervo.institutobardi.org/collections/documents/search?owner=LBB>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BARDI, Lina Bo. **Contribuição propedêutica ao ensino da teoria da arquitetura.** São Paulo: Instituto Lina Bo e PM Bardi, 2002.

FERRAZ, Marcelo (Org.). **Lina Bo Bardi.** São Paulo: Instituto Bardi/ Casa de Vidro/ Romano Guerra Editora, 2018.

LEON, Ethel. **IAC - Primeira Escola de Design do Brasil.** São Paulo: Blucher, 2014.

LIMA, Zeuler Rocha Mello de Almeida. **Lina Bo Bardi: o que eu queria era ter história.** São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

PERROTA-BOSCH, Francesco. **Lina: uma biografia.** São Paulo: Todavia, 2021.

**PESQUISA COLETIVA UFBA/MAP: Cidade e Universidade (Salvador 1946 – 1964).** Disponível em:

<http://www.laboratoriourbano.ufba.br/?pesquisas=pesquisa-coletiva-finalizada>. Acesso em: 28 fev. 2022.

## SUBSIDÊNCIA DO SOLO EM BAIRROS DE MACEIÓ-AL: A ATUAÇÃO DOS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO NA REESTRUTURAÇÃO URBANA DA CIDADE (FASE 3)

*Soil subsidence in neighborhoods of Maceió-AL: the role of space-producing agents in the urban restructuring of the city (Phase 3)*

*El hundimiento del suelo en los barrios de Maceió-AL: el papel de los agentes productores de espacio en la reestructuración urbana de la ciudad (Fase 3)*

**Palavras-chave:** subsidência do solo; agentes produtores do espaço; reestruturação urbana; Estado; catástrofe socioambiental.

### Mirella Murta Gomes Rizzo

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-UFAL

**E-mail:** mirella.rizzo@fau.ufal.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9214316935907784>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-9079-4910>

### Caroline Gonçalves dos Santos

Doutora em Desenvolvimento Urbano pelo MDU.UFPE

Professora adjunta FAU.UFAL

**E-mail:** caroline.santos@fau.ufal.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7076705528402887>

**Orcid:** <http://orcid.org/0000-0001-5726-2632>

## 1. INTRODUÇÃO

Maceió, capital de Alagoas, é cercada por águas. Perto do encontro de sua orla lagunar e marítima, em uma ponta de restinga, foi instalada na década de 1970 a empresa Salgema, atual Braskem. Construída em uma região ecologicamente sensível, tida também como de expansão e de forte interesse imobiliário, tinha em seu entorno bairros majoritariamente habitacionais já consolidados. Assim, em um terreno não adequado ao porte da indústria, sem os estudos adequados, sem licença ambiental – à época pouco discutida –, começou em 1975 a extração do minério de sal-gema para produção de cloro e soda cáustica.

Em 2018, quando, após fortes chuvas, um tremor de terra foi sentido na capital, principalmente nas proximidades do bairro do Pinheiro, seguido de rachaduras nas construções e afundamentos em algumas localidades. Após estudos e levantamentos realizados Serviço Geológico do Brasil (CPRM), comprovou-se que a instabilidade do solo é decorrente da exploração de sal-gema, atividade da mineradora Braskem, que o fazia de forma inadequada, comprometendo as cavernas subterrâneas. Por isso, cinco bairros se tornaram áreas de risco: Mutange, Bebedouro, Pinheiro, Bom Parto e Farol, e o fenômeno foi identificado como subsidência do solo.

Assim, na urgência de retirar os moradores da área de risco, foram assinados acordos e programas entre Braskem e Estado a fim de evitar que uma tragédia maior acontecesse. Dessa forma, essa pesquisa de iniciação científica é direcionada para compreender o papel do Estado enquanto agente de reestruturação urbana de Maceió, se é possível perceber sua atuação como mediador de conflitos e representante e protetor da sociedade civil por meio de análises de políticas públicas e atividades de mineração. Outras tragédias socioambientais também permitiram identificar semelhanças e diferenças no funcionamento dos órgãos públicos, considerando caso a caso.

## 2. OBJETIVO

A pesquisa tem como objetivo geral analisar a atuação dos agentes produtores do espaço urbano – sendo estes o Estado, os proprietários do meio de produção (Braskem), os promotores imobiliários e os agrupamentos sociais excluídos –, bem como possíveis conflitos entre eles, na reestruturação urbana da cidade de Maceió- AL e região metropolitana após o esvaziamento dos bairros afetados pela subsidência do solo, em virtude da exploração de sal-gema pela Braskem.

Além disso, objetiva também registrar a atuação do Estado após a expulsão massiva de mais de 14,2 mil famílias (até julho de 2022) da zona de subsidência; identificar conflitos de interesses entre o Estado e demais agentes produtores do espaço urbano, assim como as implicações socioespaciais desses conflitos; verificar padrões no *modus operandi* do Estado relacionados a essa catástrofe urbana comparados aos de outras catástrofes ambientais ocorridas no país; evidenciar as transformações urbanas na cidade de Maceió e região metropolitana decorrentes da necessidade de esvaziamento dos bairros, que resultam na reestruturação urbana.

### 3. MÉTODO

Em seu terceiro ano, o ciclo atual da pesquisa busca dar uma continuidade e ampliação aos objetivos supracitados. Para isso, foram feitas análises de conteúdo principalmente de notícias sobre o tema; materiais de divulgação veiculados por empresa ou Estado sobre acordos, planos ou novidades sobre as tragédias; referências bibliográficas voltadas para percepções do espaço urbano neoliberalista. Além disso, elaborou-se um quadro comparativo com 3 desastres socioambientais brasileiros ocorridos nos últimos 10 anos a fim de traçar semelhanças no comportamento do Estado como mediador e promotor de conflitos urbanos.

### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

É conhecido que – “as mineradoras se aproximam cada vez mais do Estado e cada vez mais exerce influência sobre a legislação que regula o ambiente onde elas atuam, por meio dos lobbies políticos (RESENDE, 2016). Talvez este seja um dos motivos que tornam, principalmente em países subdesenvolvidos, as regras que regulam o meio ambiente mais fracas e pouco rigorosas (STICKLER *et al.*, 2013). Por isso, estar de acordo com a legislação não significa exercer excelentes práticas ambientais e sociais (HILSON e MURK, 2000).” – (SANTOS *et al.*, 2020, p. 31463). É, então, difícil analisar a atuação do Estado sem considerar os donos de meio de produção, já que estes têm adquirido poder e controle cada vez maiores.

Assim, no contexto brasileiro de instalação de grandes indústrias, é comum que não existam limitações legais para o funcionamento, mesmo quando existem. Há uma inversão na hierarquia de obediência às regras, já que quem as regula são os mesmos atores que deveriam agir sob elas. Sabendo das semelhanças entre as tragédias e crimes socioambientais ocorridos no país, fez-se uma análise de mais três casos a fim de entender a lógica do ordenamento urbano. No quadro, é feita uma síntese comparativa entre 3 desastres socioambientais brasileiros dos últimos 10 anos, sendo eles: o desastre aqui estudado, a subsidência do solo resultante da exploração das minas subterrâneas de sal-gema pela Braskem em Maceió-AL, iniciada em 2018; o rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho-MG, pela Vale S.A. em 2019; e, por fim, o rompimento das barragens de Fundão e Santarém em Mariana-MG, pela Samarco em 2015.

Os casos são detalhados em 10 colunas, respectivamente: resumo da tragédia; quantidade de atingidos/mortos/feridos; nome da mineradora/empresa; cidade; nº de habitantes da cidade; data; contexto de instalação da empresa; principais acordos; posicionamento do Estado; e sanções e punições à empresa responsável pela catástrofe. Logo, percebeu-se que uma das similaridades consiste no papel do Estado de atuar como mediador de conflitos, em todos os casos, ainda que esquivando-se da responsabilidade de agir como protagonista na reestruturação urbana, permitindo que a empresa funcione como tal. Isto pode ser observado, por exemplo, nos acordos entre Estado e mineradora, em que o uso de termos atenuantes possibilita uma resignificação da gravidade da catástrofe.

Dessa forma, não usamos o termo “realocação” ao se referir à desocupação de uma parcela vital para a cidade de Maceió, como é feito no chamado “Programa de compensação financeira e apoio à realocação” da Braskem. “Realocação” implica um reposicionamento ordenado das famílias, com um plano eficiente, integrado, que pense a cidade de forma a preencher seus vazios. O que observamos, porém, foi o esvaziamento de pelo menos 4 bairros da cidade. Com isso, houve uma intensificação da desigualdade territorial: impactou ao se extinguir equipamentos urbanos, eixos viários, reduzir transporte público e uma extensa área de moradia e comércio, ocorreu um adensamento populacional em áreas já muito aglomeradas e o acesso aos serviços limitou-se ainda mais.

As negociações dos acordos entre empresa e atingidos, considerado um sucesso pelo Ministério Público, deram-se às custas do desespero das famílias, seguindo uma fórmula para calcular o valor a ser pago pela Braskem ao proprietário, ignorando a avaliação caso-a-caso, que levaria em conta a relação do morador para com o bairro, todos os serviços e oportunidades que o foram subtraídas. Além disso, as estratégias de divulgação tendem a facilmente ser revertidas em propagandas positivas para a empresa causadora do dano. O discurso, conduzido por quem produz o material, é ilustrativo, de fácil entendimento, com imagens favoráveis da pós-tragédia, e mesmo utilizando de linguagem atenuante: como usar “imóveis” ao invés de “vítimas” no caso da Braskem, por exemplo. É ótimo que haja divulgação de forma mais acessível ao público, mas por que limitá-la aos sites das empresas? Hoje, para acessar informações sobre os dados atualizados da subsidência em Maceió, o site da Braskem é o mais completo, mais interativo e atrativo. Os portais de notícias também cumprem com a função de atualizar a sociedade dos novos fatos, mas há carência de saber dos acontecimentos sob o ponto de vista do Estado, dos gestores ou representantes da sociedade civil.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, passados mais de 4 anos desde o primeiro tremor de terra sentido na região e quase três anos que se sabe das causas e consequências do processo de subsidência do solo em Maceió, ainda há muito o que se fazer. Notamos que a participação popular tem sido sabotada, desde a separação física do morador com a sua comunidade, o afastando da mobilização, até o adiamento frequente de audiências/consultas públicas e reuniões com participação popular sobre a elaboração do novo Plano Diretor, já que o vigente deveria ser atualizado até 2015, em conformidade com o Estatuto da Cidade. A participação acadêmica também deve ser notada e estimulada para atuar com assessoria técnica da área, além de ampliar o conhecimento urbanístico por meio de capacitações e aulas à população.

Além disso, deve-se pensar no que vai ser feito com a área atingida – cerca de 827 hectares – de maneira que ela seja utilizada como forma de retorno à cidade, tentando suprir as necessidades culturais, turísticas, atrativas, ambientais e sociais da população, diversificando o lazer além da praia. Os tantos imóveis, que hoje pertencem a Braskem, devem ser destinados ao Estado e as permissões e restrições para a reestruturação da cidade, esperadas em um Plano Diretor, devem

ser atualizadas o mais breve possível considerando a nova dinâmica da cidade e conceitos mais atualizados de planejamento urbano.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Caroline por toda paciência, dedicação e ensinamentos, além dos meus colegas de pesquisa, que ao compartilharem seus estudos, contribuíram para o aprofundamento da pesquisa e minha formação acadêmica. Sou grata também aos 20 anos de moradia no bairro do Pinheiro – as memórias espaciais desapareceram, mas sem apagar a esperança dos moradores de terem suas vidas contadas e honradas.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Termo de Acordo Para Extinguir a Ação Civil Pública Socioambiental (Processo n. 0806577-74.2019.4.05.8000)**. Maceió: MPF/MP-AL/Braskem, 2020.

HILSON, G.; MURCK, B. Sustainable development in the mining industry: clarifying the corporate perspective. **Resources Policy**, v.26, n.4, p.227-238. 2000.  
[https://doi.org/10.1016/S0301-4207\(00\)00041-6](https://doi.org/10.1016/S0301-4207(00)00041-6).

REZENDE, V. L. A mineração em Minas Gerais: uma análise de sua expansão e os impactos ambientais e sociais causados por décadas de exploração. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 28, n. 3, p. 375-384, 2016.

SANTOS, V. F. dos; *et al.* Catástrofes na indústria de mineração: comportamentos executivos e a relação de poder entre mineradoras, o estado e a sociedade como fatores disruptivos do caos. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 5, p. 31461–31478, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n5-560. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/10721>. Acesso em: 27 jun. 2022.

STICKLER, C. M.; *et al.* Defending public interests in private lands: compliance, costs and potential environmental consequences of the Brazilian Forest Code in Mato Grosso. **Philosophical transactions of the Royal Society**, v. 368, n. 1619, p. 1-13, 2013.  
<https://doi.org/10.1098/rstb.2012.0160>.



## O LEGADO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL EM LIMEIRA, 1890-1960

*Industrial Heritage's Legacy in Limeira, 1890-1960*

*El Legado del Patrimonio Industrial en Limeira, 1890-1960*

**Palavras-chave:** patrimônio industrial; ferrovia; memória; expansão urbana.

### **Nathalia Cazeri da Silva**

Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Unesp  
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo no IAU.USP

**E-mail:** nathaliacazeri@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/8735855013166367>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-9481-677X>

### **Aline Coelho Sanches**

Doutora em Composizione Architettonica pelo Politecnico di Milano  
Professora Doutora do IAU.USP

**E-mail:** alinecoelho@sc.usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5939046169120461>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-6458-0938>

## 1. INTRODUÇÃO

O sentido no reconhecimento de um bem patrimonial é manter viva uma mensagem, conferindo singularidades a partir de uma história e lugar compartilhados. Ao entender o patrimônio e suas relações como parte de embates políticos, Smith (2008) indica como um “discurso autorizado” é utilizado para promover uma narrativa de como são concebidos e reproduzidos os exemplares patrimoniais, e como essa concepção é repassada como pensamento central e incontestável, considerando apenas em segundo plano seus usuários, detentores de memória e a população do entorno.

A presente pesquisa é centrada no registro e análise do legado industrial na região central de Limeira, no recorte temporal entre 1890-1960, partindo da compreensão conjunta de três dimensões significativamente alteradas pelas indústrias – arquitetônica, do traçado urbano e social – em uma cidade com representantes industriais nas mais diferentes condições de preservação e reconhecimento.

O propósito em unir as três perspectivas na discussão sobre os bens patrimoniais industriais parte da oportunidade em abordá-las de maneiras tanto autônomas quanto complementares, considerando suas múltiplas intersecções, apontando o patrimônio cultural também como recurso socioeconômico e cultural valioso no desenvolvimento das cidades. Identificar e analisar os bens patrimoniais industriais de Limeira, suas influências no desenvolvimento da malha urbana e atuações nas relações sociais das comunidades, tem como intenção assim, para além de construir e disponibilizar dados – como funções, usos, histórias, memórias, transformações e tipologias arquitetônicas – também demonstrar características que marcam não apenas as edificações, mas a malha urbana, a paisagem e a vida dos moradores da cidade. Se propondo também a ser utilizado de apoio técnico à criação de políticas públicas e ações que busquem o reconhecimento, a preservação e o restauro onde for possível, além de buscar novas perspectivas para os cidadãos de Limeira e as autoridades municipais, considerando o ambiente construído e os patrimônios culturais como capitais valiosos. Pretende-se, assim, não abdicar da dimensão urbana e social em favor de um inventário exclusivamente arquitetônico, tendo em vista a potencialidade de melhor compreensão desse legado quando se analisa conjuntamente a forma da cidade e a arquitetura dos seus edifícios, igualmente quando observado a relação da população com esses vestígios, dentro de um determinado contexto de disputas e decisões políticas e econômicas.

## 2. OBJETIVOS

### 2.1. Objetivo Geral:

- Compreender o legado do Patrimônio Industrial no Centro de Limeira, entre 1890 e 1960;

## 2.2. Objetivos Específicos:

- Compreender a relação entre o Patrimônio Industrial e a constituição urbana e da paisagem do Centro de Limeira, entre 1890 e 1960;
- Caracterizar o patrimônio industrial ainda existente na cidade, identificando seu estado de conservação, funções atuais, usos e intenções.
- Relatar relações entre os patrimônios remanescentes e os já não existentes que interagem com a população dentro do recorte temporal e no momento atual.

## 3. MÉTODO

A partir dos métodos da pesquisa histórica, com destaque para história da arquitetura e da cidade, e da pesquisa de campo, as análises serão construídas a partir das fontes primárias – fotografias, documentos oficiais e produtos gráficos originais ou oficialmente demarcados nos órgãos municipais – além de levantamentos atuais fotográficos, com objetivo de poder reconstituir, dentro do possível, linhas de acontecimentos com modificações e demolições. Para tanto a pesquisa constitui uma base teórica que conta com Singer (1977), Truzzi (1986), Cano (2007) e Bassanezi et al. (2008) para cultura cafeeira, imigração e industrialização no Brasil e no Estado de São Paulo, e de maneira mais focada para o caso específico dessas relações na região de Limeira com Davatz (1980), Holloway (1984) Beiguelman (1978), Heflinger (2015 e 2017), Levy (1999). No campo do patrimônio com Menezes (2012), Nora (1993), Choay (2001), Chauí (2006), Smith (2008) e Scifoni (2019), com abordagem mais específica para os bens industriais com Kuhl (2009), Meneguello (2011), Ruffinoni (2013 e 2021) e Oliveira (2019).

Por fim, a pesquisa de campo, pelo seu caráter abrangente e por permitir a coleta de dados diretamente com quem faz parte do contexto (GROAT & WANG, 2013). Propõe-se também observar as histórias individuais dos patrimônios industriais dentro do contexto de sua construção, utilização e abandono e/ou destruição, considerando a conjuntura social, histórica, política, econômica e essencialmente a cultural, levantada em fontes secundárias, algumas das quais já citadas acima, de maneira a agregar cada bem patrimonial ao todo urbano e suas modificações.

## 4. RESULTADOS ESPERADOS

Levanta-se a possibilidade que o material levantado da pesquisa integre dados novos e a atual produção sobre a história do município, que ainda não abrange toda a época industrial, visando também contribuir com estudos sobre os processos de expansão das cidades do interior paulista, identifica movimentos semelhantes de crescimento e singularidades atrelados às suas relações com o café, ferrovia e imigração, além de discutir novas perspectivas sobre como os bens patrimoniais, que podem ser recursos relevantes em busca do desenvolvimento sustentável das comunidades, espaços urbanos e memória coletiva.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços de memória industriais no Brasil encontram-se em estados preocupantes de conservação (KÜHL,2009) e apesar de alguns deles continuarem atraindo novas apropriações e usos que os mantêm presentes e atuantes no imaginário popular, muitos ainda têm sua preservação e reconhecimento contestados nos embates políticos apresentados no discurso autorizado do patrimônio (SMITH,2008). Assim, os estudos da história do patrimônio industrial de Limeira buscam levantar e analisar aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, auxiliando no entendimento da multiplicidade de fatores que contribuíram para que a cidade passasse de centro cafeicultor para polo industrial, e como isso fez parte dos movimentos de expansão urbana e do discurso utilizado na constituição de seu patrimônio material e imaterial.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento desta pesquisa de Mestrado, processo 2020/ 12647-2. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

## REFERÊNCIAS

BASSANEZI, Maria Sílvia; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; SCOTT, Ana Sílvia Volpi; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Atlas da imigração internacional de São Paulo - 1850-1950**. Editora Unesp, 2008.

BEIGUELMAN, P. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. São Paulo, 1978.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial de São Paulo*. 5. Ed. Campinas, SP: Unicamp. IE, 2007

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil**. Tradução: Sérgio Buarque De Holanda. [S. l.]: Itatiaia, 1980. 304 p.

GROAT, L. N.; WANG, D. **Architectural Research methods**. Second edition. Hoboken, New Jersey, 2013

HEFLINGER JUNIOR, José Eduardo; LEVY, Paulo Masuti. **O senador Vergueiro e a Imigração Européia**. Limeira: Sociedade Pró - Memória, 1999.

HEFLINGER JR, J. E. **Um pouco da história de Limeira** - A little about the history of Limeira. Limeira: Sociedade Pró-Memória de Limeira, 2015.

HEFLINGER JR, J. E. **Um pouco da história de Limeira - Volume II.** A little about the history of Limeira. Limeira: Unigráfica Indústria Gráfica Ltda, 2017.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café.** Rio de Janeiro, ed. Paz e Terra, 1984. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 71).

KÜHL, B.M. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização.** São Paulo: Ateliê, 2009.

MENEGUELLO, Cristina. **Patrimônio industrial como tema de pesquisa.** Anais do I Seminário Internacional de História do Tempo Presente: Florianópolis, 2011.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. 1992. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania.** Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH, pp.189-194

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História: História e Cultura**, São Paulo, n.10, 1993.

OLIVEIRA, Eduardo Romero (org.). **Memória ferroviária e cultura do trabalho:** balanços teóricos e metodologias de registro de bens ferroviários numa perspectiva multidisciplinar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019. il. – (Série TICCIH-Brasil; Novas perspectivas; v.1). Disponível em: [https://ticcihbrasil.com.br/wp-content/documentos/livro\\_v1.pdf](https://ticcihbrasil.com.br/wp-content/documentos/livro_v1.pdf).

RUFINONI, M. R. Arte de viver, Arte de fabricar: sobre inventariar e preservar paisagens fabris em transformação. In: MENEGUELLO, C. (Org.) **Arte e patrimônio industrial.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

RUFINONI, M.R. **Preservação e restauro urbano:** intervenções em sítios históricos industriais. São Paulo: Fap-Unifesp/Edusp, 2013.

SCIFONI, S. **Conhecer para preservar:** uma ideia fora do tempo. *Revista CPC*, 14(27esp), 14-31. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27espp14-31>, 2019.

SMITH, L. **Uses of heritage.** London; New York: Routledge, 2008

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2.ª ed. 1977.

TRUZZI, Oswaldo. **Café e Indústria:** São Carlos: 1850-1950. São Carlos: Edufscar, 1986.

# SUPERPRODUÇÃO IMOBILIÁRIA EXPANDINDO CIDADES: A PROVISÃO DE LOTES URBANIZADOS EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, RIBEIRÃO PRETO E PIRACICABA

*Real state superproduction expanding cities: the provision of urbanized plot lands  
in São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Piracicaba*

*Superproducción inmobiliaria em ampliación de ciudades: la provisión de lotes  
urbanizados em São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Piracicaba*

**Palavras-chave:** mercado imobiliário; habitação; planejamento territorial;  
dinâmica demográfica.

## Victória Neves Scussel

Arquiteta e Urbanista pela UNIMEP  
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP

**E-mail:** victoriassussel@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5292386947726185>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-5414-5975>

## Lúcia Zanin Shimbo

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela EESC.USP  
Professora Livre-Docente no IAU.USP

**E-mail:** luciashimbo@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3448342105966223>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-1097-80917-8091>

## 1. INTRODUÇÃO

No período entre o ano de 2010 e 2020, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Piracicaba foram os municípios recordistas em aprovação de novos lotes urbanizados no estado de São Paulo. De acordo com o Grupo de Análise e Aprovação de Projeto Habitacionais (Graprohab, 2019), foram aprovados 56.138, 24.248 e 21.738 novos lotes nesse período, respectivamente. Esses dados comparados à gradativa redução das taxas geométricas anuais de crescimento da população mostram que a oferta de lotes nesses municípios superou em muito o crescimento demográfico dos mesmos. Diante desse provável descolamento entre oferta e demanda, esta pesquisa busca responder às seguintes questões: por que houve essa elevada provisão de novos lotes urbanizados nesses municípios? Quem promoveu essa provisão? Quais são as características dessa produção? Quais são as relações dessa produção com as dinâmicas imobiliárias locais?

De acordo com Ball (1983), a “provisão habitacional” é produto de um complexo processo que envolve relações sociais e processos físicos que vão desde questões fundiárias, passando pela produção e venda, chegando-se no uso dessa habitação pelo cliente final. Para sucessivos governos, a provisão de habitação tem sido uma questão primordial e, mesmo tendo abordagem orientada para o mercado, tem grande envolvimento financeiro do Estado. Os problemas no âmbito da provisão de moradias não se restringem apenas à dimensão da produção tendo em vista que ela faz parte de uma estrutura ampla composta por outros elementos que se inter-relacionam (Ibidem, 1983). De acordo com o autor, as construtoras e incorporadoras ganham relevância nessa estrutura, na medida em que funcionam como “comerciantes-produtores” (BALL, 1983, p. 157), o que lhes confere força econômica aumentando, assim, a sua lucratividade.

Além desses agentes, os mercados fundiários servem para designar terra aos usos específicos dos elementos do ambiente construído, mas outros agentes, como o Estado e o capital financeiro, também atuam como coordenadores dessa provisão (HARVEY, 2013). Se o ambiente construído funciona como uma mercadoria, isso significa que o mesmo possui um valor de uso e um valor de troca (HARVEY, 2013). No caso, há dois tipos de valor de troca no ambiente construído: “o aluguel capitalizado sobre os elementos antigos e o preço de produção sobre os novos” (HARVEY, 2013, p. 358).

Nesta pesquisa, enfatizaremos esse segundo tipo de valor de troca, tomando como abordagem principal, a dimensão da produção das estruturas de provisão do ambiente construído, em especial, os agentes (proprietários de terra, incorporadores e Estado) e suas relações que possibilitam a provisão de lotes urbanizados.

## 2. OBJETIVO

O artigo tem como objetivo geral compreender a estrutura de provisão de novos lotes urbanizados nos municípios de São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Piracicaba. Assim como, identificar as relações que se estabelecem entre os agentes envolvidos nessa estrutura e quais são as suas práticas, compreender o arranjo financeiro dessa estrutura de provisão e analisar as

características dessa produção imobiliária e a relação com as dinâmicas urbanas dos municípios em questão.

### **3. MÉTODO**

Com a finalidade de cumprir os objetivos definidos, a partir de abordagem qualitativa utiliza três métodos principais: análise de base de dados secundários, pesquisa documental e pesquisa de campo.

Além disso, a pesquisa partiu de um levantamento bibliográfico sobre a produção do espaço urbano brasileiro, a fim de se identificar como as especificidades das cidades estudadas se inserem no processo geral e até que ponto as mesmas apresentam dinâmicas particulares e singulares em seus processos de desenvolvimento urbano.

### **4. RESULTADOS OBTIDOS/ESPERADOS**

Até o momento foram realizadas a caracterização socioeconômica, a análise da produção do espaço urbano e da produção imobiliária recente das cidades de estudo, o que deixou evidente como, mesmo sob influência de tendências regionais e nacionais, cada um dos municípios apresenta suas especificidades. São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Piracicaba se conformam como sede-administrativas de suas RMs e se constituem como importantes polos regionais com inserção estratégica no contexto estadual, possuindo, as três, PIB entre os 15 maiores do Estado de São Paulo. Ao mesmo tempo em que possuem grande atratividade econômica no interior do estado, as três seguem a tendência nacional do arrefecimento da Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População.

Na contramão, o que foi apresentado é uma elevada quantidade de lançamentos de unidades habitacionais em diferentes tipologias de produtos imobiliários. Em relação a como essas unidades se distribuem nos diferentes produtos imobiliários tratados, vimos que nas três cidades a menor produção se refere ao lançamento de casas em residenciais horizontais. Em se tratando dos residenciais verticais e dos loteamentos, cada cidade possui diferente participação. Em Ribeirão Preto e em Piracicaba, a maior concentração de unidades está em apartamentos, sendo 63% e 51% das unidades da produção, respectivamente. Já em Rio Preto, a maior parte da produção se concentra no lançamento de terrenos, correspondendo a 45% da produção.

Quanto à diferenciação entre os loteamentos abertos e fechados, chama atenção o fato de praticamente toda a produção desta tipologia em Ribeirão Preto se conformar como unidades em empreendimentos fechados, o correspondente a 67% da produção. Já em Rio Preto e Piracicaba, a maior parte da produção se mantém em loteamentos abertos, com 68,7% e 54,1%, respectivamente. Além de termos demonstrado como há maior preocupação por parte dos agentes em garantir terrenos maiores para os empreendimentos fechados.

Também foi possível identificar as dinâmicas intraurbanas territorializando esses empreendimentos lançados nas cidades. Tomando as desigualdades sociais como chave analítica para compreensão das cidades, tal qual descrito por Melazzo (2019), foi apresentada a divisão social do espaço desses municípios.



Em Rio Preto, identificamos a divisão da cidade entre as Zonas Norte e Sul. Na Zona Norte, historicamente se concentra a população de mais baixa renda em consequência da implantação dos conjuntos habitacionais, e, desse modo, temos nessa região o predomínio de lançamentos de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida e dos loteamentos abertos. Outro fator que marcou essa divisão, foi o lançamento de um shopping center para o atendimento da população dessa região, já que os outros quatro centros comerciais do tipo que se encontram na cidade, se localizam no outro extremo. Na Zona Sul, a maior parte dos empreendimentos lançados está concentrada no vetor formado pela Zona Central Comercial e que se estende entre as avenidas Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e José Munia, região que concentra a população de mais alta renda de Rio Preto.

Em Ribeirão Preto, há uma clara divisão da cidade em dois extremos: o Setor Norte e o Setor Sul. Ao Norte se concentram a população de menor renda e grande parte das unidades habitacionais do PMCMV em residenciais verticais e horizontais. Enquanto no extremo oposto, ao Sul está concentrada a população dos maiores estratos de renda e praticamente toda a produção de loteamentos fechados, de edifícios de escritórios e shoppings centers do município. Outro fator que marca a clara divisão da cidade é que mesmo possuindo lançamentos de novos empreendimentos verticais de classificação do tipo econômico espalhados por todas as regiões da cidade, os edifícios verticais de outros padrões não são lançados no Setor Norte.

Já em Piracicaba, diferentemente das outras cidades tratadas, ao estudar os lançamentos imobiliários do período, o que se percebe é que na produção recente ainda se encontram muitos empreendimentos na região central da cidade. Evidenciando como a tendência de resistência das camadas de mais alta renda de Piracicaba em deixar o centro, já descrita por Otero (2016), ainda é perceptível. Ainda se percebe maior concentração da produção do lado esquerdo do Rio Piracicaba, já que historicamente o mesmo funcionava como uma barreira natural de contenção do crescimento da cidade. Vale ressaltar, que Piracicaba não possui concentração de loteamentos fechados em nenhuma região específica da cidade, mas o que se percebe é a distribuição desse produto imobiliário por todas as regiões da cidade com grande distância da área central, bem como o mesmo acontece com o lançamento das novas unidades do PMCMV.

Quanto aos agentes que promoveram essa produção, destaca-se que no âmbito do lançamento de novos terrenos os três primeiros colocados das três cidades de estudo se referem a empresas menores e de atuação local ou regional, evidenciando a maior participação de empresas menores e de origem local em relação a grandes empresas. As grandes empresas concentram sua produção no lançamento de unidades em residenciais horizontais e verticais, como a MRV, que detém a maior participação nas três cidades quanto à provisão de novas unidades habitacionais em residenciais verticais, sendo inclusive, a única empresa entre os primeiros colocados no ranking dos lançamentos de todas as tipologias que possui capital aberto. Outro aspecto que merece atenção se refere a concentração de lançamentos em poucos grupos incorporadores, já que nos rankings apresentados para as tipologias da Geoimóvel (2021), ficou claro como os primeiros colocados concentram a maior parte das unidades lançadas.

A partir dos mapas produzidos, identificando a localização e proporção dos diferentes produtos imobiliários que possibilitaram as análises das dinâmicas intraurbanas, também é possível

evidenciar a importância do Programa Minha Casa Minha Vida nos estudos relacionados ao mercado imobiliário, dada a proporção da produção identificada na pesquisa.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os anos de 2010 e 2020, os municípios de São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Piracicaba foram recordistas em aprovação de novos lotes urbanizados no estado de São Paulo. Esse fato, comparado à gradativa redução das taxas geométricas anuais de crescimento da população, mostra que essa forma de provisão de habitação não corresponde ao crescimento demográfico, podendo existir um deslocamento entre oferta e demanda. Diante disso, esta pesquisa busca compreender a estrutura de provisão de lotes urbanizados nos municípios citados, enfatizando-se as relações que se estabelecem entre os seus agentes, buscando verificar a hipótese apresentada e demonstrar como a estrutura de provisão de novos lotes urbanizados tem contribuído para a expansão das cidades.

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer à minha orientadora, Profa. Dra. Lúcia Zanin Shimbo, por compartilhar seu conhecimento, pela paciência e dedicação e à FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo nº 2021/01515-0) pelo apoio financeiro essencial para a realização dessa pesquisa.

## REFERÊNCIAS

BALL, Michael. **Housing Policy and Economic Power**: the political economy of owner occupation. Londres: Ed. Routledge, 1983.

HARVEY, David. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELAZZO, E. Terra urbana e dinâmica imobiliária: elementos para uma interpretação crítica no Brasil. **Semestre Económico**, 22(50). 2019. pp. 71-86.

OTERO, E. V. **Reestruturação urbana em cidades médias paulistas**: a cidade como negócio. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: FAU USP, 2016.

## HIDS (HUB INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL) E A ESTRATÉGIA DO POLO DE ALTA TECNOLOGIA DO CIATEC II - UNICAMP

*HIDS (International Hub for Sustainable Development) and the strategy of the High Technology Polo of CIATEC II – UNICAMP*

*HIDS (Hub Internacional de Desarrollo Sostenible) y la estrategia del Polo de Alta Tecnología del CIATEC II - UNICAMP*

**Palavras-chave:** HIDS; urbanização; planejamento urbano; sistema de espaços livres; paisagem.

### Vitória Ribeiro

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela IAU.USP

**E-mail:** vitoriaribeiro@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/6546984293414920>

### Luciana Bongiovanni Martins Schenk

Doutora em Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP

Professora e Orientadora do IAU - USP

**E-mail:** lucianas@sc.usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3384491853267540>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-7944-7782>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a proposta do HIDS (Hub Internacional de Desenvolvimento Sustentável) e a estratégia do Polo de Alta Tecnologia Ciatec II – UNICAMP atrelado aos *campi* da UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas e da PUCC – Pontifícia Universidade Católica, vinculada a linha de pesquisa da orientadora Planejar com a Paisagem. Pretende abordar o processo de implantação, bem como avaliar as possíveis interações com o contexto urbano existente a partir do resgate histórico, compreender as estratégias de implantação e identificar as fragilidades e as potencialidades desse novo pólo tecnológico de desenvolvimento. Através desse levantamento e da coleta de dados poderemos mapear os eixos estratégicos, os quais deverão conduzir a investigação, avaliando as distintas formas de ocupar áreas em zona de expansão urbana. A pesquisa busca investigar criticamente potenciais impactos nos eixos sociocultural, econômico, ambiental, relacionados com preceitos de desenvolvimento de um distrito inteligente e sustentável.

Devido à localização, Campinas é considerada atrativa para atividades públicas e privadas de pesquisa e desenvolvimento. Em 2013 a UNICAMP adquiriu a Fazenda Argentina, uma área com 1,4 milhão de m<sup>2</sup>, contígua ao campus da Universidade, no Distrito de Barão Geraldo, em Campinas -SP. Essa ação provocou diversas discussões sobre as formas de ocupar essa nova área de modo a promover o desenvolvimento sustentável, com a intenção de gerar novos modelos embasados na Agenda 2030 da ONU e seus 17 Objetivos. Com a evolução dos estudos das atividades que poderiam ser desenvolvidas no HIDS, se tornou evidente como oportunidade a vocação dos diversos atores que compõem a região do Ciatec II, situado em uma área de 8,8 milhões m<sup>2</sup>. A região indicada é tratada como Polo Estratégico de Desenvolvimento no Plano Diretor do Município de Campinas de 2018, tendo as universidades como centralidades atrativas e distribuidoras de conhecimento para promover, com os organismos gestores de Campinas e região, a criação de um distrito inteligente com impacto local e regional. O HIDS compreende toda a área que contém a região do Ciatec II, da PUC-CAMPINAS e da UNICAMP, esse território está sendo idealizado como uma estrutura que combina e articula ações, através de parcerias e cooperações entre instituições que possuem competências e interesses voltados a desenvolvimento sustentável de forma ampla, agregando esforços nacionais e internacionais para produzir conhecimento, tecnologias inovadoras e mitigando as fragilidades sociais, econômicas e ambientais.

## 2. OBJETIVO

O planejamento que se realiza tendo como parâmetro as questões relacionadas à paisagem, compreende historicamente os contatos já estabelecidos e elaborando sobre a perspectiva que contemporaneamente se apresenta como importante alternativa de convergência e interação entre campos disciplinares. Essa estratégia que articula informações de diferentes naturezas procura mitigar potenciais conflitos entre meio físico e ocupação, gerando processos de planejamento e projetos para realidades complexas. O objetivo central da pesquisa é analisar, do ponto de vista teórico-conceitual, os conceitos que embasaram a concepção e a criação do

HIDS no Município de Campinas, como proposta de um espaço condizente com os preceitos de desenvolvimento urbano sustentável, observando o impacto territorial, a interferência na dinâmica local, regional e nacional relacionando com o planejamento, o desenho urbano e da paisagem contemporâneos.

### **3. MÉTODO**

O trabalho será dividido em etapas metodológicas que se relacionam, considerando a pesquisa histórico-documental, levantamento de conceitos referenciais urbanos de cidade jardins, campi universitários e polos tecnológicos. Os procedimentos metodológicos envolvem a análise documental e integrada, com auxílio de cartografias simples e complexas, na sobreposição de informações de maneira a reunir maior número de conhecimento sobre a proposta de ocupação para a área em estudo.

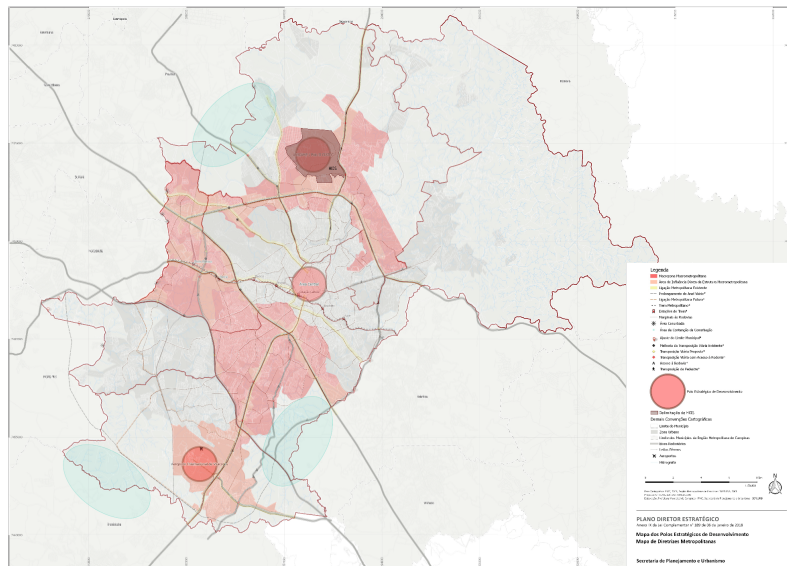
#### **3.1. Proposta Unicamp**

A área da Fazenda Argentina corresponde a um aumento de aproximadamente 60% da área do campus de Campinas atualmente. A UNICAMP tem interesse nessa ampliação a partir de princípios alinhados com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, lembrando que o HIDS passou a compreender todo o Polo do Ciatec II e os campi da PUC- Campinas e da UNICAMP. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) financiou, a fundo perdido, as atividades relativas ao desenvolvimento de um *Master Plan* para o HIDS. A princípio o plano seria elaborado por uma equipe da Unicamp, PUC-Campinas e Prefeitura de Campinas, com apoio de grupos de trabalhos compostos por todas as instituições do Conselho Consultivo Fundador do HIDS, além da participação e acompanhamento da comunidade (DEPI, 2019). Entretanto, como primeira proposta de *Master Plan* do HIDS foi contratado o escritório coreano, contando um fundo de doação coreana. O Sr. Se Hoon Park, arquiteto responsável pelo Korea Research Institute for Human Settlements (KRIHS) – desenvolve com a equipe um plano para um desenvolvimento urbano sustentável na elaboração dessa proposta de *Master Plan*. Esse plano foi apresentado aos brasileiros através de workshops.

#### **3.2. Primeiras compreensões da proposta**

Como estratégia de abordagem metodológica, para maiores compreensões do território foi feita a sobreposição de informações e mapas resultando em um mapa síntese como uma primeira perspectiva de leitura do território, tendo como primeiro passo a ideia de costurar os fatores estruturadores, sobrepondo o mapa de Polos Estratégicos de Desenvolvimento, as Diretrizes Metropolitanas e a localização da área destinada à implantação do HIDS (Figura1).

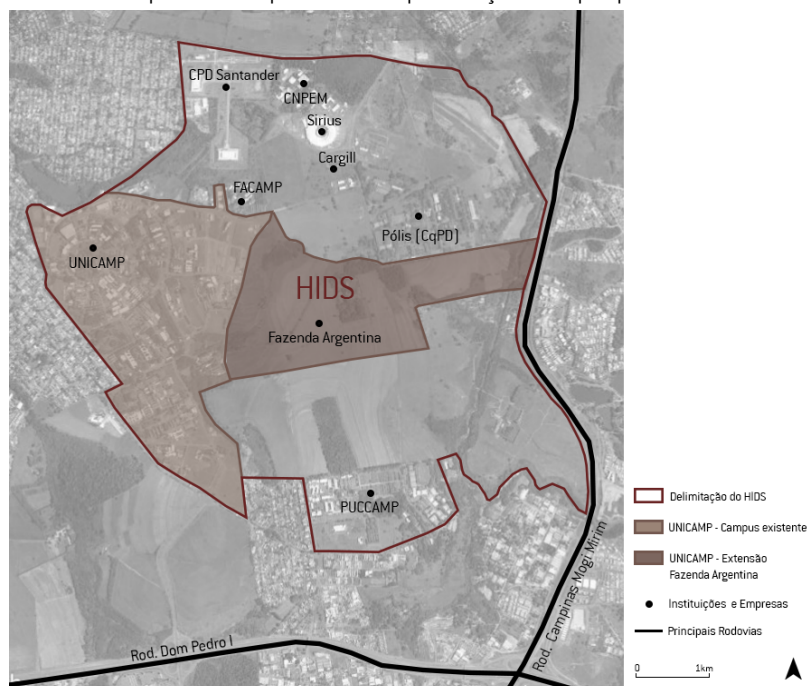
**Figura 1:** Análise da inserção urbana: localização do HIDS relacionando aos Polos Estratégicos de Desenvolvimento e as Diretrizes Metropolitanas conforme o Plano Diretor Estratégico de 2018 do Município de Campinas



**Fonte:** Novo Plano Diretor Estratégico 2018, sobreposição e elaboração pela autora.

O mapa de localização foi elaborado com intuito de facilitar a visualização desse território, nele se pode observar a compreensão da inserção dessa área, os vizinhos imediatos, além dos agentes e parceiros que fazem parte dessa área fisicamente (Figura 2).

**Figura 2:** Recorte mais aproximado da área do HIDS, Campinas - SP com as principais instituições e empresas que fazem parte da implantação da proposta



**Fonte:** Google Earth edição feita pela autora

#### 4. RESULTADOS OBTIDOS/ESPERADOS

Com a investigação neste trabalho de mestrado pretende descrever esse processo de modo a verificar se os princípios colocados pelas diretrizes, a saber a sustentabilidade como norte da proposta se mantém. O parâmetro de análise se inscreve no campo disciplinar da paisagem desde sua fundação e a possibilidade de elaboração de um planejamento de menor impacto, contemplando suas dimensões físicas, socioculturais, estéticas e políticas. Através dessa reflexão, embasadas nos conceitos que relacionam cidade e natureza, busca-se compreender as qualidades presentes na proposta de implantação da área de expansão, comprometidas com paradigmas contemporâneos que procuram construir um ambiente alternativo às implantações correntes em nosso país.

#### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto que na contemporaneidade as soluções são complexas e simultâneas, e que contemplam vários campos disciplinares, nos interessa as relações que se estabelecem entre conceitos e modos de ação expressos através das soluções de planejamento e projeto. Analisaremos a proposta da UNICAMP para essa área de expansão urbana vinculada com a linha de pesquisa da orientadora intitulada: questão revisitada: Por que Planejar com a Paisagem. Essa intenção busca contribuir com uma perspectiva atual que inclua a natureza e seus fluxos com o processo de ocupação e sua população de maneira harmoniosa, trazendo uma experiência urbana social e cultural de identificação, pertencimento e ambiental.

#### AGRADECIMENTOS

A todos os envolvidos no processo até o momento da pesquisa, incluindo o apoio e troca com os participantes das Universidades da PUC-CAMPINAS e da UNICAMP, além da Prefeitura Municipal de Campinas. Em especial à professora Dra. Gabriela Celani, responsável pela proposta e difusora do conhecimento sobre o HIDS e à professora e orientadora Dra. Luciana Schenk, por toda dedicação e direcionamentos.

#### REFERÊNCIAS

FISHMAN, ROBERT, ED. CALTHORPE, Peter and Lars Lerup. **New urbanism Peter Calthorpe vs. Lars Lerup**. From the University of Michigan, Taubmann College of Architecture and Urban Planning. Volume 2. Pap. Ann Arbor, 2005.

HALL, P. 1988. **Cities of Tomorrow**. An intellectual history of urban planning and design in the twentieth century. Oxford e Cambridge: Basil Blackwell.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: o direito a cidade e revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

Plano Diretor Participativo de Campinas. SEPLAMA. Prefeitura de Campinas. 2006.

SPIRN, A. **O Jardim de Granito**. São Paulo: Edusp, 1995.



## TRABALHO DE PLATAFORMA: DESREGULAMENTAÇÕES, PRÁTICAS NO URBANO E FLUXOS

*Platform work: deregulations, urban practices and flows*

*Plataforma obra: desregulaciones, prácticas urbanas y flujos*

**Palavras-chave:** trabalho de plataforma, entregadores, uberização.

### Amanda Rosin de Oliveira

Arquiteta e Urbanista pela FCT – UNESP – Presidente Prudente  
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP

**E-mail:** amandarosin@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/8543848811834935>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-4508-2156>

### Cibele Saliba Rizek

Doutora em Sociologia pela FFLCH.USP  
Professora Titular do IAU.USP

**E-mail:** cibelesr@uol.com.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0540870380815135>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-7871-5730>

## 1. INTRODUÇÃO

Esse texto apresenta o contexto global da pesquisa de mestrado, que está em curso, e se propõe a compreender as novas figuras do trabalho precário nas cidades brasileiras e entender a condição de vida dos trabalhadores agenciados por meio de plataformas digitais. Intermediados por uma rede de empresas que *uberizam*<sup>1</sup> as condições de trabalho, (SLEE, 2020; ABÍLIO, 2020a;2020b) esse modo de agenciamento extrapola a condição apenas dos aplicativos, (ABÍLIO, 2019; THOMAZ, 2019; ANTUNES, 2006), pois esta é apenas uma nova forma na qual se expressa a degradação sistêmica do trabalho, mas que está justamente imbricada ao avanço neoliberal e que é propulsora das transformações, por espoliação, nas cidades (KOWARICK, 1979; RIZEK, 2019). Quando colocadas no bojo de crise econômica e urbana, de desmanche de direitos, de encolhimento dos modos de inserção coletiva por meio da produção industrial, a produção e reprodução de desigualdades, os conflitos e formas de organização dos trabalhadores e uma reorganização produtiva, essas empresas ganham destaque pelo seu modo de absorção de trabalhadores, pois sua capacidade de retenção se torna ilimitada e, à primeira vista, atrativa. Entretanto, sem um ente patronal, ausente de direitos e dos regimes de trabalho, só passamos a ter uma nova forma de exploração do trabalho.

Com uma lente mais objetiva, essa condição de trabalho joga luz ao modo de vida periférico dos trabalhadores do centro de São Paulo, a partir do entendimento que estes em grande parte são jovens, em grande parte negros (IKUTA; MONTEIRO, 2020) e que compõem parte de uma cadeia produtiva indeterminada (OLIVEIRA, 2003 e 2006), pois está ausente de limites definidos, no que diz respeito a infraestrutura, *modos operandi*, relações de subordinação e não somente entre os acordos de trabalho, mas também de local por onde dá. Dessa forma, desenhamos aquilo que se aproxima de um trabalhador sem jornada, que deixa de ter seu local de trabalho definido, mas que está no fluxo; está não só nos “corres” e que são parte do contexto de viração, para suprir as necessidades de sobrevivência.

## 2. OBJETIVO

Em linhas gerais, o projeto busca-se investigar e compreender as novas relações entre condições de vida e as modulações de trabalho plataformizado, atreladas aos usos, fluxos e práticas do urbano, que está impreterivelmente relacionado as formas de moradia nos territórios populares, as conformações de redes empresariais e as instabilidades da cadeia produtiva, somado ainda aos arranjos e a ilegibilidade de marcos normativos do trabalho.

Quanto aos objetivos específicos, estes buscam: Investigar a história desse trabalho plataformizado em São Paulo, a partir do recorte da metrópole e sua replicabilidade em cidades do interior; Apreender e discutir as condições de vida e trabalho, por meio de trajetórias de vida captadas em entrevistas e correlacionadas a partir da condição periférica, desregulamentação

---

<sup>1</sup> Do conceito de Uberizar que se conforma nessa pesquisa por Ludmila Costhek Abílio e Ricardo Antunes, na qual utilizam do nome da empresa Uber para tratar das relações de trabalho mediadas por plataforma, bem como suas complexidades, ilegibilidades e desregulamentações trabalhistas. Esse termo claramente não se aplica somente a essa empresa, mas se multiplica pelas demais que são abrangidas na pesquisa.

do trabalho, encolhimento dos direitos e a inscrição do trabalho nos fluxos urbanos; Espacializar por meio de cartografias, as dinâmicas dessa cadeia produtiva que demarcam territórios pulverizados, partindo das localidades de moradia, por um lado e por outro da localização dos pontos de trabalho que constituem os fluxos cotidianos. Essas cartografias pretendem revelar manchas territoriais, pontos de partida, pontos de pouso e as formas de resistência, efemeridade e flexibilidade do trabalho.

### 3. MÉTODO

A pesquisa se fundamenta metodologicamente nos procedimentos etnográficos, combinados a um enfoque multidimensional e multisituado sobre trabalho e seus respectivos fluxos, condição de vida periférica, estratégias e mediações das empresas por aplicativo, bem como as práticas e usos do urbano. Utilizando de idas exploratórias a campo, anotações nos diários, registro fotográfico, áudios e cenários comparados entre horários, essas ferramentas visam levantar aspectos sobre a trajetória de vida desses trabalhadores, estratégias de trabalho e deslocamentos diários, a fim de estabelecer um diálogo com o campo teórico da degradação do trabalho e a replicabilidade globalizada. O material coletado se elabora em cartografias que especializam as práticas na cidade, e ampliam o debate sobre a crise política, social e urbana no país.

### 4. RESULTADOS ESPERADOS

Na pesquisa, apesar dos objetivos estarem atrelados ao trabalhador, busca compreender como este agente ativo está inserido na cadeia produtiva, cercada de interesses por diversos lados: primeiro pelo contexto político que avassalou seguridades de emprego a partir da mudanças na CLT realizadas em 2017; em seguida as empresas que reforçam o discurso de trabalhar sem patrão, com flexibilidade no horário e com o fundo semântico de ser “livre” sem correlacionar a degradação e baixo valor da mão de obra. Em terceiro, a replicação desse discurso pelos próprios *empreendedores de sí* que ficam *logados* nos aplicativos de 10 a 14 horas por dia, percorrendo trajetos com o valor mínimo de R\$ 5,30 (segundo os dados de junho de 2022) e recebem em média 3 a 4 mil reais. Dessa forma, a imagem abaixo (Figura 1) sintetiza parte do que vem sendo discutido a nível individual, mas que refletem macroestruturas das relações de trabalho.

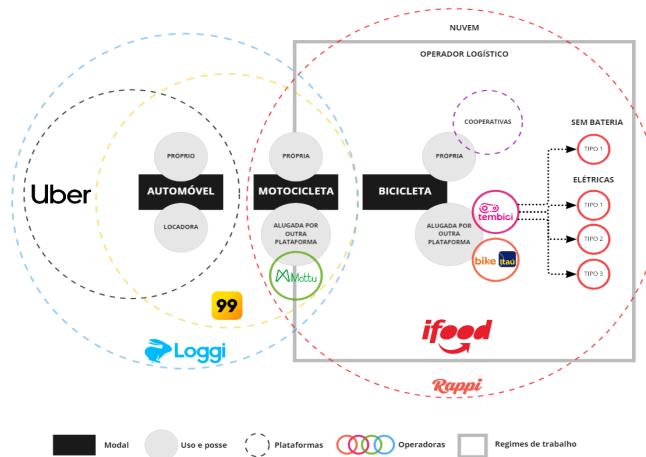
**Figura 1:** Fod's eats - Autor não encontrado



Fonte: <https://pcdob.org.br/noticias/1o-de-maio-os-trabalhadores-uberizados-em-disputa>.  
 Acesso em 02 de maio de 2022.

Como quarto aspecto ainda nesse encadeamento, é necessário frisar as relações entre as empresas, como *Ifood* mercado, *99 eats*, *rappi*, *zé delivery*, entre outras e a própria prefeitura da cidade de São Paulo, pois revelam a articulação e demanda das empresas em consonância com o estado, de modo que o delineamento ou definição do que é cada ente da cadeia se torna nublada. Vale como exemplo os tótems e pontos de retirada do *bike itaú*, que formam uma rede pulverizada, que se mistura na paisagem da cidade e a infraestrutura urbana, com bikes laranjas e se replica em 5 capitais brasileiras; Ou também da infraestrutura dos pontos de distribuição das bicicletas a partir das unidades do *Ifood pedal*, e se mostra tão efêmera quanto ao modo concebido de infraestrutura metálica, lona e madeirite. Portanto esses pontos se conformam de acordo com a demanda de quem consome, mas jamais de quem trabalha. Sendo assim, a partir de uma tentativa de uma nuvem para reconhecimento e demarcação dos campos exploratórios, parte se da imagem abaixo (Figura 2), que reconhece o modal como fio condutor dessa relação de trabalho.

**Figura 2:** Síntese dos modos de trabalho, plataformas, modais e regimes de trabalho.



Fonte: autora, 2022

Diversas leituras podem ser aplicadas nesse quadro, e por isso reflete o que vem se construindo como um capítulo da dissertação, mas nesse recorte cabe entender que a bicicleta é ponto chave do imbróglio das mais distintas relações, que abrem caminhos ao distinguir alguns paralelismos: são cooperativas ou empresas aplicativos; se são empresas elas operam em “nuvem” ou como “operadores logísticos”, sendo o primeiro aquele que está diretamente vinculado a empresa na qual presta serviço e é determinado por um contrato de trabalho. Já o segundo, os “OLs” como dizem, são contratados por uma empresa intermediária à contratação, terceirizando o serviço, controlando o tempo de uso das bicicletas, remunerando a partir de um número estabelecido de corridas e outros mecanismos de controle. Isso coloca em xeque as relações de algoritmos e trabalhadores não acontecem por si só e são completamente automatizadas. Exige-se um ente pejetizado que intercambia as relações de controle, de infraestrutura e de responsabilidade, mas que não leve o nome da empresa de entrega.

## 5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O que cabe mencionar é que o trabalho está em andamento, mas se vê de relevante participação e contribuição o olhar da arquitetura e urbanismo em meio aos campos da sociologia e geografia do trabalho, as dimensões corporativas e estatísticas dessas condições, que em grande parte visam contribuir com o registro, ainda que em transformação, da degradação do trabalho, dos desmanches e regimes de exceção e desse laboratório social que rege a vida de milhões de trabalhadores de uma classe completamente flexibilizada.

## AGRADECIMENTOS

Agradecimento a orientadora Cibele Saliba Rizek, a co-orientadora Camila Moreno de Camargo e toda equipe do projeto PIPAE que continuam contribuindo com os debates, trocas e ensaios sobre o tema. A toda equipe e suporte do IAU.USP.

## REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. **Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado.** Psicoperspectivas: individuo y sociedad, 2019, p.1-11.

\_\_\_\_\_. Uberização: A era do trabalhador just-in-time? **Revista de Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, 2020a. p. 111-26.

\_\_\_\_\_. Uberização e a juventude periférica: Desigualdades, autogerenciamento, e novas formas de controle do trabalho. **Revista Novos Estudos**. Cebrap, v, 39, n 03, 2020b, p. 579-597.

ANTUNES, R. A explosão do novo proletariado de serviços. in: ANTUNES, **O Privilégio da Servidão - o novo proletariado de serviços na era digital**, São Paulo: Boitempo. 2018, p. 25-64.

\_\_\_\_\_. (Org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, Coleção Mundo do Trabalho, 2006.

IKUTA, C. Y., & MONTEIRO, G. P. **Perfil dos motoboys e entregadores de mercadoria**. *Revista Ciências do Trabalho*, 1-11. 2020.

KOWARICK, L. **Espoliação urbana**. São Paulo, Paz e Terra, 1979.

OLIVEIRA, F. e RIZEK, C. (2006). **A Era da Indeterminação**. São Paulo, Boitempo.

\_\_\_\_\_. **Crítica da razão dualista (O Ornitorrinco)**. Boitempo. São Paulo, SP. 2003.

RIZEK, C. **Um mosaico macabro**: modulações contemporâneas sobre trabalho, moradia e violência de Estado. Proposta: revista de debates da FASE, v. 42, n. 129, p. 10-19, 2019 Tradução. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Revista-Proposta-129-Web.pdf> . Acesso em: 22 jul. 2022.

THOMAZ, A. **Novos territórios da degradação sistêmica do trabalho** in: Em tempos de desproteção total e inclusão marginal institucionalizada. *Terra Livre*, [S. l.], v. 1, n. 52, p. 234–277, 2019. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/1597>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SLEE, T. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. Tradução de João Peres. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

# INVESTIGAÇÕES CRÍTICAS ACERCA DO URBANISMO TÁTICO: [IN]CONGRUÊNCIAS E DISPUTAS

*Critical investigations on tactical urbanism: [in]congruences and disputes*

*Investigaciones críticas sobre urbanismo táctico: [en] congruencias y disputas*

**Palavras-chave:** urbanismo tático; *do it yourself*; urbanismo *bottom-up*.

## Ana Carolina Martins Dias Felizardo

Arquiteta e Urbanista pelo IAU.USP  
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP

**E-mail:** ana.felizardo@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/1639268651420797>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-9381-9071>

## David Moreno Sperling

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela FAU.USP  
Professor de Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP

**E-mail:** sperling@sc.usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9764445070503572>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-1224-4267>

## 1. INTRODUÇÃO

Considerando o Urbanismo Tático uma resposta ambígua ao urbanismo neoliberal e entendendo suas práticas como remodelações de ações já praticadas no cotidiano, mas não oficialmente formalizadas, esta pesquisa busca compreender o contexto de criação do conceito do Urbanismo Tático nos Estados Unidos, e posterior importação do conceito e táticas para o Brasil, movimento qual ocorreu de forma descontextualizada com as dinâmicas socioeconômicas brasileiras.

Um percurso teórico que vem sendo comumente acionado pelas táticas urbanas pode ser delineado a partir da década de 1960 com as considerações, então inéditas, dos Situacionistas, dos Smithsons e de Jane Jacobs, e, posteriormente, dos autores Henri Lefebvre (*A produção do Espaço*, 1974) e Michel de Certeau (*A invenção do cotidiano*, 1980), ao enfatizarem o protagonismo no cidadão e a relação do mesmo com atividades no - e com o espaço público; além de refletirem sobre a ideia de construção coletiva da cidade. Esse movimento, então periférico, despertou uma mudança de visão dos urbanistas e arquitetos para com o modo de produção e qualidade dos espaços construídos, iniciando uma mudança de postura, a qual ganha força nas décadas de 1970 e 1980.

Em "Tactical Urbanism: Short Term Actions, Long Term Change.", Lyndon e seus colaboradores são os primeiros a conceituarem as ações táticas como intervenções que se propõem a ter caráter voluntário e experimental, de impacto local (microescala da cidade), baixo custo, com uma resposta rápida e realista, e a qual incentive o capital social. Os proponentes podem ser tanto cidadãos, como ONGs, entidades, instituições, comércios, serviços, entre outros organismos privados, como também a própria governança (Lyndon et al, 2012).

No âmbito acadêmico, a importação do conceito de Urbanismo Tático para o Brasil ocorreu de um movimento por parte de alguns pesquisadores - concomitante à cartilha de Lyndon et al. (2011) -, os quais se propuseram a pensar acerca das ações participativas e não formalizadas como Rosa (2011) e Fontes (2012) e, posteriormente, quando da sua maior consolidação por parte dos coletivos proponentes de ações táticas, Hori (2016), Nogueira (2017) e Maziveiro; Almeida (2017).

Um paradigma central na conceituação do Urbanismo Tático é sua incorporação ao Urbanismo Neoliberal, sendo ponto de divergência entre os posicionamentos dos autores quanto à efetividade das táticas urbanas. Assim, dados os cenários internacional e brasileiro na produção das táticas urbanas e nas definições conceituais e teóricas, o Urbanismo Tático ainda é um termo em disputa, investigar as questões que o rodeiam é fundamental para entender esse processo.

## 2. DESENVOLVIMENTO

A pesquisa desenha-se segundo quatro momentos: (1) o delineamento de um panorama conceitual sobre Urbanismo Tático, (2) a compreensão de como o conceito de Urbanismo Tático foi importado para o Brasil; (3) a comparação dos aportes teóricos, considerando fatores



socioeconômicos e políticos, referências e teorias utilizadas na construção desses pensadores; e (4) as visitas de campo.

Para tanto, quatro análises se tornarão fundamentais: (1) entre o embasamento teórico a partir da revisão sistemática (livros, artigos, teses, manuais, legislações, fotografias, vídeos, entrevistas, sejam fontes primárias ou secundárias) encontrados na literatura internacional e na brasileira; (2) entre os posicionamentos dos autores; (3) entre as discussões presentes na literatura nacional e internacional, compondo o cerne das análises comparativas quanto à importação do conceito versus a origem do mesmo; e (4) entre a própria importação do conceito e a prática, através do estudo de caso.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além do aprofundamento do estudo de caso, que já é o conceito de UT, as próximas etapas são a definição das entrevistas, o cadastro na plataforma Brasil e a realização das mesmas. Ademais a continuação da leitura e sistematização dos textos, da fase de extração de dados e análise dos mesmos, além da produção de peças gráficas.

### AGRADECIMENTOS

À CAPES pelo financiamento da pesquisa.

Ao Prof. David pela orientação.

À família, namorado, amigas e amigos pelo apoio.

Ao meu psicólogo por me ajudar a passar por tudo!

### REFERÊNCIAS

BRENNER, N. Is **“Tactical Urbanism” an Alternative to Neoliberal Urbanism?**. New York, Post, 2015.

Disponível em:

<[http://post.at.moma.org/content\\_items/587-is-tactical-urbanism-an-alternative-to-neoliberal-urbanism](http://post.at.moma.org/content_items/587-is-tactical-urbanism-an-alternative-to-neoliberal-urbanism)>. Acessado em 05/07/2021.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano – Artes de Fazer**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves, 3.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. 351 p.

DE CERTEAU, Michel. **L'invention du quotidien**. 1. ed., Arts de faire, 1980.

FONTES, A. S. **Intervenções temporárias e marcas permanentes na cidade contemporânea**.

Arquiteturarevista, v. 8, n. 1. Porto Alegre, 2012, p. 31-48.

HARVEY, D. **A produção capitalista do Espaço**. São Paulo, 2006.

GROAT, L. N.; WANG, David. **Architectural Research Methods**. 2ªed., John Wiley & Sons: Nova Jersey, 2013.

HORI, P. **Os Coletivos Urbanos da cidade de São Paulo: ações e reações**. São Paulo, 2016.

JACOBS, J. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. Martins Fontes: São Paulo, 2000.

LEFÈBVRE, Henri. **La production de l'espace**. In: L'Homme et la société, n. 31-32, 1974. p. 15-32.

LEFÈBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Centauro: São Paulo, 2011.

LYNDON, M. et al. **Tactical Urbanism: Short Term Actions, Long Term Change**. Vol. 2, 2012. Disponível em: < [https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical\\_urbanism\\_vol\\_2\\_final](https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol_2_final) >. Acessado em 05/07/2021.

MAZIVEIRO, M. C.; DE ALMEIDA, Eneida. **Urbanismo Insurgente: ações recentes de coletivos urbanos ressignificando o espaço público na cidade de São Paulo**. XVII ENANPUR. São Paulo, 2017. Disponível em: < [http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR\\_Anais/ST\\_Sessoes\\_Tematicas/ST%206/ST%206.1/ST%206.1-04.pdf](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%206/ST%206.1/ST%206.1-04.pdf) >. Acessado em 05/07/2021.

ROSA, M. L. **Micro Planejamento: práticas urbanas criativas**. São Paulo, Editora de Cultura, 2011.

# VERTICALIZAÇÃO NA CIDADE PLANEJADA: TRANSFORMAÇÕES DO/NO ESPAÇO URBANO E DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS EM GOIÂNIA

*Verticalization in the planned city: transformations of/in urban space and socio-spatial dynamics in Goiânia*

*Verticalización en la ciudad planificada: transformaciones del/en el espacio urbano y dinámicas socioespaciales en Goiânia*

**Palavras-chave:** cidade contemporânea; Goiânia; processo de verticalização; espaço público; práticas socioespaciais.

## Lara Stival Nunes de Alcântara Garrote

Pós-graduada em Habitação e Cidade pela Escola da Cidade  
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP

**E-mail:** larastival@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9624780132118732>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-4649-6895>

## Manoel Rodrigues Alves

Pós-doutor pela Escuela Técnica Superior de Arquitectura da  
Universidad de Sevilla  
Professor Doutor no IAU.USP

**E-mail:** mra@sc.usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7815309672113678>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-6935-0477>

## 1. INTRODUÇÃO

Ao retomarmos Lefebvre (2001), entendemos a cidade não como mera obra dada pela natureza, mas como o espaço socialmente produzido pelas relações humanas. Se as cidades são produtos das relações sociais, elas acabam sendo produzidas pelas lógicas determinadas pelo sistema capitalista e pela hegemonia do consumo que marcam a condição da cidade contemporânea. Neste sentido, a produção da cidade passa a responder aos modelos globais hegemônicos que visa, antes e sobretudo, à manutenção e expansão das fronteiras capitalistas em sua mais recente configuração - o Neoliberalismo - e, cada vez mais, condiciona as formas de existência humana e as maneiras de se viver à essa nova normatividade (DARDOT; LAVAL, 2016).

No contexto de mercadorização (CARLOS, 2007; HARVEY, 2005; BRENNER; MARCUSE; MAYER; 2012; LEFEBVRE, 2006) do espaço urbano, de novas formas de dominação e de ordenamento da cidade, observam-se modelos de uma arquitetura e urbanismo financeirizados, de instrumentalização e privatização do espaço e de segregação socioespacial. É neste enquadramento que o fenômeno da verticalização e a atual produção de condomínios residenciais verticais, surge no centro deste debate, de forma a proporcionar uma melhor compreensão de certos aspectos presentes na produção e transformação da cidade.

O avanço das “novas tipologias e formas de morar”, caracterizadas nesta pesquisa pelos condomínios residenciais verticais, tem introduzido determinados arranjos espaciais que proporcionam ao morador-consumidor vantagens “intra-muros”, como por exemplo: espaços *gourmet*, *playgrounds*, quadras poliesportivas, academias, brinquedotecas, salão de festas, spas, salas de jogos, etc. Assim, espaços de sociabilização são criados, de uso normatizado e com funções pré-determinadas, os quais se constituem como barreiras para o reconhecimento da alteridade, além de reforçar um estilo de vida que prioriza as relações sociais pautadas em ambientes não somente exclusivos, mas também excludentes, homogêneos e segregados, ao invés do convívio público da cidade.

Tendo Goiânia como plano de fundo desta pesquisa, há um anseio em discutir o avanço da produção de condomínios residenciais verticais e se há um incentivo por parte das legislações urbanísticas, em especial dos Planos Diretores, para a consolidação da verticalidade enquanto uma política urbana. Ao olhar para a cidade planejada, de traçado urbanístico com aspirações modernas do qual tanto se orgulha, os primeiros edifícios verticais começaram a ser vistos no final da década de 1950, no setor Central. Entretanto, foi a partir da década de 1980 e, mais efetivamente na década de 1990, que a verticalização na cidade passou a compor a paisagem dos bairros da região Sul, conformando novas centralidades, as quais se consolidam até os dias de hoje (MANSO, 2001).

Adota-se como recorte temporal para análise o período de 1990 a 2022, considerando a implantação do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia de 1992, o Plano Diretor de 2007 e o Plano Diretor de 2022. Será necessário atentar para aspectos históricos da formação de Goiânia, uma vez que esses acontecimentos condicionaram o desenvolvimento da cidade desde as proposições iniciais do projeto urbano da nova capital até a forma urbana atual. Como

recortes de estudo, tem-se o setor Jardim Goiás e o setor Marista. A escolha por estes dois bairros acontece pelo fato de ambos passarem por processos de verticalização e pela crescente presença dos condomínios residenciais verticais, ainda que com temporalidades e graus distintos, porém com características indutoras muito similares.

Neste sentido, compreender como o fenômeno da verticalização interfere em mudanças das práticas socioespaciais do/no espaço urbano, contribui para a demonstração de singularidades que se sobrepõem em um modelo marcado pelas lógicas globais hegemônicas. Assim, há um esforço de compreensão da cidade como um objeto que não se limita apenas à sua territorialidade física, valendo-se também de seu conteúdo social.

## **2. OBJETIVO**

O objetivo geral deste projeto de mestrado busca compreender aspectos que permeiam as transformações do/no espaço urbano por meio da análise de processos de verticalização em Goiânia e seus desdobramentos nas práticas socioespaciais nos espaços públicos dos recortes de estudo, os setores Jardim Goiás e Marista.

## **3. MÉTODO**

O desenvolvimento desta pesquisa envolve uma combinação entre os métodos de pesquisa estudo de caso e pesquisa de campo. Em um primeiro momento, o método de pesquisa estudo de caso se constrói tendo em vista de que se trata de uma investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real (YIN, 2001), e por esses fatores, a pesquisa se aproxima de um caráter exploratório. A combinação com a pesquisa de campo é para compreender determinados fenômenos e comportamentos sociais na realidade a ser pesquisada.

Pretende-se dividir o desenvolvimento metodológico em duas etapas: etapa inicial (levantamento bibliográfico e trabalho de campo exploratório) e etapa de conclusão (finalização das atividades propostas).

Etapa inicial:

1. Levantamento bibliográfico que aborde aspectos relacionados a produção e transformação da cidade contemporânea, com o objetivo de identificar a consolidação do neoliberalismo e da hegemonia do consumo, as noções de financeirização e empresariamento, as novas tendências de territorialização e o espaço público frente à processos de privatização;
2. Levantamento documental que discorra sobre o processo de formação do espaço urbano de Goiânia, desde sua concepção até a atualidade, considerando as principais transformações do espaço urbano, o processo de verticalização na cidade e nos recortes de pesquisa propostos;
3. Trabalho de campo exploratório em que áreas mais representativas do processo estudado, dentro do recorte inicial proposto, serão identificadas para serem melhor exploradas. Esta primeira

ida a campo envolve uma observação direta e participante, portanto, para além de reconhecer e apreender as dinâmicas das áreas de estudo, poderá ocorrer conversas informais com moradores.

Para a última etapa, a pesquisa irá adotar as seguintes ferramentas:

1. Pesquisa de campo nos recortes de estudo selecionados, a fim de identificar as dinâmicas socioespaciais, práticas, permanências e possíveis tensões, realizando-a de forma sistemática em diferentes dias da semana e diferentes períodos;
2. Entrevistas semiestruturadas com os moradores dos condomínios verticais, buscando entender o porquê de escolherem morar ali, se utilizam dos espaços coletivos internos ao edifício e se utilizam os espaços públicos do entorno, relacionando com frequência e motivações.
3. Produção de material gráfico e cartográfico como ferramenta de representação das experiências de campo e de coleta de dados, com o intuito, principalmente, de demonstrar as práticas, modos de apropriação do/no espaço urbano, permanências e tensões.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As principais atividades pesquisa realizadas no período que compreende o início do mestrado até o presente se concentraram na participação em disciplinas para o cumprimento de créditos estabelecidos pelo PPG do IAU-USP; nas alterações do projeto de pesquisa e na submissão do mesmo para FAPESP; na realização de parte da revisão bibliográfica proposta; no levantamento documental sobre Goiânia; e, por fim, a elaboração do memorial de qualificação.

Para sistematização das leituras foram realizados diversos fichamentos bibliográficos. Em relação ao levantamento documental, foi realizado de forma exclusivamente digital o levantamento dos principais planos diretores e leis urbanísticas de Goiânia, além de alguns dados importantes para o desenvolvimento do projeto de pesquisa, coletados no endereço eletrônico da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Goiás (ADEMI-GO) e do Departamento de Prospecção e Análise do Mercado Imobiliário do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI-GO).

Como andamento da pesquisa, após a apresentação no Seminário de Acompanhamento do PPG IAU-USP, propõem-se uma revisão dos objetivos (geral e específicos), a fim alinhar com as expectativas do trabalho e de modo a delimitar sua abrangência.

#### REFERÊNCIAS

BRENNER, N.; MARCUSE, P.; MAYER, M. (org.) (2012). What is to be done? And who the hell is going to do it? In *Cities for people, not for profit*. London: Routledge.

CARLOS, A. F. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Ed. Eletrônica/LABUR, 2007.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOIÂNIA (Município). Plano Diretor, Lei Complementar Nº 15, de 30 de dezembro de 1992. Goiânia, GO.

GOIÂNIA (Município). Plano Diretor, Lei Complementar Nº 171, de 29 de maio de 2007. Goiânia, GO.

GOIÂNIA (Município). Plano Diretor, Lei Complementar Nº 349, de 04 de março de 2022. Goiânia, GO.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

MANSO, C. F. A. **Goiânia**: uma concepção urbana, moderna e contemporânea: um certo olhar. Goiânia: Publicação do Autor, 2001.

## STREET VIEW: MEDIAÇÕES ENTRE PERCEPÇÃO, DISPOSITIVO E CIDADE

*Street view: mediations between perception, device and city*

*Street view: mediaciones entre percepción, dispositivo y ciudad*

**Palavras-chave:** street view; percepção; dispositivos; observador; cidade.

### **Ricardo Santhiago Costa Pinto**

Graduando em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP

**E-mail:** ricardo.santhiago.costa@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5755051623553365>

### **Gabriel Felipe Prates Brocco**

Graduando em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP

**E-mail:** gabrielbrocco@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/6225755624770028>

### **Luciano Bernardino da Costa**

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela FAU.USP

Professor Doutor do IAU.USP

**E-mail:** lbcosta@sc.usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/31956982072345373>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-3292-2697>



## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por motivação investigar o modo como o sujeito e a cidade se relacionam reciprocamente, adotando-se como objeto de estudo o Street View enquanto plataforma e mediação que seleciona, representa e (re)interpreta o espaço urbano sob uma hipotética imparcialidade. Dessa forma, a pesquisa investiga acerca dos modos de relação entre sujeito e cidade através do Google Street View enquanto dispositivo de mediação dotado de aspectos de seleção, representação e interpretação do espaço urbano. Analisou-se como suas lógicas continuidade espacial, simulação do corpo no espaço contribuem para uma transformação das noções de observação e acesso aos espaços urbanos ao redor do mundo. Ao passo em que caracteriza um novo perfil de observador-transeunte que não está imune às características de funcionamento inerentes ao dispositivo, visto que sua existência está condicionada à simulação de experiência corpórea. Para isso partiu-se de uma caracterização histórica da construção do perfil de observador na modernidade a partir da leitura de Jonathan Crary em *Técnicas do Observador - Visão e Modernidade no Século XIX*, de 1992, de forma a constituir paralelos com a problemática do Street View, além da compreensão da noção de “dispositivo” em Giorgio Agamben. Partindo desse conjunto de precedentes históricos, elencou-se algumas questões norteadoras da pesquisa. 1) A interação entre o sujeito e a cidade por meio do Street View modela a percepção do espaço? 2) Quais as implicações relacionadas à plataforma se a pensarmos como um dispositivo propositivo de uma forma de ver definida por grandes corporações do mundo digital? Tal discussão permitiu perceber a inserção do Street View como parte de um conjunto de outros instrumentos componentes da plataforma, os quais favorecem a uma desmaterialização do espaço construído em favor de uma relação interposta e mediada por imagens.

## 2. OBJETIVO

Esta pesquisa tem por objetivo principal investigar o Street View enquanto plataforma de mediação que seleciona, representa e (re)interpreta o espaço urbano sob uma hipotética imparcialidade. Dois principais aspectos foram definidos como principais chaves de estudo: as influências sobre regime sensível e perceptivo do dispositivos na apreensão subjetiva do espaço; as implicações tecnopolíticas quanto às formas de regulação e censura de espacialidades e territórios realizadas pelo dispositivo.

## 3. MÉTODO

A pesquisa estruturou-se ao redor de três principais etapas de pesquisa, as quais não foram necessariamente realizadas de forma linear.

### 3.1. Levantamento e Aprofundamento Bibliográfico

Esta etapa da pesquisa consistiu na acumulação de conhecimento teórico a fim de construir um raciocínio crítico que pudesse embasar toda a discussão que se propõe realizar. Por meio de leituras, fichamentos, discussões em grupo e elaboração de diagramas esquemáticos, buscou-se compreender as diferentes abordagens propostas por cada autor levantado para que, então, num segundo momento, fosse possível relacioná-las entre si e com o tema da pesquisa.

### 3.2. Sistematização, Análise e Síntese das Informações Levantadas

Consistiu num processo de análise e sistematização do amplo conteúdo levantado de modo a traçar aproximações e distanciamentos entre as bibliografias, estabelecer relações com o tema da pesquisa, bem como definir questões centrais que norteariam a continuidade do desenvolvimento.

### 3.3. Entendimento Técnico da Plataforma

Buscou-se compreender, a partir de experimentações e bibliografias, como se dá o funcionamento da plataforma desde a captura das imagens até sua construção gráfica digital. Abaixo, a imagem (Figura 1) exemplifica as principais etapas de construção da imagem.



**Fonte:** Google Discovery (adaptado pelos autores), 2021

## 4. RESULTADOS OBTIDOS/ESPERADOS

Jonathan Crary defende em seu livro *Técnicas do Observador* (1990) que, nas primeiras décadas do século XIX, ocorreu uma decisiva transformação na "natureza da visualidade", delineando um novo "sujeito observador" (CRARY, 1990, p.11). Seu estudo se debruça principalmente sobre questões relacionadas aos aparelhos ópticos e a novas concepções do mecanismo da visão, os quais afetam o modo como o indivíduo se relaciona com o mundo ao seu redor, constituindo o que o autor chama de "observador subjetivo".

Entende-se, portanto, que quando o autor fala em "observador" ele refere-se a um sujeito perceptor que se insere numa determinada historicidade e estabelece com ela uma série de relações sensíveis que passam a compor sua subjetividade. Segundo ele, a partir das décadas de 1820 e 1830, haveria surgido este novo modelo de observador, o qual foi impulsionado principalmente por avanços ocorridos em duas importantes frentes: a da filosofia e a das ciências empíricas. Esse novo modelo está diretamente associado à compreensão de que os processos fisiológicos e mentais que se dão no interior do indivíduo são capazes de influenciar a apreensão

do ambiente externo, de modo que o sujeito começa a ser entendido "a um só tempo como o lugar e o produtor de sensações" (CRARY, 1992, p.78).

A concepção de realidade "externa" em Crary, enquanto elemento fundamental e constitutivo do sujeito, encontra na proposição de Agamben uma dimensão estético-política que nos permite passar das condições do "observador subjetivo" às plataformas como Google Maps/Street View enquanto dispositivos que afetam o observador contemporâneo. Assim, Agamben permite pensar a "realidade externa" a partir de elementos que não se resumem, no caso, ao próprio aparelho, mas que podem afetar o sujeito em sua relação com o mundo de modo extensivo. Pois, é impossível separar o dispositivo do efeito que ele provoca sobre o sujeito.

O Street View, enquanto dispositivo, é dotado de uma dimensão técnica que consiste em imagens capturadas por um globo de nove câmeras acopladas a um veículo e conectadas a sensores espaciais que automaticamente georreferenciam cada ponto fotografado. A altura das câmeras a 2,5 metros do chão corrobora para uma visualidade dissociada, porém próxima à visão de um observador situado. Após capturadas, a pós-produção das imagens associa as coordenadas georreferenciadas captadas pelo sensor no momento da foto à costura das nove imagens por meio de algoritmos que visam uma união mais imperceptível possível, de modo que a sensação de continuidade do espaço evite a quebra da experiência visual do usuário. A simulação do caminhar e do espaço urbano percebido passa então ser condição estrutural da eficiência da plataforma. Ainda para consolidar essa experiência visual, um sistema de algoritmos incorporado ao dispositivo se encarrega de analisar e barrar dados considerados sensíveis ou que exponham privacidade.

O usuário, por sua vez, frequentemente estático em frente à tela, ao passear pelos diferentes redutos urbanos, partilha de uma tecnologia disseminada massivamente, representada e estruturada por interesses corporativos, seletivos e comerciais. As narrativas visuais encontradas no Street View que perpassam e são filtradas a partir desses interesses da corporação Google, antecedem, dessa forma, a experiência de navegação que é proposta como cerne da plataforma. Nesse sentido, pode-se dizer que, o que conscientemente não é mapeado, conseqüentemente, é excluído dessa narrativa do espaço. Trata-se por sua vez, de uma aparente objetividade técnica do Street View, que, concebida por localidades e circunstâncias selecionadas ou censuradas, representa interesses comerciais e corporativos que acabam também por incutir uma lógica de pertencimento dissimulada e condicionada à virtualidade (espaço público, sujeito coletivo).

Deparamo-nos então com uma das problemáticas mais relevantes com relação à forma de representação da cidade por meio do Street View: a plataforma se mostra seletiva quanto aos locais que integram o seu mapeamento. Um dos casos mais emblemáticos relacionados à falta de representação por parte da plataforma é o das favelas que, em grande parte, não integram seu mapeamento. Ou seja, ao navegar pela plataforma, quando nos deparamos com determinadas favelas, somos impedidos de seguir adiante. O que se observa é um processo que, pela falta de representação do sujeito como parte do coletivo da cidade, contribui para intensificar a segregação dessas comunidades com o restante da cidade.

Como comenta Tatiana Jardim (2017, apud LIMA, 2019, p. 9) “a cidade é um território capaz de segregar, ao afastar e aproximar os indivíduos através de suas estruturas”. E o Street View, na medida em que atua como um dos agentes que compõem a experiência urbana ainda que de modo cibernético, se mostra como propositor de uma lógica que pode apontar tanto na direção da segregação socioespacial, quanto na da integração e do reconhecimento mútuo entre as diferentes camadas da sociedade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agamben define “a fase extrema da consolidação capitalista que estamos vivendo como uma gigantesca acumulação e proliferação dos dispositivos”. Assim, “hoje não haveria um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo.” (AGAMBEN, 2005, p. 13). Considerando que a concepção de dispositivo perpassa as relações de poder, de disseminação de ideários e valores assimilados pelo sujeito, o Street View não é uma mera ferramenta de representação do ambiente urbano. Como parte de uma plataforma que congrega uma série de outros serviços e difunde massivamente uma relação com o espaço físico e informacional justapostas, o Street View contribui para uma relação ainda mais mediada com as cidades e os espaços públicos. Atua de modo associado ao Google Maps, transformando os espaços percorridos em cenas registradas infinitamente.

O significado dessa aproximação a localidades singulares em qualquer parte do globo, demonstra uma dupla faceta entre a extrema visibilização, que se traduz em mapeamentos, explorações virtuais com disponibilidade para diferentes usos e pesquisas, e entre o que pode ser chamado de “aprisionamento” do mundo. O modelo de visualização ao engessar, tipifica, esquadrinha, transforma em mapa que tudo vê e tudo invade. Desloca o observador de um reconhecimento corpóreo e, principalmente, espacial e interpessoal que se interpõe ao percebido e ao vivido.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G.. O que é dispositivo. In: **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009, pp. 27-51.

CRARY, J.. **Techniques of the Observer**: On vision and modernity in the nineteenth Century. London: MIT Press, 1992.

LIMA, F. F. Google Street View e a resignificação do espaço urbano. In: ENANPUR, 18., 2019, NATAL. **Anais eletrônicos**. Natal: Anpur, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=295>. Acesso em: 03 dez. 2021.

# PRIVATIZAÇÃO DO PÚBLICO: A GENEALOGIA DA CONCESSÃO DO COMPLEXO ESPORTIVO DO PACAEMBU

*Privatization of the public: the genealogy of the concession of the Pacaembu sports complex*

*Privatización de lo público: la genealogía de la concesión del complejo deportivo Pacaembu*

**Palavras-chave:** etnografia multissituada; metodologia; concessão; privatização; Pacaembu.

## **Stela de Camargo Da Dalt**

Arquiteta e Urbanista pela FAU.USP  
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP

**E-mail:** stela.dalt@usp.br

**Currículo Lattes:** <https://lattes.cnpq.br/7026561526497967>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-6774-4499>

## **Cibele Saliba Rizek**

Doutora em Sociologia pela FFLCH.USP  
Professora Titular do IAU.USP

**E-mail:** cibelesr@uol.com.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0540870380815135>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-7871-5730>

## 1. INTRODUÇÃO

George Marcus, antropólogo estadunidense, foi o primeiro autor abordar o conceito de etnografia multissituada. No artigo “ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography” o autor defendeu o rompimento dos contornos territoriais e restritos do trabalho de campo como forma de responder à crise de paradigmas enfrentada pelas práticas clássicas da antropologia e da etnografia (MARCUS, 1995), restritas à escala “micro” e à observação filtrada pela lente do(a) pesquisador(a). Burawoy (2000) referendou essa crítica ao endossar a necessidade de libertação do “confinamento solitário” em direção a uma “etnografia global”. A reflexão do autor demonstrou que, por motivos diversos, tanto a perspectiva decolonial acerca das ciências humanas — e a revelação da genética imperialista característica das práticas clássicas da antropologia —, quanto a globalização — que fragmenta, dispersa e desconecta as “micro-práticas” das “macroestruturas” — impuseram restrições às análises “de baixo para cima” obtidas nas pesquisas de campo (BURAWOY, 2000). Ambos os autores defenderam, assim, a adesão da etnografia às múltiplas situações e dimensões escalares dos problemas como forma de revelar conexões com as redes e mosaicos globais presentes no cotidiano das pesquisas empíricas.

É nesse sentido que esse trabalho versa sobre a utilização da etnografia multissituada como recurso para pesquisas complexas como a análise da concessão do Pacaembu para a iniciativa privada. Essa proposta metodológica surgiu da dificuldade de transpor a teoria à empiria, considerando-se a utilização de referenciais teóricos importados de correntes europeias e estadunidenses a respeito da história do neoliberalismo. Após constatarmos a distorção resultante de pautar a empiria pela teoria, optamos pela inversão do processo, adotando a pesquisa participante como abordagem central para traçar os caminhos da investigação. Nesse contexto, a etnografia multissituada surgiu como um horizonte metodológico de reestruturação do trabalho. Nosso principal objetivo é, assim, apresentar a etnografia multissituada como inspiração para pesquisas empíricas desenvolvidas no âmbito de trabalhos que investigam a atuação do Estado na formulação e implantação de políticas públicas.

## 2. MÉTODO

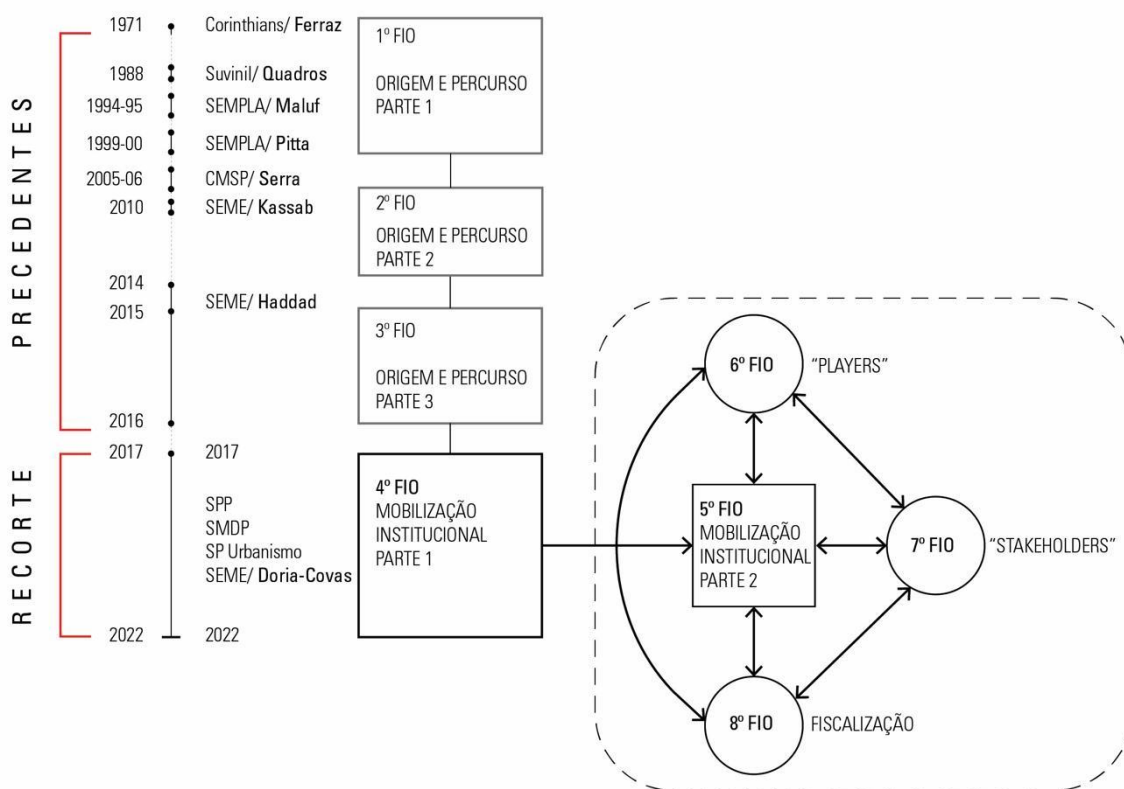
Na investigação a respeito da história da concessão do Pacaembu para a iniciativa privada — que foi um processo iniciado por diversas administrações paulistanas desde os anos 1980 —, as obras de Marcus (1995) e Burawoy (2000) contribuíram para a definição da pergunta de pesquisa como “fio” norteador da investigação. Redefinimos o ponto de partida, elegemos dois questionamentos: (i) “o que foi mobilizado para efetivar a concessão do Pacaembu?” e (ii) “qual a trajetória da concessão do Pacaembu?” e iniciamos um processo de entrevistas voltado a compreender os momentos em que a concessão começou a ser discutida e a história dessas tentativas. Foram realizadas seis entrevistas, cinco visitas à área externa do Pacaembu, uma visita guiada a convite de vereadores da Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente da Câmara de São Paulo. Além disso, assistimos a duas audiências públicas desta mesma comissão, e participamos de uma audiência conjunta entre a Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente e

a Comissão de Educação, Cultura e Esportes também da Câmara dos Vereadores. Estabelecemos contato com mantenedores da página da rede social *Instagram* denominada “Pacalivre” e com jornalistas do UOL, Folha de São Paulo e Globo já considerando a possibilidade de entrevistas para compreender a cobertura dada pela mídia ao processo de concessão.

## 2.1. Esquema/ mapa da pesquisa

Construímos, assim, uma linha do tempo (preliminar) pautadas por relatos obtidos em campo. A partir da combinação entre os relatos e referências documentais primários e secundárias, criamos um esboço da trajetória da concessão considerando todas as tentativas “malsucedidas”, tanto as que partiram das gestões municipais quanto as que foram propostas por vereadores com mandato na Câmara Municipal. Com esse esquema/ mapa delineado (figura 1), conseguimos reestruturar a dissertação, delimitando os recortes temporais e os contextos, facilitando, assim, a busca por subsídios documentais.

**Figura 1:** Esquema/ mapa sobre a trajetória da concessão



Fonte: DA DALT, 2022

## 3. RESULTADOS OBTIDOS/ESPERADOS

Ao partir da trajetória da concessão, nos concentramos nos projetos apresentados e a rede de atores — da mídia de grande circulação, prefeitos, membros do alto escalão de governos municipais, vereadores, empresários, dirigentes de times de futebol e outros — envolvidos em

cada versão do projeto. A reconstrução histórica permitiu visualizar uma “longa duração” do projeto de concessão, maior do que aquela já relatada por Lupo (2017), e a participação de atores políticos e empresariais que retornavam à mesa de negociação a cada nova versão do projeto. Isso permitiu desvincular a concessão do governo de João Dória e Bruno Covas, do PSDB. Outro resultado foi a constatação de que seis estratégias/ inovações empreendidas pela gestão Dória/ Covas que contribuíram para a “destravar” a concessão: (i) rearranjo institucional; (ii) inversão de etapas; (iii) fragmentação; (iv) baixa publicidade; (v) participação contra participação e (vi) judicialização do conflito. Dessa maneira, apesar de não ser um processo com “DNA” da gestão Dória/Covas, esta foi a administração que conseguiu reunir as estratégias que enfim tiraram a concessão do papel. Consolidamos uma elaboração preliminar de tais constatações em um artigo submetido para uma revista acadêmica, já em fase avançada de edição, intitulado “A produtividade das estratégias: uma análise da concessão do Pacaembu” (DA DALT, 2022).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos sintetizar o percurso da pesquisa que levou à adoção da etnografia multissituada como metodologia utilizada para o trabalho acerca da concessão do Pacaembu. O método demonstrou ser uma alternativa interessante para investigações que acerca de políticas urbanísticas, considerando-se a complexidade de camadas institucionais, sociais e econômicas que influenciam seus processos. É importante restringir a abertura de novos “fios” de análise para evitar ampliar demasiadamente o escopo da análise do objeto e da pergunta de pesquisa. Para que isso não ocorra, sugerimos a elaboração criteriosa das perguntas. No nosso processo de investigação, entretanto, houve momentos em que nos “perdemos” em caminhos que não trouxeram resultados para a pesquisa.

#### AGRADECIMENTOS

Agradecemos a orientação cuidadosa da Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek, que abriu os horizontes etnográficos desta pesquisa e nos guiou na definição da metodologia aqui abordada. Além disso, agradecemos ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES), que financia este projeto (código de financiamento 001).

#### REFERÊNCIAS

BURAWOY, M. Introduction: global forces. In: BURAWOY et. al. **Global ethnography: forces, connections, and imaginations in a postmodern world**. Berkley, US: University of California Press, 2000, pp 1-44.

DA DALT, S. C. A produtividade das estratégias: uma análise da concessão do Pacaembu. **Revista Geografares**, Espírito Santo, no prelo, 2022.



JARAMILLO, P. Etnografías en transición: escalas, procesos y composiciones. **Antipod. Rev. Antropol. Arqueol.**, Bogotá, n. 16, jan./jun. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.7440/antipoda16.2013.02>. Acesso em: 20 set. 2022.

LUPO, B. M. Estádio do Pacaembu: do palco de emoções ao gigante sem dono. **Revista CPC**, [S. l.], n. 24, p. 107-133, 2017. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i24p107-133. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/138201>. Acesso em: 20 set. 2022.

MARCUS, G. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. **Annual Reviews of Anthropology**, San Mateo, CA, n. 25, pp. 95-117, 1995.

RIZEK; C. S; ADAMI, L; GONÇALVES, A. L. V. Cenas da periferia? incursões etnográficas e registros de campo. **II Colóquio Distúrbios**, Rio de Janeiro, jun. 2022.

SCIRÉ, C. Uma etnografia multissituada das práticas populares de consumo. **Plural**, São Paulo, v. 16, n. 1, pp. 93-109, 2009.

## EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: PROCESSO PARTICIPATIVO DE IDENTIFICAÇÃO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS DOS UNIVERSITÁRIOS DO CAMPUS USP SÃO CARLOS

*Heritage Education: participative process of identification of cultural references  
of the university students at the campus USP São Carlos*

*Educación Patrimonial: proceso participativo de identificación de referencias  
culturales de estudiantes universitarios del campus USP São Carlos*

**Palavras-chave:** educação patrimonial; patrimônio cultural; educação; referências culturais;  
cultura digital.

### André Frota Contreras Faraco

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP  
Educador na André Faraco-Educação Patrimonial

**E-mail:** frotafaraco@gmail.com

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/8343735003422228>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-4121-7647>

### Simone Helena Tanoue Vizioli

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela FAU.USP  
Professora Doutora do IAU.USP

**E-mail:** simonehtv@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3326184726476427>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-7057-6836>

## 1. INTRODUÇÃO

A pesquisa decorre da consideração de que a comunidade deve participar como sujeito ativo do processo de preservação dos seus bens culturais, para que estes não sejam apartados da memória coletiva. Para isso, contemporaneamente, faz-se necessário deslocar o interesse nos bens culturais em si para a experiência das pessoas e as relações que elas estabelecem entre elas e os lugares em que vivem, como defendem Martins (2015) e Meneses (2017), uma vez que os atores sociais do território são indissociáveis dos bens culturais, devendo as ações de preservação, portanto, contemplarem prioritariamente as pessoas e as experiências sociais que compartilham no e com o espaço. Por isso, para que haja a participação efetiva das comunidades, Nascimento e Scifoni (2015) e Florêncio (2015) defendem a Educação Patrimonial como processo educativo essencial para identificação não somente dos bens culturais em si, mas dos significados desses bens para as vivências e experiências da comunidade. Esses significados constituem as referências culturais.

Dessa forma, a problemática inicial da pesquisa foi: qual é o papel da Educação Patrimonial como processo educativo participativo na identificação das referências culturais dos universitários de São Carlos? Considerou-se ainda o fato de uma sociedade já impactada pelas tecnologias de informação e comunicação, em que a cultura digital é uma realidade e os recursos digitais estão cada vez mais disponíveis. Uma ação em São Carlos-SP com os universitários se justifica pela importância das universidades no município e também pela importância dos jovens universitários como um grupo formador da sociedade são-carlense.

## 2. OBJETIVO

O objetivo central da pesquisa consistiu em aprofundar a base conceitual da Educação Patrimonial como processos educativos, como um campo de estudos transversal à Educação e ao Patrimônio Cultural, a fim de consolidar referenciais teóricos, estratégias de ação e ferramentas possíveis para o desenvolvimento desses processos, a partir de uma experiência de Educação Patrimonial com um grupo de alunos regulares do Campus São Carlos da Universidade de São Paulo (USP). Teve-se como hipótese de investigação que a Educação Patrimonial, como processo educativo participativo, é imprescindível para identificar as referências culturais – que são os sentidos atribuídos ao Patrimônio Cultural – dos universitários em São Carlos-SP, e se constitui como um instrumento fundamental no esforço coletivo de construção de uma sociedade participativa que se reconheça e se afirme a partir das suas próprias referências culturais.

## 3. MÉTODO

Por meio de estratégias combinadas, a pesquisa em geral recorreu ao método qualitativo, por buscar a explicação de um fenômeno social em um contexto complexo e contemporâneo, que é a Educação Patrimonial, que foi investigada de uma maneira holística como uma intersecção dos conjuntos das áreas da Educação e do Patrimônio Cultural, somando aqui a contribuição do método histórico para estabelecer o percurso do campo da Educação Patrimonial desde a

década de 1970 (GROAT e WANG, 2013). Recorreu-se, ainda, ao método da pesquisa-ação, propondo-se uma investigação exploratória a partir do desenvolvimento de um processo de Educação Patrimonial com um grupo de 20 alunos da graduação do campus USP São Carlos-SP, de forma remota, virtual e com atividades síncronas e assíncronas no ano de 2021, que teve, como produto final, a elaboração de um Inventário Participativo audiovisual (THIOLLENT, 1986).

O desenvolvimento da ação se deu a partir de um plano de ação que se constituiu em um processo educativo desenvolvido ao longo do 2º semestre de 2021 em 3 etapas. Na Etapa 1, foram mobilizados os conhecimentos que os alunos possuem sobre as experiências sociais que vivenciam e cultivam, construindo-se, assim, o universo temático dos alunos. Na Etapa 2, o universo temático dos alunos foi devolvido a eles como problema, de forma a entrecruzar os conhecimentos dos alunos com conhecimentos conceituais do campo do Patrimônio Cultural e da representação e linguagem, oportunizando a construção coletiva de conhecimentos. Na Etapa 3 os conhecimentos construídos coletivamente foram sistematizados e organizados por meio de múltiplas linguagens compondo um Inventário Participativo de referências culturais dos universitários de São Carlos-SP disponibilizado no Instagram – ou seja, os alunos puderam teorizar as suas práticas culturais (FARACO, 2022).

Estruturalmente, a pesquisa se estabeleceu em três momentos. O primeiro momento, com a revisão teórico-conceitual da Educação Patrimonial, estabelecido a partir da revisão e análise bibliográficas. O segundo, com a investigação exploratória. E no terceiro momento, foram construídas análises qualitativas, a partir da análise e interpretação dos dados obtidos a partir da experiência do processo educativo em São Carlos.

#### **4. RESULTADOS OBTIDOS**

A revisão bibliográfica realizada no primeiro momento da pesquisa se desdobrou em fichamentos das leituras dos textos, artigos, livros, dissertações e teses. Ainda, os dados coletados foram sistematizados em uma linha do tempo dos eventos ocorridos nas áreas da Educação Patrimonial, Educação e do Patrimônio Cultural no Brasil seguindo o recorte temporal a partir da década de 1970 até os dias atuais. Esta linha do tempo auxiliou no estabelecimento de relações entre os eventos ocorridos nas três áreas, ou seja, para a investigação holística da Educação Patrimonial como uma intersecção dos conjuntos da área da Educação e da área do Patrimônio Cultural. Este repertório teórico-conceitual subsidiou a elaboração do plano de ação da pesquisa-ação, no segundo momento da pesquisa.

Por meio da pesquisa-ação, obteve-se dados a partir da observação sistemática do pesquisador, que permitiu aferir que houve uma construção coletiva e participativa do conhecimento e que houve identificação de referências culturais com a mobilização das experiências sociais que os participantes vivenciam e cultivam a partir da mediação. Isso foi corroborado por outros dados obtidos na ação, como os trabalhos produzidos pelos alunos, o Inventário Participativo e as respostas obtidas por uma entrevista estruturada. A análise dos exitosos resultados consolidou os referenciais teóricos e as estratégias de ação e as ferramentas de Educação Patrimonial utilizadas na pesquisa.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entrecruzamento dos dados levantados no primeiro momento da pesquisa, por meio de uma revisão bibliográfica – que viabilizou a construção de um referencial teórico-conceitual – com os dados levantados no segundo momento da pesquisa – os trabalhos produzidos pelos educandos no decorrer do processo educativo, o Inventário Participativo no Instagram produzido como trabalho final do processo, as respostas da entrevista e as observações do pesquisador –, por meio de uma pesquisa-ação, permite afirmar que a principal contribuição social da Educação Patrimonial é oportunizar aos educandos o domínio crítico da sua própria realidade ao autonomizá-los como produtores culturais (inclusive no âmbito da Cultura Digital) e detentores de referências culturais, tornando a sua cultura mais transparente.

Portanto, pode-se confirmar a hipótese de que a Educação Patrimonial, como processo educativo participativo, foi imprescindível para identificar as referências culturais dos universitários em São Carlos, SP, e se constitui como um instrumento fundamental no esforço coletivo de construção de uma sociedade participativa que se reconheça e se afirme a partir das suas próprias referências culturais.

## REFERÊNCIAS

FARACO, A.F.C. **Educação Patrimonial**: processo participativo de identificação de referências culturais dos universitários do campus USP São Carlos. 2022. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2022. Disponível em: <  
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-19082022-113813/pt-br.php> >. Acesso em: 26 out. 2022.

\_\_\_; VIZIOLI, S.H.T.; CHAVES, A.E.P. **inventario.usp.sc**. 2022; Tema: Inventário Participativo de referências culturais dos universitários da USP São Carlos. (Rede social). Disponível em: <  
<https://www.instagram.com/inventario.usp.sc/> >. Acesso em: 23 set. 2022.

FLORÊNCIO, S.R. Educação Patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (organização). **Cadernos do patrimônio cultural**: educação patrimonial. Fortaleza: Secultfor; IPHAN, 2015. p. 19-30. Disponível em: <  
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\\_Cadernos\\_do\\_patrimonio\\_educacao\\_patrimonial\\_voll\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll(3).pdf) >. Acesso em: 22 ago. 2019.

GROAT, L.; WANG, D. **Architectural research methods**. John Wiley & Sons: Hoboken, New Jersey, 2013.

MARTINS, J.C.O. Patrimônio Cultural: sujeito, memória e sentido para o lugar. In: PINHEIRO, A.R.S. (organização). **Cadernos do patrimônio cultural**: educação patrimonial. Fortaleza: Secultfor; IPHAN, 2015. p. 47-58. Disponível em: <  
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\\_Cadernos\\_do\\_patrimonio\\_educacao\\_patrimonial\\_voll\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll(3).pdf) >. Acesso em: 22 ago. 2019.

MENESES, U.T.B. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 35, p. 39-52, 2017. Disponível em: <  
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat\\_36.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_36.pdf)>. Acesso em: 06 ago. 2019.

NASCIMENTO, F.B.; SCIFONI, S. O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de preservação. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, v. 6, n. 1, p. 26-38, 31 mar. 2015. Disponível em: <  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8635027>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986. 2. ed.

# **PATRIMÔNIO CULTURAL E INVESTIMENTO SIMBÓLICO: UM ESTUDO ACERCA DA CONDIÇÃO PATRIMONIAL DO GRUPO ESCOLAR DE SÃO JOÃO DE BOCAINA**

*Cultural heritage and symbolic investment: a study about the heritage condition  
of the Grupo Escolar de São João da Bocaina*

*Patrimonio Cultural e Inversión Simbólica: um estudio sobre el estado patrimonial  
del Grupo Escolar de São João da Bocaina*

**Palavras-chave:** patrimônio cultural; instituição escolar; Sociologia Relacional.

## **João Gonçalves Neto**

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP  
Mestrando em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP

**E-mail:** joao.goncalves.neto@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/6097747510359768>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-9856-0564>

## **Paulo César Castral**

Doutor em Multimeios pela Unicamp  
Professor Doutor no IAU.USP

**E-mail:** pcastral@sc.usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9617775996397577>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-6329-7847>

## 1. INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho localiza-se na intersecção entre as discussões sobre arquitetura escolar e patrimônio cultural, construindo-se um objeto teórico a partir de um edifício escolar tombado. Compreendendo o espaço social a partir da estrutura de posições dos agentes envolvidos, busca-se compreender como ele é retraduzido no espaço físico apropriado (BOURDIEU, 2013). Nesta análise, considera-se o espaço social, composto pelos profissionais da Secretaria da Educação de Bocaina, São Paulo, como campo de forças e de lutas e, assim, busca-se verificar ocorrências de propriedades de campo (BOURDIEU, 1989). Simultaneamente, identificam-se evidências dos sistemas de disposições de costumes, ideias e posturas desses agentes (BOURDIEU, 1967). A cada indivíduo, são atribuídas propriedades que os situam uns em relação aos outros: diferentes tipos de capital.

O edifício, feito para sediar o Grupo Escolar de São João de Bocaina durante a década de 1910, foi inscrito no Livro do Tombo Histórico do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico por meio da Resolução nº 60 da Secretaria da Cultura, em 2010, tombando 126 construções escolares construídas entre 1890 e 1930 (SÃO PAULO, 2010). Investigar a relação entre agentes sociais e esse bem arquitetônico – capital cultural objetivado e institucionalizado (BOURDIEU, 1979) – pode indicar modos de percepção e apreciação de práticas e produtos culturais contemporâneos (BOURDIEU, 1989). Assim, ao construir um modelo multidimensional do espaço social, representando a estrutura de posições de indivíduos em função de suas propriedades (BOURDIEU, 2004), é possível aplicar instrumentos de construção de dados sobre enunciados de agentes sociais bocainenses, relacionando seus discursos sobre um edifício às posições sociais de trinta servidores municipais vinculados à Secretaria da Educação de Bocaina.

## 2. OBJETIVO

O objetivo central desta pesquisa é construir um modelo do espaço social (BOURDIEU; 1989, 2004), investigando a posição de agentes sociais e as classificações que atribuem ao edifício tombado.

## 3. MÉTODO

A pesquisa bibliográfica desenvolve-se a partir de três temas: Sociologia Relacional; Arquitetura Escolar; e Patrimônio Cultural. As representações desse objeto teórico – compreendido como capital cultural objetivado (SÃO PAULO, 1902; BOURDIEU, 1989) e institucionalizado (SÃO PAULO, 2010; BOURDIEU, 1979) – resultam de processos de reificação do espaço físico e, por isso, são evidências de um espaço físico apropriado (BOURDIEU, 2013), objetificação espacial das divisões do mundo social, tendo como efeito a reprodução da estrutura de posições sociais. Sobre os dados construídos no decorrer do processo investigativo, iniciam-se com a realização de enquetes (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 151) por meio de questionários, tática de pesquisa correlacional (WANG; GROAT, 2013, p. 280). Neste instrumento, estruturam-se quatro blocos de questões: 1) Variáveis Suplementares (nome, gênero, idade, cor de pele, religião); 2) Variáveis Principais (capitais econômicos, culturais e sociais); 3) qualidades atribuídas ao edifício tombado; e, 4)



Indicadores de valoração do edifício. Com os dados produzidos, pretende-se construir um modelo do espaço social e associá-lo à frequência e hierarquia das características levantadas sobre o bem tombado. Como evidência de capital econômico, serão utilizados os dados disponibilizados pela Lei de Acesso à Informação sobre a folha de pagamento dos servidores municipais, esses dados serão representados graficamente, contextualizando o volume de capital econômico da secretaria da educação e de seus cargos vinculados entre os anos de 2017 e 2022. O capital cultural, cuja evidência será dividida em dois grupos, terá como indicadores escolaridade de si e escolaridade de pai e mãe, por compreender-se que a instituição família é fundamental na socialização e na transmissão de capital cultural. O capital social é indicado por casamento e por prole. (BOURDIEU, 1979, 2004, 2013)

Os resultados obtidos desta associação serão comparados aos discursos presentes em atos normativos oficiais com a finalidade de serem identificadas aproximações e distanciamentos entre as categorias observadas, sendo gerados gráficos e cartografias durante o processo. A partir desta etapa, convidam-se participantes para integrar um grupo focal (WANG; GROAT, 2013, p. 244). Esses participantes serão selecionados a partir das respostas dos questionários e o grupo focal será composto por uma amostra aleatória simples de dez integrantes. Por fim, pretende-se identificar no grupo focal ao menos um agente que conceda uma entrevista semiestruturada para identificar sua trajetória de vida, relacionando-a às mobilizações estratégicas da categoria patrimônio cultural sobre o capital cultural objetivado e institucionalizado representado pelo edifício escolar e seu tombamento. Utilizando estratégias prosopográficas (STONE, 2011), busca-se discriminar relações entre a posição do agente no espaço social e as propriedades do campo, investigando-se características comuns dentro de um grupo por meio da Análise de Correspondências Múltiplas (ROUANET; ACKERMAN; ROUX, 2005; KLUGER, 2018).

#### **4. RESULTADOS**

Bocaina é um município paulista de 363,9 km<sup>2</sup>, onde habitam 10.859 pessoas (IBGE, 2010, p. 487). Atualmente, há um conjunto de telas de Benedito Calixto e um edifício escolar tombados pelo Condephaat e duas escolas na zona urbana. Diversos autores têm discutido a importância desses edifícios na história paulista, por apresentarem estratégias formais de linguagem arquitetônica durante o período de formação e constitucionalização do Estado de São Paulo (BUFFA; PINTO, 2002; SOUZA, 2009; WOLFF, 2010). No período em que os Grupos Escolares foram implementados, a economia cafeeira estava em ascensão na região de Araraquara (MILLIET, 1982), Bocaina possuía uma população maior do que a atual, variando de 13.045 a 14.447 habitantes entre 1909 e 1912 (DGE, 1916, p. 348), porém não estava, majoritariamente na zona urbana.

#### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Se o edifício escolar foi construído como um monumento republicano, então o tombamento dessa construção reforça o seu potencial mnemônico. Questionar quais são as lembranças evocadas por esse capital cultural, relacionando-as às posições sociais daqueles que são

lembrados, pode ser uma estratégia cuja finalidade é compreender quais analogias fundamentam as instituições relacionadas ao patrimônio cultural. Partindo-se de uma perspectiva localizada temporal e espacialmente: agentes sociais bocainenses situados no campo da educação fundamental.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. Postface. In PANOFKY, E. **Architecture Gothique et pensée scolastique**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1967. p. 216.

\_\_\_\_\_. Les trois états du capital culturel. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 30, n. 1, p. 3–6, 1979.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. Espaço social e poder simbólico. Em: **Coisas ditas**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004. p. 149–168.

\_\_\_\_\_. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, v. 27, p. 133–144, 2013.

BUFFA, E.; PINTO, G. **Arquitetura e educação**: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893-1971. São Carlos : Brasília: EdUFSCar ; INEP, 2002.

DGE. **Anuario Estatístico do Brazil, 1o Anno (1908-1912)**: Território e População. Rio de Janeiro, Brazil: Typographia da Estatística, 1916. v. 1

DOUGLAS, M. **How institutions think**. 1st ed. Syracuse, N.Y: Syracuse University Press, 1986.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil, 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. v. 70

KLUGER, E. Análise de correspondências múltiplas: fundamentos, elaboração e interpretação. **BIB**, v. 86, p. 68–97, 15 out. 2018.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução: Heloísa Monteiro; Tradução: Francisco Settineri. Belo Horizonte; Porto Alegre (RS): Ed. da UFMG : ARTMED, 1999.

MILLIET, S. **Roteiro do café e outros ensaios**: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 4. ed ed. São Paulo: HUCITEC Instituto Nacional do Livro - INL, 1982.

ROUANET, H.; ACKERMAN, W.; ROUX, B. L. A análise geométrica de questionários: a lição de La Distinction de Bourdieu. **Sociologia** : Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 15, 2005.

SÃO PAULO. **Lei no 850**. Cria duas escolas para o sexo masculino e duas para o sexo feminino, na vila de São João da Bocaina. 22 out. 1902.

\_\_\_\_\_. **Resolução no 60**. Dispõe sobre o tombamento de um conjunto de escolas construídas pelo Governo do Estado de São Paulo entre 1890 a 1930. 11 nov. 2010, Sec. I, p. 112–114.

SOUZA, R. F. DE. **Alicerces da pátria**: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976). 1ed. Campinas, SP, Brasil: Mercado de Letras, 2009.

STONE, L. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, p. 115–137, jun. 2011.

WANG, D.; GROAT, L. N. **Architectural research methods**. Second Edition ed. Hoboken: Wiley, 2013.

WOLFF, S. F. S. **Escolas para a república**: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas. São Paulo, SP, Brasil: Edusp, 2010.

## APREENSÕES DA CIDADE CONTEMPORÂNEA: DEAMBULAÇÕES PELO CENTRO HISTÓRICO DE ARAÇATUBA-SP

*Apprehensions of the contemporary city: wanderings through the historic center  
of Araçatuba-SP*

*Aprehensiones de la ciudad contemporánea: deambulación por el centro  
histórico de Araçatuba-SP*

**Palavras-chave:** caminhar; cartografia; Araçatuba.

### **Lucas Pereira Bosco**

Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UNESP  
Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pela IAU.USP

**E-mail:** lucasbosco@usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9373032836659592>

### **Luciano Bernardino da Costa**

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela FAU.USP  
Professor Doutor do IAU.USP

**E-mail:** lbcosta@sc.usp.br

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/31956982072345373>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-3292-2697>

## 1. INTRODUÇÃO

Segundo Careri (2018), o ato de atravessar o espaço nasce da necessidade natural de mover-se para encontrar alimento ou qualquer outra informação necessária para sobreviver. Mas, ao passo que estas exigências primárias foram sendo satisfeitas, “o caminhar transformou-se numa fórmula simbólica que tem permitido que o homem habite o mundo” (CARERI, 2018, p.27). Assim, o caminhar aparece como a primeira ação estética capaz de modificar os significados dos espaços atravessados.

A compreensão do caminhar enquanto maneira de habitar o mundo também acompanha os estudos de Besse (2013) que entende o caminhar não apenas como uma forma de experimentação do mundo, mas também como uma maneira interrogativa de estar nele. Junto de Careri, Besse recorda que o caráter questionador e experimental do caminhar, dentro dos espaços naturais e urbanos, já foi percebido e teorizado há tempo por alguns grupos. “As grandes metrópoles modernas tornaram-se campos de explorações ao mesmo tempo lúdicas e metódicas, sob diversas figuras: o flunar baudelairiano, a deambulação surrealista, a deriva situacionista, o *ir a zozzo* do grupo Stalker.” (BESSE, 2013, p. 55)

Essas explorações, de certa forma, vão ao encontro do que Besse chamaria de *outra geografia*, uma geografia vivida, tanto quanto pensada, que pode ser entendida como uma geografia do sensível, um saber mais íntimo que traz consigo uma “inteligência diária do mundo e do espaço, uma familiaridade baseada no uso” (BESSE, 2013 p. 188).

À vista disso, o presente trabalho busca, a princípio, resgatar ideias e explorações urbanas situacionistas que se aproximam desse espaço geográfico, que não é compreendido apenas como um campo de objetividade e caracterizado por medidas quantificadas, mas que é entendido como portador de uma dimensão afetiva, qualitativa, na qual a subjetividade humana pode vir a mergulhar através do caminhar (BESSE, 2013, p.218).

### 1.1. Ideário e crítica Situacionista

Influenciado pelo Dadaísmo e Surrealismo, Guy-Ernest Debord encontrou no movimento Letrista de Isidore Isou influências e interesses comuns. Após uma breve passagem pelo movimento, Debord rompe com os Letristas e funda, junto de amigos, a Internacional Situacionista em 1952. Jacques (2003) aponta que algumas ideias, práticas e procedimentos que viriam formar a base do pensamento urbano situacionista já eram anunciadas pelos Letristas. A psicogeografia, a deriva e, principalmente, a ideia chave, inspiradora do próprio nome do futuro grupo, a construções de situações, já faziam parte dos primeiros periódicos publicados pelo grupo. Inicialmente, os periódicos buscavam discutir as questões mais ligadas à arte e a superação do surrealismo, mas passam “a tratar da vida cotidiana em geral e da relação entre arte e vida, e, em particular da arquitetura e urbanismo, sobretudo da crítica ao funcionalismo moderno” (JACQUES, 2003, p.16).

Os situacionistas lutavam contra a espetacularização, alienação e passividade da sociedade. Acreditavam que, a partir da construção de situações, se chegaria à transformação revolucionária da vida cotidiana. Assim, diferentemente dos modernos, que acreditavam que a arquitetura e o urbanismo poderiam mudar a sociedade, os situacionistas tinham convicção de

que a própria sociedade deveria mudar a arquitetura e urbanismo. Em contestação ao funcionalismo homogeneizante e o racionalismo cartesiano, os situacionistas assumiram como procedimento, ou método, a psicogeografia e seu exercício prático, a deriva. Segundo Jacques (2003, p.23), a psicogeografia seria uma geografia afetiva, subjetiva, que buscava narrar, através do uso de mapas e cartografias, as diferentes ambiências psíquicas provocadas basicamente pelas deambulações urbanas que seriam as derivas. Ideias que se apresentam muito atuais e permitem potentes inflexões sobre o modo de se pensar e ver as cidades contemporâneas.

## **1.2. Araçatuba e estandardização dos espaços**

Araçatuba-SP, assim como outras cidades do interior paulista, tem sua formação diretamente relacionada com expansão ferroviária promovida pelo estado no início do século XX. Segundo Fiorin e Melo (2015), em 1908 chega ao quilômetro 281 da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) um vagão-telégrafo de madeira que serviria inicialmente de dormitório e cozinha para os funcionários da estrada de ferro. Este vagão acaba demarcando o ponto inicial do que viria a ser reconhecido como a ocupação urbana de Araçatuba. Deteriorado pela ação do tempo e alvo de diversas investidas indígenas, o vagão acabaria sendo substituído por uma estação em alvenaria por volta de 1912, consolidando assim a ocupação na região.

A cidade, nas décadas seguintes, desenvolveu-se passando por diversos ciclos econômicos que acabaram moldando a paisagem no entorno do leito férreo. Com a crise cafeeira de 1929, as lavouras de algodão ganham espaço na região do oeste paulista proporcionando o surgimento das indústrias beneficiadoras de algodão e, posteriormente, de amendoim e girassol, para a produção de óleos (FIORIN; MELO, 2015, p.140). No entanto, com o declínio do algodão em meados dos anos 60, as áreas de cultivo agrícola foram substituídas por pastagens. Assim, diversos edifícios industriais de beneficiamento acabaram ficando ociosos.

O abandono dos edifícios ferroviários é evidenciado em Araçatuba-SP, décadas depois, com o incentivo ao transporte rodoviário feito pelo governo federal, culminando na retirada dos trilhos que passavam pelo centro histórico do município. O projeto modernizante de substituição dos trilhos por avenidas possibilitou a permanência de certos espaços e edifícios ferroviários, mantidos apenas como um resquício de história existente, um patrimônio congelado e inadequado aos usos contemporâneos. Além disso, não previu que muitos desses galpões e edifícios fabris particulares, que ladeavam a ferrovia, fossem, aos poucos, derrubados pela iniciativa privada para construção de novos empreendimentos intensificando o processo de espetacularização desse centro. Seguindo a tendência da redução da ação urbana, ou seja, empobrecendo da experiência urbana pelo espetáculo, que acarreta na perda da corporeidade, tornando os espaços urbanos simples cenário sem corpo, espaços desencarnados (JACQUES, 2008).

## **2. OBJETIVO**

Este trabalho propõe-se a investigar a possibilidade de operar ideias e procedimentos situacionistas em suportes urbanos contemporâneos como o de Araçatuba-SP.

### 3. MÉTODO

A presente pesquisa se apoia no método cartográfico uma que esse considera o fazer científico não apenas enquanto resolução de problemas já dados, mas como desafio de desenvolver práticas de acompanhamentos de processos inventivos e de produção de subjetividades (BARROS; KASTRUP, 2009, p.55-56). Entendendo ainda que o pesquisador, ou melhor, o "cartógrafo", encontra-se sempre na situação paradoxal de começar pelo meio, entre pulsações, de um território que é portador de uma espessura processual.

Diferentemente do método da ciência moderna, a cartografia tem o objetivo de desenhar a rede de forças conectadas ao objeto ou fenômeno a ser estudado. Rede de forças essa que se encontra em movimento.

Assim, o trabalho de campo acontece junto das revisões bibliográficas e levantamentos documentais, evitando que a busca por informações limite a possibilidade do cartógrafo de abrir-se ao encontro (BARROS; PASSOS, 2009).

### 4. RESULTADOS OBTIDOS/ESPERADOS

Esperamos que o estudo das ideias, práticas e procedimentos situacionistas possam indicar caminhos possíveis para o desenvolver de uma ação de pesquisa que contemple a diversidade das formas de experiência do espaço na contemporaneidade, possibilitando a apreensão da cidade de Araçatuba-SP em sua pluralidade de mundos e de espacialidades.

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem ficado evidente, com o decorrer da pesquisa, que certas discussões e práticas situacionistas são ainda muito potentes na atualidade. Tanto seus procedimentos exploratórios, como a deriva(*dérive*), que consideram a dimensão do contato direto e do caminhar tão importantes, a seus conceitos e ideias, como o de desvio (*détournement*), que leva em conta a materialidade existente e sua relação com o passado possibilitando uma articulação crítica com o presente, motivam discussões e possibilidades de apreensão da cidade de Araçatuba-SP que talvez não fossem percebidos partindo de outros aportes teóricos e metodológicos.

### REFERÊNCIAS

AQUINO, J. E. F. de. Politização do espaço, espacialização do histórico: deriva e desvio em letristas e situacionistas. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, [S. l.], v. 20, p. 79-92, 2022.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 52-75.

DEBORD, G. Introdução a uma Crítica da Geografia Urbana. In: JACQUES, P.O. (Org). **Apologia da deriva**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003

BESSE, J.M. Paisagem, hodologia, psicogeografia. In: BESSE, J. M. **O gosto do mundo**: Exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: Ed. UERJ. 2014.

CARERI, F.. **Walkscapes**: o caminhar como prática estética. São Paulo: Editora GG, 2013.

FIORIN, E. MELO, A. P. Z. Araçatuba: da memória dos trilhos à modernização do Asfalto. In: FIORIN, E. HIRAO, H. **Cidades do Interior Paulista**: Patrimônio Urbano e Arquitetônico. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

JACQUES, P. B. **Apologia da deriva**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JACQUES, P. B. **Corpografias urbanas**. 2008. Disponível em:  
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>. Acesso em: 08/09/2022.



## INTERVENÇÕES NO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO: ANÁLISES E POSSIBILIDADES NO ESPAÇO URBANO CONTEMPORÂNEO

*Interventions in Railway Heritage: analysis and possibilities in contemporary  
urban space*

*Intervenciones en el Patrimonio Ferroviario: análisis y posibilidades en el espacio  
urbano contemporáneo*

**Palavras-chave:** patrimônio ferroviário; processos de intervenção; produção do espaço urbano;  
Cartografia do Sensível; fronteira Brasil-Uruguay.

### Vanessa Forneck

Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas  
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU.USP

**E-mail:** [vanessaforneck@usp.br](mailto:vanessaforneck@usp.br)

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0939617393016155>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-8796-0906>

### Manoel Rodrigues Alves

Pós-doutor pela Escuela Técnica Superior de Arquitectura da  
Universidad de Sevilla  
Professor Doutor no IAU.USP

**E-mail:** [mra@sc.usp.br](mailto:mra@sc.usp.br)

**Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7815309672113678>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-6935-0477>

## 1. INTRODUÇÃO

As transformações e ressignificações em sítios ferroviários abandonados vem acontecendo com maior frequência nos últimos tempos, sendo propostos novos usos e medidas que acabam promovendo, conseqüentemente, alterações no espaço urbano. Em muitos casos, são estratégias fundamentadas na *produção do espaço* atreladas ao materialismo histórico, onde se vê a cidade como um produto a ser consumido (CARLOS, 2011; MONTANER, 2004). Determinadas ações causam preocupações, principalmente em relação às modificações ou renovações que acontecem, ou que ficam sujeitas a acontecer, no momento em que há o favorecimento de outros grupos sociais com o propósito de (re)valorizar e (re)vitalizar a área. Como consequência desse processo, pode ocorrer a expulsão da comunidade local, a perda de identidade da população com o objeto de valor simbólico e, eventualmente, processos de segregação socioespacial.

A pesquisa<sup>1</sup> traz como recorte dois processos de intervenção nos sítios ferroviários das cidades-gêmeas de Santana do Livramento e Rivera na fronteira Brasil e Uruguay<sup>2</sup>. O uso destinado à antiga estação ferroviária no lado brasileiro, abriga a *Estação Cultura* que conta a história das ferrovias no Rio Grande do Sul e o *Museu David Canabarro* que apresenta a história da cidade. No lado uruguaio, em 2019, foi proposta a reativação do transporte de passageiros via linha férrea, ou seja, uma retomada de um uso que havia sido extinto há quase trinta anos. Assim, a partir dessas novas forças, busca-se investigar nesses espaços, até então incertos e indeterminados (SOLÀ-MORALES, 2013), como as propostas de intervenção podem provocar desdobramentos distintos na produção do espaço urbano, promovendo formas de resistência ou de fragilização de determinados contextos socioespaciais na contemporaneidade.

## 2. OBJETIVO

O objetivo da pesquisa é investigar os processos de intervenção e seus desdobramentos nos sítios ferroviário das cidades-gêmeas de Santana do Livramento e Rivera, na fronteira Brasil-Uruguay, identificando as potências e valores intrínsecos ao contexto urbano e ao patrimônio ferroviário, de modo que revelem em que medida determinadas ações favorecem ou não, uma forma de resistência ou de fragilização de determinados contextos socioespaciais, frente aos processos hierárquicos e homogêneos na produção da cidade e do espaço urbano.

## 3. MÉTODO

O método da Cartografia do Sensível busca abordar perspectivas diferentes das leituras pré-determinadas e estáticas das cidades, como é caso dos mapas mais convencionais com o

---

<sup>1</sup> A pesquisa encontra-se no primeiro ano do doutorado, sendo apresentada aqui uma parte do projeto de pesquisa revisado.

<sup>2</sup> A delimitação do tema e dos objetos de estudo decorre da continuidade da pesquisa desenvolvida no mestrado, cujo o título da dissertação é: "Abandono de Estações Férreas: cartografia sensível na Fronteira Brasil-Uruguay" (FORNECK, 2021).

desenho das ruas, quadras, cursos d'água etc. A intenção é elaborar mapas que possibilitem visibilizar as potências e as fragilizações desses espaços, a partir da aproximação da pesquisadora com o alvo pesquisado. Para Deleuze e Guattari (2011) o mapa não é uma imitação ou decalque de uma experiência fixada no real, mas refere-se a um meio pelo qual possibilita-se a construção do conhecimento. O método cartográfico, para Passos e Barros (2015), requer a imersão do corpo-cartógrafo no plano da experiência, pois é desse modo que vão surgindo novas inquietações à pesquisa. Nesse sentido, a cartografia apresenta uma adaptabilidade, uma vez que pode ser modificada, desmontada, rasgada, alterada e conectável a múltiplas dimensões.

### 3.1. Procedimentos metodológicos

Em linhas gerais, a cartografia tem como proposição o *acompanhamento do processo de uma experiência*, logo deve-se analisar todos os atravessamentos possíveis que compõem um campo de pesquisa (PASSOS; BARROS, 2015). Assim, é proposta a combinação do seguintes procedimentos metodológicos: a) levantamento bibliográfico: revisar em livros, teses, dissertações e artigos temas relacionados à proposta da pesquisa; b) diário de campo: realizar anotações em um pequeno caderno, a fim de registrar o processo cartográfico e as apreensões vivenciadas durante a experiência; c) entrevistas cartográficas: realizar entrevistas semiestruturadas de caráter qualitativo com distintos grupos sociais; d) mapas cartográficos: gerar mapas que revelem valores simbólicos e culturais atribuídos ao patrimônio ferroviário; e) análise cartográfica: a cartografia não se baseia em um "dado", mas leva em consideração o *acontecimento*, desse modo os resultados ocorrem na forma de agenciamentos<sup>3</sup> constituídos a partir da produção de subjetividades que emergem em um território.

## 4. INVESTIGAÇÕES TEÓRICAS INICIAIS

Em decorrência do declínio do transporte ferroviário ocasionado desde meados do século XX, uma determinada área da cidade se encontra em um *estado de aguardo, parada no tempo*. A condição de abandono versus funcionalidade não se limita somente à contextos ferroviários, pois também está presente em antigas zonas industriais, portuárias, em espaços residuais, margens ou ilhas isoladas na cidade. Solà-Morales (2013), adota o termo *Terrain Vague* ao se referir a um espaço interno à cidade que não possui mais participação no cotidiano, muitas vezes visto como um local hostil, obscuro e perigoso. No entanto, são nesses espaços que reside a memória do passado no momento presente e onde permanecem valores residuais, mesmo que estejam desconectados das atividades rotineiras. Logo, *Terrain Vague* pode ser entendido como espaços de *potência*, uma vez que apresentam uma condição de fuga ou de alternância das lógicas desenvolvimentistas na produção de cidade.

A potência e o valor desses espaços são dados a partir de uma ausência, pois abarcam valores estabelecidos de uma memória individual e coletiva. Realizar, despretensiosamente, intervenções sem considerar as práticas comunitárias e o patrimônio existente, acabam gerando uma

---

<sup>3</sup> “[...] um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões” (DELEUZE, GUATTARI, 2011, p. 24).

produção no espaço urbano a partir de uma memória vendável, ou seja, uma falsa memória, apenas para atrair o consumo para a região. O espaço é reconfigurado para a construção de uma cidade de características globais e, como consequência dessa transformação, acabam promovendo um processo contínuo de substituição no território, a distorção ou alteração da autenticidade da memória e do sentido de pertencimento da população com o local (MONTANER, 2004).

A produção do espaço aliada com as lógicas capitalistas, modifica toda a produção do espaço urbano em mercadoria. O valor de troca amplia sua dimensão quando são produzidos simulacros espaciais como consequência dos processos de revitalização urbana, na medida em que se associa a indústria do turismo à cultural (CARLOS, 2011). Diante disso, a hipótese apresentada é que a instrumentalização do patrimônio material e imaterial como uma forma de “transmissão” de determinados processos históricos não compreende a integralidade da potência de valores simbólicos e culturais intrínsecos aos sítios ferroviários, visto que demanda um olhar mútuo entre o passado (a história) e o futuro (novas prospecções) na investigação de dinâmicas cotidianas de resignificação patrimonial que mitiguem uma tendência de fragilização das relações de pertencimento, decorrentes de estratégias globalizadas e hegemônicas de uma cidade produzida para o consumo.

## 5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Os desdobramentos dos processos de intervenção no patrimônio ferroviário podem atingir múltiplas esferas e perpassa diferentes abordagens, já que são espaços de valor histórico, cultural e simbólico e, ao mesmo tempo, são abertos a possibilidades, pois apresentam zonas de indeterminação e de mutabilidade. A discussão trazida neste resumo busca evidenciar alguns pontos que serão aprofundados durante a pesquisa de doutorado, de modo que auxilie na análise e compreensão dos processos de transformação no espaço urbano dos objetos de estudo apresentados. Diante disso, pode-se analisar em que medida essas ações estabelecem formas de resistência ou promovem a fragilização de vínculos socioespaciais, frente à tendência de processos hegemônicos na produção do espaço urbano contemporâneo.

## REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação Beltrão Sposito (orgs). São Paulo: Contexto, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. Capitalismo e esquizofrenia 2. Vol 1. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2011. 2 ed.

FORNECK, V. **Abandono de Estações Férreas**: cartografia sensível na Fronteira Brasil-Uruguay. 2021. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

MONTANER, J. M. Traumas urbanos: La pérdida de la memoria. 2004. Disponível em: [https://www.cccb.org/rcs\\_gene/02-complet\\_Nuria\\_dir\\_16-7-2019\\_index.pdf](https://www.cccb.org/rcs_gene/02-complet_Nuria_dir_16-7-2019_index.pdf). Acesso em: 25 jul. 2022.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 17-31.

SOLÀ-MORALES. I. Terrain Vague. In. MARIANI, M.; BARRON, P. (ed). **Terrain vague**: interstices at the edge of the pale. Routledge, 2013.



instituto de  
arquitetura  
e urbanismo  
usp são carlos